ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

ATA Nº 009 - “A”

PRESIDENTE - DEPUTADO WAGNER RAMOS (*AD HOC*)
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO ADEMIR BRUNETTO (*AD HOC*)
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO JOSÉ DOMINGOS FRAGA (*AD HOC*)

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão e a suspendo por cinco minutos. (SUSPENSA A SESSÃO ÀS 08:41 HORAS E REABERTA ÀS 09:20 HORAS, SOB A PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO ROMOALDO JÚNIOR.)

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Declaro reaberta a presente Sessão.

Convido os Deputados Ademir Brunetto e José Domingos Fraga para assumirem a 1ª e 2ª Secretarias. (OS SRS. DEPUTADOS ADEMIR BRUNETTO E JOSÉ DOMINGOS FRAGA ASSUMEM A 1ª E 2ª SECRETARIAS.)

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Com a palavra o Sr. 2º Secretário para proceder à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 07 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 09:07 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida. (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (LÊ) - “Ofícios nºs 046/13 e 063/13, da Secretaria de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana, em resposta às Indicações nºs 1.154/12 e 931/12, de autoria do Deputado Walter Rabello; Carta nº 132/13, da ELETROBRAS, em resposta à Indicação nº 1.146/12, de autoria do Deputado Riva; Carta nº 11.314/12, da CLARO, em resposta ao Ofício do Gabinete do Deputado Mauro Savi, solicitando ampliação de cobertura de Serviço Móvel Pessoal (SMP) no Distrito de Conselvan, em Aripuanã; Ofício nº 002/13, do Comando-Geral da Polícia Militar, em resposta à Indicação nº 1.091/12, de autoria do Deputado Sebastião Rezende; e Ofício nº 194/13, da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Presidência da República, informando Convênio nº 776639/12, firmado entre a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Mato Grosso.”

Lido o Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente. Com a palavra, o nobre Deputado José Domingos Fraga (TRANSFERE). Com a palavra, o nobre Deputado Hermínio J. Barreto (TRANSFERE). Com a palavra, o nobre Deputado Wagner Ramos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. WAGNER RAMOS - Sr. Presidente, companheiros Deputados, para apresentar várias proposições de nossa autoria.

1ª) MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES: Em conformidade com o art. 154, VII, do Regimento Interno, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, a importância de aprovar e encaminhar Moção de Congratulações ao 2º Sargento da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Sr. Aldomir Ferreira Rocha, pela participação e por representar nosso Estado no 11º Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul.

JUSTIFICATIVA

O 2º Sargento PM Aldomir Ferreira Rocha, Comandante da Polícia Militar de Proteção Ambiental no Médio-Norte do Estado, com sede em Barra do Bugres, esteve representando o município e o Estado de Mato Grosso no 11º Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, na cidade de Campo Grande, sua indicação para o curso deu-se pelo Comandante Geral da PM/MT, Coronel Osmar Lino de Farias, por meio da apresentação do Coronel PM Celmo da Silva Fernandes, Comandante do Comando Especializado da Polícia Militar de Mato Grosso.

O curso teve a duração de seis meses, iniciado em 28/02/2012, com a participação de 360 Sargentos PM/MS e 01 Sargento PM/MT. O curso visa aprimorar os conhecimentos técnicos profissionais do 2º Sargento Policial Militar e dentro desta especialização na área da Segurança Pública (através da SENASP), busca trazer uma melhor excelência do atendimento para a segurança pública à população mato-grossense, habilitando-o para a promoção a 1º Sgt PM.

E é com grande alegria e orgulho que apresento esta justa homenagem em forma de Moção de Congratulações ao Sargento Aldomir Ferreira Rocha, por sua dedicação e empenho a segurança pública de nosso Estado

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2013.

Deputado WAGNER RAMOS – PR

E, além disso, ele tem feito um trabalho muito interessante na Polícia Ambiental no Município de Barra do Bugres. Inclusive, agora, nesse período da Piracema, fez uma fiscalização bastante eficiente.

2ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Administração - SAD, a necessidade de disponibilização de um caminhão de lixo em favor do Município de Brasnorte.

Em conformidade com o art. 160 e seguintes do Regimento Interno, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado de Mato Grosso, Silval da Cunha Barbosa, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Administração - SAD, Francisco Anis Faiad, demonstrando a necessidade de disponibilização de um caminhão de lixo em favor do Município de Brasnorte.

JUSTIFICATIVA

A presente indicação tem por objetivo atender diversas solicitações de autoridades municipais, onde visam à aquisição de um caminhão de lixo em favor do Município de Brasnorte.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Ressaltamos que o Município de Brasnorte vem de grande ascendência populacional, fato este que fomenta cada vez mais o crescimento também do comércio e novas indústrias, e tendo em vista esse crescimento o município se preocupa em poder proporcionar uma boa qualidade de serviços públicos, e a coleta de lixo é um fato que já preocupa as autoridades.

Assim visando atendimento digno e justo a toda população, apresentamos o pleito onde conto também com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2013.

Deputado WAGNER RAMOS - PR

3ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde - SES, a necessidade de disponibilização de ambulâncias em favor do Município de Brasnorte.

Em conformidade com o art. 160 e seguintes do Regimento Interno, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado de Mato Grosso, Silval da Cunha Barbosa, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde - SES, Mauri Rodrigues de Lima, demonstrando a necessidade de disponibilização de ambulâncias em favor do Município de Brasnorte.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação tem por objetivo atender diversas solicitações de autoridades municipais, onde visam à aquisição de ambulâncias em favor do Município de Brasnorte.

Ressaltamos que o município passa por dificuldades para com o atendimento aos pacientes que necessitam de atendimento, pois está carente de ambulâncias, dificultando assim o atendimento, principalmente quando se trata de atendimento na zona rural, deixando o município totalmente desprovido do mesmo.

Visando atendimento digno e justo a toda população, apresentamos o pleito onde conto também com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2013.

Deputado WAGNER RAMOS - PR

É um município distante da Capital e que precisa, realmente, desse veículo para fazer o transporte de pacientes, pois lá não tem hospital público, não tem UTI, não tem atendimento de alta complexidade, e a única solução é a ambulância, mas a ambulância lá é precária, não tem ambulância, praticamente.

4ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar - SEDRAF, a necessidade de disponibilização de uma patrulha agrícola em favor do Município de Brasnorte.

Em conformidade com o art. 160 e seguintes do Regimento Interno, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado de Mato Grosso, Silval da Cunha Barbosa, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar - SEDRAF, Meraldo de Figueiredo Sá, demonstrando a necessidade de disponibilização de uma patrulha agrícola em favor do Município de Brasnorte.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00
HORAS.

JUSTIFICATIVA

A presente indicação tem por objetivo atender diversas solicitações oriundas do Município de Brasnorte, onde pleiteiam a disponibilização de uma patrulha agrícola para dar suporte ao município.

Ressaltamos que conhecemos o crescimento do município, principalmente na área agrícola, fato este que vem contribuindo para o crescimento de nosso Estado, aumentando nossas produções e riquezas.

É válido ressaltar que apesar do município ter forte ascendência, ainda sim passa por dificuldades no setor, sendo que o atendimento ao pleito agraciará significativamente a classe menos desfavorecida, e um incentivo de grande significância à Agricultura Familiar.

Assim, visando atender e suprir a presente necessidade, apresentamos a presente Indicação onde conto com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2013.
Deputado WAGNER RAMOS - PR

5ª) INDICAÇÃO: Indica ao Governador do Estado, extensivo ao Secretário de Estado de Educação, a necessidade de construção de calçadas no entorno da Escola Estadual 29 de Novembro, no Município de Tangará da Serra.

Em conformidade com o art. 160 e seguintes do Regimento Interno, requiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, Silval da Cunha Barbosa, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, Ságua Moraes, mostrando a necessidade de construção de calçadas no entorno da Escola Estadual 29 de Novembro, no Município de Tangará da Serra.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação tem por objetivo atender uma reivindicação oriunda da Escola Estadual 29 de Novembro, do Município de Tangará da Serra, onde solicitam a construção de calçadas no entorno da Escola.

Ressaltamos que temos conhecimento da presente necessidade onde a referida escola vem sendo prejudicada devido a presente deficiência, ainda mais no período de chuva que faz com que a lama provoque alto desconforto em todo corpo escolar.

Assim, visando atender e suprir a presente necessidade apresentamos a presente Indicação onde conto com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2013.
Deputado WAGNER RAMOS - PR

Foi feita uma reforma na escola... Na realidade, foi feita uma escola nova, mas infelizmente não foram feitas as calçadas, e lá o povo sofre muito porque tem ponto de ônibus, tem os alunos e existe essa preocupação de que a calçada está deteriorada.

Quero falar ainda a respeito de uma matéria, cujo Juiz da Comarca da cidade de Campo Novo do Parecis colocou uma representação junto ao Estado, com relação à cadeia pública de Campo Novo do Parecis, que está em péssimas condições. E realmente a situação lá é muito grave e complicada.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Eu farei força às palavras do Juiz para correr atrás junto à Secretaria de Estado de Segurança Pública, para que possamos fazer uma reforma no presídio de Campo Novo do Parecis.

Já foi muito bem feito o que o Juiz fez ao verificar. E se brincar até haverá a interdição da cadeia pública porque lá... Não dá para explicar no microfone o que acontece lá, porque a coisa é muito feia!

Então, o banheiro e o vaso não estão funcionando direito. Quer dizer, a situação lá é ridícula e sub-humana.

Então, nós vamos fazer coro, fazer voz para chegarmos até a Secretaria e conseguir esses benefícios.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Deputado José Domingos Fraga.

O SR. JOSÉ DOMINGOS FRAGA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, faço uso do Pequeno Expediente para apresentar proposições.

INDICAÇÃO: Indica à METAMAT a necessidade da perfuração de três poços artesianos para atender as Comunidades do PA Descalvado, São Rafael, Santo Expedito, Aroeira, Mutum e Merentino, localizados na zona rural do Município de Chapada dos Guimarães.

Nos termos do art. 160 e seguintes da consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, depois de ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente à Companhia Mato-grossense de Mineração - METAMAT indicando a necessidade de perfuração de três poços artesianos para atender as Comunidades do PA Descalvado, São Rafael, Santo Expedito, Aroeira, Mutum e Merentino, localizados na zona rural do Município de Chapada dos Guimarães.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de proposição legislativa, que tem por objetivo indicar à Companhia Mato-grossense de Mineração - METAMAT a necessidade de perfuração de três poços artesianos para atender as Comunidades do PA Descalvado, São Rafael, Santo Expedito, Aroeira, Mutum e Merentino, localizados na zona rural do Município de Chapada dos Guimarães.

A presente INDICAÇÃO tem por finalidade a perfuração de três poços artesianos que beneficiarão diretamente a população rural do PA Descalvado, que são as Comunidades de São Rafael, Santo Expedito, Aroeira, Mutum e Merentino, localizados na zona rural do Município de Chapada dos Guimarães.

É pertinente lembrar que essas comunidades estão sobre inteira responsabilidade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural- SEDER, em termos de assentamento, e que até o momento não recebe nenhum tipo de assistência técnica e social, e segundo relatos das forças políticas da região, notadamente da Associação Central de Apoio aos Agricultores Familiares de Chapada dos Guimarães- ACAPAF, a situação beira à calamidade pública.

As comunidades ali residentes enfrentam sérios problemas com abastecimento de água, sobretudo no período da estiagem, inviabilizando as atividades e comprometendo a qualidade de vida dos cidadãos ali residentes.

A urgência deve-se justamente ao fato de que sem água não há possibilidade de desenvolvimento e mesmo de subsistência digna para aqueles cidadãos que vivem nessa zona rural e dependem sobremaneira da implementação do que aqui se requer.

Desta feita, considerando o breve relato acima, é que apresentamos a presente Indicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2013.
Deputado JOSÉ DOMINGOS FRAGA - PSD

INDICAÇÃO: Indica à Secretaria de Estado de Esportes e Lazer a necessidade da aquisição de uma academia ao ar livre para uso da comunidade do Distrito de Vale Rico, no Município de Guiratinga.

Nos termos do art. 160 e seguintes da consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, depois de ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente à Secretaria de Estado de Esportes e Lazer indicando a necessidade da aquisição de uma academia ao ar livre para uso da comunidade do Distrito de Vale Rico, no Município de Guiratinga.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de proposição legislativa, que tem por objetivo indicar à Secretaria de Estado de Esportes e Lazer a necessidade da aquisição de uma academia ao ar livre para uso da comunidade do Distrito de Vale Rico, no Município de Guiratinga.

A construção dessa academia ao ar livre permitirá a prática esportiva com maior qualidade para os moradores daquele Distrito.

Vale Rico está a 55km de distância de Guiratinga com uma população urbana de aproximadamente 700 habitantes. A pouco mais de 02km de distância está localizada a sede, estabelecida no PA Dois Irmãos, contando já com 60 famílias assentadas, totalizando mais 280 moradores que serão beneficiados diretamente pela obra aqui indicada.

A aquisição de uma academia ao ar livre visa a melhoraria da condição física, qualidade de vida e a saúde das pessoas.

Uma vez instalados, esse equipamento se reverterá grande aliado nos cuidados preventivos para a prevenção de doenças, uma vez que o exercício trás benefícios ao organismo humano, combatendo o aparecimento de vários males relativos à saúde.

Os equipamentos das academias ao ar livre não têm peso e por usarem apenas a força do corpo para exercícios de musculação e alongamento, se traduz em um sistema que se adapta ao usuário utilizando o peso do próprio corpo, criando resistência e gerando benefício personalizado, independente de idade, peso e sexo.

Esses equipamentos são indicados para grupos de pessoas com idade a partir do doze anos de idade. No entanto, o grupo de pessoas da terceira idade é quem sentirá os melhor resultados. O ser humano naturalmente perde força muscular com o avançar dos anos e o uso desses aparelhos ao ar livre pode trazer benefícios e contribuir na qualidade de vida de todos os cidadãos do Distrito do Vale Rico.

A construção dessa academia de ginástica ao ar livre proporcionará espaço recreativo nobre, construído com o objetivo de proporcionar a qualidade de vida através da prática esportiva.

A comunidade ali residente anseia pela construção do que aqui se pede como forma de trazer qualidade de vida e saúde, sem contar no convívio da comunidade, beneficiando também aos jovens que contarão com espaço para a prática de atividades saudáveis, criando cidadãos com a menta sã, aptos a servirem à sociedade de maneira positiva.

Desta feita, considerando o breve relato acima, é que apresentamos a presente Indicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2013.
Deputado JOSÉ DOMINGOS FRAGA - PSD

INDICAÇÃO: Indica ao Governo do Estado, com cópia à Secretaria de Transporte e Pavimentação Urbana, a necessidade urgente de obras para estruturação da MT-010 ligando a MT-220 a Gleba Mercedes, no Município de Tabaporã para escoamento da safra daquela região.

Nos termos do art. 160 e seguintes da consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, depois de ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente ao Governo do Estado, com cópia à Secretaria de Transporte e Pavimentação Urbana, informando a necessidade urgente de obras para estruturação da MT-010 ligando a MT-220 a Gleba Mercedes, no Município de Tabaporã para escoamento da safra daquela região.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de proposição legislativa, que tem por objetivo indicar a necessidade urgente de obras para estruturação da MT-010 ligando a MT-220 a Gleba Mercedes, no Município de Tabaporã para escoamento da safra daquela Região.

Dada a sua abrangência, a presente Indicação beneficiará diretamente a região do Município de Tabaporã, sobretudo a Gleba Mercedes que terá uma via ligando à sede de qualidade e que trará conforto e segurança a toda aquela comunidade que utiliza essa importante via.

Na Gleba se produz uma grande variedade de grãos, sendo que em quinze mil hectares se planta soja, em outros dez mil hectares planta-se milho safrinha e outros três mil hectares são utilizados para o plantio de arroz.

Temos de ter em mente que, além disso, nas regiões próximas se produzirá algo em torno de cem mil hectares de soja, sendo que o trecho citado recebe a confluência de vários pontos, das localidades circunvizinhas e que são justamente as maiores produtoras de soja do Estado.

Sendo aquela região formada predominantemente por comunidades extremamente produtivas e que merecem a atenção dos poderes constituídos para que prosperem ainda mais.

O Município de Tabaporã foi criado pela Lei Estadual n.º 5.913, de 20 de dezembro de 1991, de autoria do deputado Hermes de Abreu e sancionada pelo governador Jayme Campos e se constitui de importante região com potencialidades que não podem ser desmerecidas, devendo contar assim com nossa atenção e comprometimento.

Desta feita, considerando o breve relato acima, é que apresentamos a presente indicação.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2013.
Deputado JOSÉ DOMINGOS FRAGA - PSD

INDICAÇÃO: Indica ao Governo do Estado, com cópia à Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, a necessidade urgente de reforma e ampliação da Cadeia Pública de Guiratinga.

Nos termos do art. 160 e seguintes da consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, depois de ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente ao Governo do Estado, com cópia à Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, informando da necessidade urgente de reforma e ampliação da Cadeia Pública de Guiratinga.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00
HORAS.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação visa atender reivindicação da população do Município de Guiratinga, que pedem essa obra há bastante tempo.

Atualmente, a cadeia pública de Guiratinga encontra-se superlotada e as condições de insalubridade beiram ao absurdo, criando um ambiente sem condições para acomodar os que já estão presos, tornando impensável que se receba novos presos.

Em função disso, muitos detentos têm sido transferidos para outras cadeias, principalmente em Rondonópolis e outras da região, contribuindo para a superlotação destas outras. Isso constitui uma espécie de migração interna da população carcerária que pouco ou nada contribui para melhor o quadro desumano das cadeias em nosso Estado.

Os problemas constatados na referida cadeia pública tem ocasionado graves transtornos aos agentes prisionais, os quais, além de não conseguirem prestar um serviço com eficiência, enfrentam o dia a dia com muita insegurança.

Para reverter tal situação e garantir que a cadeia funcione de forma adequada e salubre, se faz necessário a realização urgente de uma ampla reforma e ampliação em sua estrutura, em caráter emergencial.

Desta feita, considerando o breve relato acima, é que apresentamos esta indicação, como forma de acolher a reivindicação dos habitantes do Município de Guiratinga, na certeza de que, caso aprovada, garantirá condições de segurança não só à população daquele município, mas também para as pessoas de toda a região.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2013.

Deputado JOSÉ DOMINGOS FRAGA - PSD

Hoje, por incrível que pareça, o patinho feio na segurança pública é a Polícia Judiciária. Além das condições das Delegacias de Polícia, os presídios hoje estão totalmente inóspitos. É em Guiratinga, que está desativada há oito anos e até hoje não saiu a sua construção, a sua reforma; é em Campo Novo do Parecis; é no Município de Vera.

Deputado Wagner Ramos, eu estive no Município de Vera no final de semana, liguei para o Secretário e falei: Vossa Excelência mude-os para um prédio, alugue um prédio ou eu mesmo vou denunciar ao Ministério Público para que possa pedir para interditar. Porque é totalmente inóspito para qualquer ser humano ali trabalhar ou receber qualquer orientação ou qualquer atendimento em relação à Polícia Judiciária.

Então, a questão da Segurança Pública, dos prédios da Segurança Pública do Estado de Mato Grosso é lamentável!

Em Peixoto de Azevedo é uma vergonha, em Terra Nova do Norte é uma vergonha, em Guarantã do Norte é uma vergonha, em Vera é uma calamidade pública e em Guiratinga já está há oito anos sem delegacia. Se prende alguém em Guiratinga, tem que levar para Rondonópolis, independentemente do delito tem que levar para Rondonópolis, porque não tem onde sequer abrir um inquérito policial.

Então, de forma urgente, pedimos a construção ou a reforma da Delegacia da Polícia Judiciária no Município de Guiratinga.

INDICAÇÃO: Indico ao Governador do Estado, com cópia ao Secretário de Estado de Educação, a urgente e imprescindível necessidade de instalar um posto de transformação

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

de energia elétrica com intuito de efetivar a climatização das salas de aula na Escola Estadual Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques, no Município de Denise.

Nos termos do art. 160 e seguintes da consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, depois de ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente ao Governador do Estado, com cópia ao Secretário de Estado de Educação, indicando a urgente e imprescindível necessidade de instalar um posto de transformação de energia elétrica com intuito de efetivar a climatização das salas de aula na Escola Estadual Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques, no Município de Denise.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de proposição legislativa, que tem por objetivo indicar por meio de expediente ao Governador do Estado com cópia ao Secretário de Estado de Educação, informando a urgente e imprescindível necessidade de instalar um Posto de transformação de energia elétrica com intuito de efetivar a climatização das salas de aula e o funcionamento dos laboratórios de informática, na Escola Estadual Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques no Município de Denise.

A Escola possui 50 aparelhos de ar condicionado novos que servirão à climatização das salas de aula, tornado os estudos muito mais proveitosos aos alunos.

Com mais de mil alunos, a Escola é um instrumento para levar cultura e educar aos filhos dos cidadãos do município, atendendo ainda uma parte da comunidade rural das cercanias mais próximas, desempenhando papel social imprescindível para sociedade.

Denise possui uma população total de habitantes girando em torno de 8.869 habitantes segundo dados do censo do IBGE 2010.

O Município de Cuiabá deu origem ao Município de Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguai e Diamantino (hoje Município de Diamantino). Com a criação do Município de Barra do Bugres, parte do seu território veio de Diamantino. O Município de Barra do Bugres deu origem ao Município de Denise, que em 06 de Maio de 1982, foi elevada a categoria de município através da Lei n^o 4453.

É necessário que nos empenhemos para que todas as salas de aula da Escola Estadual Joaquim Augusto da Costa Marques tenham aparelhos de ar-condicionado. Recentemente a instituição adquiriu 50 aparelhos de baixo consumo de energia para serem instalados em todas as salas. Os equipamentos já foram entregues e já estão sendo instalados. No entanto, essa ação esbarra no problema do fornecimento de energia para que os aparelhos funcionem.

Dessa forma indicamos ao Governo do Estado com cópia esta ação como uma forma de garantir maior conforto e qualidade no ensino ofertado pela Escola.

Uma vez instalados, esse equipamentos se reverterão em grande aliado no ensino, uma vez que um ambiente de estudos harmonioso e agradável, propicia condições a um melhor aprendizado, gerando melhores cidadãos, mais aptos a contribuir com o desenvolvimento humanístico da sociedade.

A comunidade estudantil ali residente anseia pela possibilidade estudar em salas climatizadas e os pais dos estudantes clamam junto aos agentes políticos da região a implementação do que aqui se indica como forma de propiciar educação de qualidade e conforto aos alunos e professores da Escola Estadual Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques, no Município de Denise.

Desta feita, considerando o breve relato acima, é que apresentamos a presente Indicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2013.
Deputado JOSÉ DOMINGOS FRAGA - PSD

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Com a palavra, no Pequeno Expediente, o ilustre Deputado Adalto de Freitas.

O SR. ADALTO DE FREITAS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia Legislativa, o que me traz a esta tribuna são duas manifestações: uma Indicação e um Requerimento.

INDICAÇÃO: Indica ao Exm^o Sr. Governador do Estado, Silval da Cunha Barbosa, a necessidade de criar uma Comissão com a urgência necessária para providenciar que os recolhimentos do ICMS referente a Energia Elétrica sejam depositados imediatamente na Conta Única do Estado.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de expediente indicatório ao Exm^o Sr. Governador do Estado, Silval da Cunha Barbosa, mostrando a necessidade de criar uma Comissão, com a urgência necessária, para providenciar que os recolhimentos do ICMS referente a Energia Elétrica sejam depositados imediatamente na Conta Única do Estado.

JUSTIFICATIVA

Preliminarmente, deixo clara nossa manifesta discordância com as justificativas e explicações, que vem sendo utilizada pelos setores competentes relacionados à cobrança de Impostos da Rede CEMAT, isto porque, a realidade sobre o ICMS a ser recolhido pela Rede CEMAT, está previsto em legislação específica, e a empresa, atualmente privada, não dispõe de nenhum regime especial para a devolução do ICMS, recolhido pelo contribuinte e apropriado pela CEMAT, neste sentido fica claro, por questões legais, que o ICMS recolhido pelos consumidores de energia elétrica, devem ser repassados pela CEMAT, imediatamente, aos cofres públicos, caso contrário, e o que acontece torna-se um tratamento tributário extremamente diferenciado, sendo que na realidade trata-se de um crime tributário ou na expressão da legislação vigente um crime de apropriação indébita.

Pois bem, Sr. Presidente, a CEMAT, foi criada no ano de 1956, e privatizada em 05 de dezembro de 1997, num projeto realmente audacioso, onde a melhora nos serviços prestados foram sentidos por toda a população mato-grossense.

A Lei nº 6.775, de 12 de junho de 1996, aprovada por esta casa de leis e em vigor, assim dispõe em seu art. 1º: “O imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias - Prestação de serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, que incide no fornecimento de energia elétrica e destacados nas Notas Fiscais/Contas de Energia Elétrica, emitidas pelas Centrais Elétricas Mato-Grossenses S.A. - CEMAT, será creditado, no ato do recolhimento da fatura, na Conta Única do Estado de Mato Grosso.”

E, ainda, tem mais, a prescrição do art. 2º da mesma Lei, é claríssimo, e determina: “A fim de assegurar o efetivo cumprimento do que dispõe o artigo anterior, quando o pagamento da conta de energia não for realizado junto ao Banco do Estado de Mato Grosso S.A. - BEMAT, a Centrais Elétrica de Mato-grossenses S.A. - CEMAT, deverá estabelecer, prévia e expressamente, através dos convênios celebrados, que as mesmas instituições financeiras e outros postos autorizados

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

a receber suas faturas efetuem o depósito do valor do ICMS consignado nas Notas Fiscais/Contas de Energia Elétrica diretamente na Conta Única do Estado de Mato Grosso.”

Isto Posto, Sr. Presidente, com a devida permissão dos Eminentíssimos Pares, não nos parece que as justificativas divulgadas na imprensa pelo Governo do Estado podem ser consideradas, pois trata-se, hoje, neste mundo moderno de uma assunto de fácil solução, pela evolução tecnológica e da informática.

Esta Indicação, trata-se de mais um alerta ao Governo do Estado, pois, com a entrada em vigor da Lei Complementar nº 101/2000 - conhecida como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), muitas vezes se insurgiram com maior rigor e razão contra a concessão benefícios fiscais, renúncias de receitas, ou ainda, tratamento diferenciado, como ocorre com a empresa Rede CEMAT.

Para os esclarecimentos necessários, a nossa Carta Magna, no seu art. 150, § 6º, já preconizava, e a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 14, § 1º, enumerou de forma minuciosa e expressa que deve ser entendido por renúncia de receitas, que assim prescreve: “LRF - Art. 14 - § 1º A renúncia compreende a anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção de caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam tratamento diferenciado”.

Sr. Presidente, caríssimos Colegas, não basta que os objetivos deste procedimento com a Rede CEMAT, sejam os mais nobres. A Constituição Federal e a LRF exigem que os efeitos das alterações da legislação tributária sejam quantificados e medidos os seus impactos nas finanças estaduais, para permitir a avaliação da sua relação custo/benefício e facilitar a tarefa dos ilustres membros do Poder Legislativo de quanto ao mérito, analisar as repercussões na programação dos investimentos e da prestação dos serviços públicos.

Que, infelizmente, poderá sofrer solução de continuidade ou perda de qualidade, por redução de recursos financeiros, causando prejuízo à parcela da comunidade que os demanda, o que está acontecendo em todo o Estado de Mato Grosso.

Assim, para pontuar e alertar ao Governo do Estado, temos que no relatório anual da empresa Rede CEMAT, conseguido somente no ano de 2007, já sinalizava com os seguintes dados:

=Total de unidades consumidoras no Estado: 875.348
=Total de unidades residenciais.....: 692.801
= Faturamento bruto ano/2007.....R\$1.830.249.000,00
=Impostos recolhidos 2007.....R\$414.500.000,00

Sr. Presidente, num singelo raciocínio e numa conta aritmética, sem maiores dificuldades, podemos antever, que o ICMS, incidentes nas faturas de energia elétrica, representam valores altíssimos, pois, o cálculo do ICMS efetuado atualmente, nas faturas, atinge o percentual em torno de 40% de ICMS, soma que deve ser impressionante e solução para os mais graves problemas de nosso Estado. É realmente para refletir.

Ademais, conforme tem evidenciado a observação empírica, propostas de concessão de tratamento diferenciado, como este caso, atuam, a médio e longo prazo, como um golpe mortal nos esforços da máquina arrecadadora, na medida em que deseducam os contribuintes, ao tempo em que cometem tremenda injustiça com os que cumpriram com suas obrigações tributárias na época determinada pelo Poder Público.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Sr^a Deputada e Srs. Deputados, ainda que, assim como alguns argumentam, pode ser dada a impressão de que a política de recuperação de créditos adotada, neste caso, assenta-se em mecanismos periódicos de facilitação da vida dos devedores, em detrimento do bom e regular pagador das exações impostas, afigura-se neste episódio da empresa Rede CEMAT, como um simples não recolhimento do ICMS, e muito menos uma sonegação fiscal e, sim na verdade a ocorrência do crime de Apropriação Indébita.

Feitas essas considerações, Sr. Presidente, necessário frisar que sempre estarei junto ao Governo do Estado de Mato Grosso, não só para alertas necessários, como também, para contribuir nas soluções, das questões suscitadas pelos órgãos responsáveis, imprensa e pelos contribuintes de nosso Estado e, neste sentido, é que indica ao Exm^o Sr. Governador do Estado de Mato Grosso, Silval Barbosa a criação de uma comissão, com a urgência necessária, com a participação de membros deste Parlamento e do Governo do Estado de Mato Grosso, no sentido de agilizar e ordenar que todos os recolhimentos efetuados pelos contribuintes e consumidores de energia elétrica, sejam repassados no ato, para a conta única do estado de Mato Grosso, impedindo o recolhimento nas contas da empresa Rede CEMAT.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2013.
Deputado ADALTO DE FREITAS - PMDB

Essa necessária Comissão terá que criar, com urgência, providências para que os recolhimentos referentes ao ICMS da Energia Elétrica sejam depositados na Conta Única do Estado.

No Grande Expediente nós daremos maiores detalhes dessa iniciativa, por se tratar de um assunto de suma importância na arrecadação aos cofres públicos.

E, também, apresento um Requerimento ao Presidente da CEMAT em exercício, o interventor, para que nos encaminhe informações.

2^a) REQUERIMENTO: Com fulcro no art. 177 do Regimento Interno, requeremos à Mesa Diretora, ouvido soberano Plenário, que solicite ao Sr. Presidente da CEMAT - Centrais Elétricas Mato-grossenses S/A, as seguintes informações:

- Qual o valor atual dos débitos inscritos em dívida ativa da empresa citada e data da sua inscrição?

- Cópia do Balanço ou Relatório Anual de Responsabilidade Econômico, Financeiro e Socioambiental dos anos de 2008/2009/2010/2011/2012;

- Cópia do cadastro de consumidores de energia elétrica do Estado de Mato Grosso com fácil identificação dos mesmos.

JUSTIFICATIVA

Preliminarmente, deixo clara nossa manifesta discordância com as justificativas e explicações que vêm sendo utilizadas pelos setores competentes relacionadas à cobrança de impostos da Rede Cemat, isto porque, a realidade sobre o ICMS a ser recolhido pela mesma está previsto em legislação específica e a empresa, atualmente privada, não dispõe de nenhum regime especial para a devolução do ICMS recolhido pelo contribuinte e apropriado pela CEMAT. Nesse sentido, fica claro, por questões legais, que o ICMS recolhido pelos consumidores de energia elétrica deve ser repassado pela Cemat imediatamente aos cofres públicos, caso contrário - o que acontece - torna-se um tratamento tributário extremamente diferenciado, sendo que na realidade trata-se de um crime tributário ou na expressão da legislação vigente um crime de apropriação indébita.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Pois bem, Sr. Presidente, a CEMAT, foi criada no ano de 1956 e privatizada em 05 de dezembro de 1997 num projeto realmente audacioso onde a melhora nos serviços prestados foram sentidos por toda a população mato-grossense.

A Lei nº 6.775, de 12 de junho de 1996, aprovada por esta Casa de Leis e em vigor, assim dispõe em seu art. 1º: “O imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias – Prestação de serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, que incide no fornecimento de energia elétrica e destacados nas Notas Fiscais/Contas de Energia Elétrica, emitidas pelas Centrais Elétricas Mato-Grossenses S.A. – CEMAT, será creditado, no ato do recolhimento da fatura, na Conta Única do Estado de Mato Grosso.”.

E, ainda, tem mais, a prescrição do art. 2º da mesma Lei, é claríssimo e determina: “A fim de assegurar o efetivo cumprimento do que dispõe o artigo anterior, quando o pagamento da conta de energia não for realizado junto ao Banco do Estado de Mato Grosso S.A. – BEMAT, as Centrais Elétricas de Mato-grossenses S.A. – CEMAT, deverá estabelecer, prévia e expressamente, através dos convênios celebrados, que as mesmas instituições financeiras e outros postos autorizados a receber suas faturas efetuem o depósito do valor do ICMS consignado nas Notas Fiscais/Contas de Energia Elétrica diretamente na Conta Única do Estado de Mato Grosso.”.

Isso posto, Sr. Presidente, com a devida permissão dos eminentes Pares, não nos parece que as justificativas divulgadas na imprensa pelo Governo do Estado podem ser consideradas, pois, trata-se, hoje, neste mundo moderno de um assunto de fácil solução pela evolução tecnológica e informática.

Este Requerimento trata-se de mais um alerta ao Governo do Estado, pois, com a entrada em vigor da Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), muitas vezes se insurgiram com maior rigor e razão contra a concessão de benefícios fiscais, renúncias de receitas ou, ainda, tratamento diferenciado, como ocorre com a empresa Rede Cemat.

Para os esclarecimentos necessários, a nossa Carta Magna, no seu art. 150, § 6º, já preconizava e a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 14, § 1º enumerou, de forma minuciosa expressa o que deve ser entendido por renúncia de receitas, que assim prescreve: LRF – “Art. 14 - § 1º A renúncia compreende a anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção de caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam tratamento diferenciado.”.

Sr. Presidente, caríssimos Colegas, não basta que os objetivos deste procedimento com a Rede Cemat sejam os mais nobres. A Constituição Federal e a LRF exigem que os efeitos das alterações da legislação tributária sejam quantificados e medidos os seus impactos nas finanças estaduais para permitir a avaliação da sua relação custo/benefício e facilitar a tarefa dos ilustres membros do Poder Legislativo de, quanto ao mérito, analisar as repercussões na programação dos investimentos e da prestação dos serviços públicos que infelizmente poderá sofrer solução de continuidade ou perda de qualidade por redução de recursos financeiros, causando prejuízo à parcela da comunidade que os demanda, o que está acontecendo em todo o Estado de Mato Grosso.

Assim, para pontuar a alertar ao Governo do Estado, o relatório anual da empresa Rede Cemat, conseguido somente no ano de 2007, já sinalizava com os seguintes dados:

= TOTAL DE UNIDADES CONSUMIDORAS NO ESTADO: 875.348
= TOTAL DE UNIDADES RESIDENCIAIS.....: 692.801
= FATURAMENTO BRUTO ANO/2007.....R\$1.830.249.000,00

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

= IMPOSTOS RECOLHIDOS EM 2007.....R\$ 414.500.000,00

Sr. Presidente, num singelo raciocínio e numa conta aritmética, sem maiores dificuldades, podemos antever que o ICMS incidente nas faturas de energia elétrica representa valores altíssimos, pois, o cálculo do ICMS efetuado atualmente nas faturas atinge o percentual em torno de 40% de ICMS, soma que deve ser impressionante e solução para os mais graves problemas do nosso Estado. É realmente para refletir!

Ademais, conforme tem evidenciado a observação empírica, propostas de concessão de tratamento diferenciado, como este caso, atuam, a médio e longo prazo, como um golpe mortal nos esforços da máquina arrecadadora na medida em que deseducam os contribuintes, ao tempo em que cometem tremenda injustiça com os que cumpriram com suas obrigações tributárias na época determinada pelo Poder Público.

Sr^a Deputada e Srs. Deputados, ainda que, assim como alguns argumentam, possa ser dada a impressão de que a política de recuperação de créditos adotada, neste caso, assenta-se em mecanismos periódicos de facilitação da vida dos devedores em detrimento do bom e regulares pagadores das exações impostas, afigura-se neste episódio da empresa Rede Cemat como um simples não recolhimento do ICMS e, muito menos, uma sonegação fiscal, mas, sim, na verdade, a ocorrência do crime de Apropriação Indébita.

Feitas estas considerações, Sr. Presidente, é necessário frisar que sempre estarei junto ao Governo do Estado de Mato Grosso não só para alertas necessários, como, também, para contribuir nas soluções das questões suscitadas pelos órgãos responsáveis, imprensa e pelos contribuintes do nosso Estado.

Por tudo isso, requeremos à Mesa Diretora desta Assembleia Legislativa que encaminhe o presente ao Sr. Presidente da CEMAT - Centrais Elétricas Mato-grossenses S/A as informações acima elencadas.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2013.
Deputado ADALTO DE FREITAS – PMDB

Estamos solicitando cópia do Balanço ou Relatório Anual de Responsabilidade Econômico, Financeiro e Socioambiental dos anos de 2008/2009/2010/2011/2012, porque nós só tivemos acesso aos portais do ano de 2007.

Então, eu quero solicitar à Mesa que nos encaminhe com a máxima urgência possível as informações.

Também, solicitamos cópia do cadastro de consumidores de energia elétrica do Estado de Mato Grosso com fácil identificação dos mesmos.

Vejam só, Srs. Deputados, nós que somos consumidores de energia elétrica pagamos destacadamente na conta de energia o ICMS, e esse ICMS tem que ser depositado aos cofres públicos e a Rede CEMAT não... (TEMPO ESGOTADO)... repassa isso para o Estado de Mato Grosso. O que acontece? Isso é apropriação indébita. Isso não é sonegação.

No Grande Expediente delongaremos mais sobre essa matéria.

Era o que tínhamos para este momento, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Só para esclarecer, Deputado Adalto de Freitas, a rede CEMAT é uma empresa privada e não tem obrigação nenhuma de fornecer balancete ao Estado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

A concessão da rede CEMAT é Federal, portanto, cabe ao Governo Federal as devidas cobranças. A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso e nem o Governo do Estado tem poder de cobrar a solicitação de Vossa Excelência.

O SR. ADALTO DE FREITAS – Como concessão de serviço público do Estado, esta Casa pode cobrar.

Nós vamos colocar a nossa Assessoria Jurídica para dar maior ênfase a este tema, que é de suma importância.

A sonegação e apropriação indébita de recursos oriundos do ICMS é uma coisa que o Estado desconhece.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Solicito à Consultoria Técnico-Jurídica da Mesa Diretora que procure a indagação do Deputado e esclareça a legislação pela qual é regida a Rede CEMAT.

Gostaria de cumprimentar o Exmº Secretário Municipal de Indústria e Comércio do Município de Alta Floresta, meu prezado amigo Douglas Arisi, e o suplente de Vereador do PMDB, daquele município, Humberto Barbosa Ferreira, Presidente do Sindicato dos servidores daquele município.

Sejam bem-vindos a este Parlamento!

Em nome da Mesa Diretora eu lhes dou as boas-vindas!

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Deputado...

O Sr. Pedro Satélite – Pela Ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Pedro Satélite.

O SR. PEDRO SATELITE – Sr. Presidente, apenas para esclarecer o pedido do Deputado Adalto de Freitas. Vossa Excelência realmente tem razão, o Estado de Mato Grosso, Sr. Presidente, a AGER tem um convênio e cabe sim AGER fiscalizar. Mas AGER pode e tem obrigação de fiscalizar qualquer ação tanto do transporte de passageiro como também na questão de energia no Estado de Mato Grosso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Com a palavra Deputado Alexandre Cesar.

O SR. ALEXANDRE CESAR– Bom-dia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, servidores da Casa, imprensa, público presente nas galerias e os que nos assistem através da TV Assembleia Legislativa.

Sr. Presidente, apresentando um conjunto de Indicações em atenção a solicitações dos Municípios de: Acorizal; Água Boa; Alta Floresta; Araputanga; Arenópolis, Aripuanã; Barra do Garças; Campo Novo do Parecis; Canabrava do Norte; Canarana; Chapada dos Guimarães; Confresa; Gaúcha do Norte; Guiratinga; Juscimeira; Nova Bandeirantes; Paranatinga; Planalto da Serra; Pontal do Araguaia; Poxoreu; Rondonópolis; Santo Afonso; São José do Xingu; Tabaporã e Tangará da Serra, no sentido de que seja assegurada a destinação de ônibus escolares a partir do processo de aquisição com recursos do fundo nacional do desenvolvimento da educação FNDE Programa Caminha da Escola.

1ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Secretário de Educação, Ságua Moraes Sousa, a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Acorizal em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Educação, Ságuas Moraes Sousa, mostrando a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Acorizal em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação tem por objetivo a modernização e melhoria dos serviços de Transporte Escolar dos alunos da rede pública de ensino.

O município apresenta malha viária em boa parte não pavimentada, majorando o preço do contrato de locação de serviço de transporte escolar, fazendo com que a municipalidade se onere e fique à mercê de serviço terceirizado e de alto custo, com baixa qualidade de veículos e material humano.

O Programa “Caminho da Escola” foi criado em 2007 com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais. O Programa, também, visa à padronização dos veículos de transporte escolar, a redução dos preços dos veículos e o aumento da transparência nessas aquisições.

O Governo Federal, por meio do FNDE e em parceria com o INMETRO, oferece um veículo com especificações exclusivas, próprias para o transporte de estudantes e adequado às condições de trafegabilidade das vias das zonas rural e urbana brasileira.

O Programa consiste na aquisição, por meio de pregão eletrônico para registro de preços realizados pelo FNDE, de veículos padronizados para o transporte escolar. Há três formas para estados e municípios participarem do Caminho da Escola: com recursos próprios, bastando aderir ao pregão via convênio firmado com o FNDE ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

Diante de tal, indico ao Exmº Sr. Secretário de Educação do Estado de Mato Grosso a necessidade da aquisição e destinação de ônibus escolares para atendimento da população estudantil deste município.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2012.
Deputado ALEXANDRE CESAR- PT

2ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, Ságuas Moraes Sousa, a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Água Boa em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Educação, Ságuas Moraes Sousa, mostrando a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Água Boa em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00
HORAS.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação tem por objetivo a modernização e melhoria dos serviços de Transporte Escolar dos alunos da rede pública de ensino.

O município apresenta malha viária em boa parte não pavimentada, majorando o preço do contrato de locação de serviço de transporte escolar, fazendo com que a municipalidade se onere e fique à mercê de serviço terceirizado e de alto custo, com baixa qualidade de veículos e material humano.

O Programa “Caminho da Escola” foi criado em 2007 com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais. O Programa, também, visa à padronização dos veículos de transporte escolar, a redução dos preços dos veículos e o aumento da transparência nessas aquisições.

O Governo Federal, por meio do FNDE e em parceria com o INMETRO, oferece um veículo com especificações exclusivas, próprias para o transporte de estudantes e adequado às condições de trafegabilidade das vias das zonas rural e urbana brasileira.

O Programa consiste na aquisição, por meio de pregão eletrônico para registro de preços realizados pelo FNDE, de veículos padronizados para o transporte escolar. Há três formas para estados e municípios participarem do Caminho da Escola: com recursos próprios, bastando aderir ao pregão via convênio firmado com o FNDE ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

Diante de tal, indico ao Exmº Sr. Secretário de Educação do Estado de Mato Grosso a necessidade da aquisição e destinação de ônibus escolares para atendimento da população estudantil deste município.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2012.
Deputado ALEXANDRE CESAR- PT

3ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, Ságuas Moraes Sousa, a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Alta Floresta em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Educação, Ságuas Moraes Sousa, mostrando a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Alta Floresta em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

JUSTIFICATIVA

Atendendo ao solicitado pelo Exmº Sr. Rogério Colicchio dos Santos, Vereador do Município de Alta Floresta, a presente Indicação tem por objetivo a modernização e melhoria dos serviços de transporte escolar dos alunos da rede pública de ensino.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

O município apresenta malha viária em boa parte não pavimentada, majorando o preço do contrato de locação de serviço de transporte escolar, fazendo com que a municipalidade se onere e fique à mercê de serviço terceirizado e de alto custo, com baixa qualidade de veículos e material humano.

O Programa “Caminho da Escola” foi criado em 2007 com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais. O Programa, também, visa à padronização dos veículos de transporte escolar, a redução dos preços dos veículos e o aumento da transparência nessas aquisições.

O Governo Federal, por meio do FNDE e em parceria com o INMETRO, oferece um veículo com especificações exclusivas, próprias para o transporte de estudantes e adequado às condições de trafegabilidade das vias das zonas rural e urbana brasileira.

O Programa consiste na aquisição, por meio de pregão eletrônico para registro de preços realizados pelo FNDE, de veículos padronizados para o transporte escolar. Há três formas para estados e municípios participarem do Caminho da Escola: com recursos próprios, bastando aderir ao pregão via convênio firmado com o FNDE ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

Diante de tal, indico ao Exmº Sr. Secretário de Educação do Estado de Mato Grosso a necessidade da aquisição e destinação de ônibus escolares para atendimento da população estudantil deste município.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2012.

Deputado ALEXANDRE CESAR- PT

4ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, Ságuas Moraes Sousa, a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Araputanga em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Educação, Ságuas Moraes Sousa, mostrando a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Araputanga em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

JUSTIFICATIVA

Atendendo ao solicitado pelo Exmº Sr. Secretário Municipal de Educação do Município de Araputanga, Hemerson Carvalho Benvenuti, a presente Indicação tem por objetivo a modernização e melhoria dos serviços de transporte escolar dos alunos da rede pública de ensino.

O município apresenta malha viária em boa parte não pavimentada, majorando o preço do contrato de locação de serviço de transporte escolar, fazendo com que a municipalidade se onere e fique à mercê de serviço terceirizado e de alto custo, com baixa qualidade de veículos e material humano.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

O Programa “Caminho da Escola” foi criado em 2007 com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais. O Programa, também, visa à padronização dos veículos de transporte escolar, a redução dos preços dos veículos e o aumento da transparência nessas aquisições.

O Governo Federal, por meio do FNDE e em parceria com o INMETRO, oferece um veículo com especificações exclusivas, próprias para o transporte de estudantes e adequado às condições de trafegabilidade das vias das zonas rural e urbana brasileira.

O Programa consiste na aquisição, por meio de pregão eletrônico para registro de preços realizados pelo FNDE, de veículos padronizados para o transporte escolar. Há três formas para estados e municípios participarem do Caminho da Escola: com recursos próprios, bastando aderir ao pregão via convênio firmado com o FNDE ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

Diante de tal, indico ao Exmº Sr. Secretário de Educação do Estado de Mato Grosso a necessidade da aquisição e destinação de ônibus escolares para atendimento da população estudantil deste município.

Plenário das Deliberações Deputado René Barbour, 20 de fevereiro de 2012.
Deputado ALEXANDRE CESAR- PT

5ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, Ságuas Moraes Sousa, a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Arenópolis em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requieiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Educação, Ságuas Moraes Sousa, mostrando a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Arenópolis em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação tem por objetivo a modernização e melhoria dos serviços de transporte escolar dos alunos da rede pública de ensino.

O município apresenta malha viária em boa parte não pavimentada, majorando o preço do contrato de locação de serviço de transporte escolar, fazendo com que a municipalidade se onere e fique à mercê de serviço terceirizado e de alto custo, com baixa qualidade de veículos e material humano.

O Programa “Caminho da Escola” foi criado em 2007 com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais. O Programa, também, visa à padronização dos veículos de transporte escolar, a redução dos preços dos veículos e o aumento da transparência nessas aquisições.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

O Governo Federal, por meio do FNDE e em parceria com o INMETRO, oferece um veículo com especificações exclusivas, próprias para o transporte de estudantes e adequado às condições de trafegabilidade das vias das zonas rural e urbana brasileira.

O Programa consiste na aquisição, por meio de pregão eletrônico para registro de preços realizados pelo FNDE, de veículos padronizados para o transporte escolar. Há três formas para estados e municípios participarem do Caminho da Escola: com recursos próprios, bastando aderir ao pregão via convênio firmado com o FNDE ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

Diante de tal, indico ao Exm^o Sr. Secretário de Educação do Estado de Mato Grosso a necessidade da aquisição e destinação de ônibus escolares para atendimento da população estudantil deste município.

Plenário das Deliberações Deputado René Barbour, 20 de fevereiro de 2012.
Deputado ALEXANDRE CESAR- PT

6^a) INDICAÇÃO: Indica ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Educação, Ságuaes Moraes Sousa, a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Aripuanã em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exm^o Sr. Secretário de Educação, Ságuaes Moraes Sousa, mostrando a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Aripuanã em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

JUSTIFICATIVA

Atendendo ao solicitado pelo Exm^o Sr. Vereador do Município de Aripuanã, Luciano Demazzi, a presente Indicação tem por objetivo a modernização e melhoria dos serviços de transporte escolar dos alunos da rede pública de ensino.

O município apresenta malha viária em boa parte não pavimentada, majorando o preço do contrato de locação de serviço de transporte escolar, fazendo com que a municipalidade se onere e fique à mercê de serviço terceirizado e de alto custo, com baixa qualidade de veículos e material humano.

O Programa “Caminho da Escola” foi criado em 2007 com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais. O Programa, também, visa à padronização dos veículos de transporte escolar, a redução dos preços dos veículos e o aumento da transparência nessas aquisições.

O Governo Federal, por meio do FNDE e em parceria com o INMETRO, oferece um veículo com especificações exclusivas, próprias para o transporte de estudantes e adequado às condições de trafegabilidade das vias das zonas rural e urbana brasileira.

O Programa consiste na aquisição, por meio de pregão eletrônico para registro de preços realizados pelo FNDE, de veículos padronizados para o transporte escolar. Há três formas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

para estados e municípios participarem do Caminho da Escola: com recursos próprios, bastando aderir ao pregão via convênio firmado com o FNDE ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

Diante de tal, indico ao Exmº Sr. Secretário de Educação do Estado de Mato Grosso a necessidade da aquisição e destinação de ônibus escolares para atendimento da população estudantil deste município.

Plenário das Deliberações Deputado René Barbour, 20 de fevereiro de 2012.
Deputado ALEXANDRE CESAR- PT

7ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, Ságuas Moraes Sousa, a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Barra do Garças em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requiero à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Educação, Ságuas Moraes Sousa, mostrando a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Barra do Garças em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação tem por objetivo a modernização e melhoria dos serviços de transporte escolar dos alunos da rede pública de ensino.

O município apresenta malha viária em boa parte não pavimentada, majorando o preço do contrato de locação de serviço de transporte escolar, fazendo com que a municipalidade se onere e fique à mercê de serviço terceirizado e de alto custo, com baixa qualidade de veículos e material humano.

O Programa “Caminho da Escola” foi criado em 2007 com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais. O Programa, também, visa à padronização dos veículos de transporte escolar, a redução dos preços dos veículos e o aumento da transparência nessas aquisições.

O Governo Federal, por meio do FNDE e em parceria com o INMETRO, oferece um veículo com especificações exclusivas, próprias para o transporte de estudantes e adequado às condições de trafegabilidade das vias das zonas rural e urbana brasileira.

O Programa consiste na aquisição, por meio de pregão eletrônico para registro de preços realizados pelo FNDE, de veículos padronizados para o transporte escolar. Há três formas para estados e municípios participarem do Caminho da Escola: com recursos próprios, bastando aderir ao pregão via convênio firmado com o FNDE ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Diante de tal, indico ao Exmº Sr. Secretário de Educação do Estado de Mato Grosso a necessidade da aquisição e destinação de ônibus escolares para atendimento da população estudantil deste município.

Plenário das Deliberações Deputado René Barbour, 20 de fevereiro de 2012.
Deputado ALEXANDRE CESAR- PT

8ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, Ságua Moraes Sousa, a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Campo Novo do Parecis em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Educação, Ságua Moraes Sousa, mostrando a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Campo Novo do Parecis em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação tem por objetivo a modernização e melhoria dos serviços de transporte escolar dos alunos da rede pública de ensino.

O município apresenta malha viária em boa parte não pavimentada, majorando o preço do contrato de locação de serviço de transporte escolar, fazendo com que a municipalidade se onere e fique à mercê de serviço terceirizado e de alto custo, com baixa qualidade de veículos e material humano.

O Programa “Caminho da Escola” foi criado em 2007 com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais. O Programa, também, visa à padronização dos veículos de transporte escolar, a redução dos preços dos veículos e o aumento da transparência nessas aquisições.

O Governo Federal, por meio do FNDE e em parceria com o INMETRO, oferece um veículo com especificações exclusivas, próprias para o transporte de estudantes e adequado às condições de trafegabilidade das vias das zonas rural e urbana brasileira.

O Programa consiste na aquisição, por meio de pregão eletrônico para registro de preços realizados pelo FNDE, de veículos padronizados para o transporte escolar. Há três formas para estados e municípios participarem do Caminho da Escola: com recursos próprios, bastando aderir ao pregão via convênio firmado com o FNDE ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

Diante de tal, indico ao Exmº Sr. Secretário de Educação do Estado de Mato Grosso a necessidade da aquisição e destinação de ônibus escolares para atendimento da população estudantil deste município.

Plenário das Deliberações Deputado René Barbour, 20 de fevereiro de 2012.
Deputado ALEXANDRE CESAR- PT

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

9ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, Ságuas Moraes Sousa, a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Canabrava do Norte em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Educação, Ságuas Moraes Sousa, mostrando a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Canabrava do Norte em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação tem por objetivo a modernização e melhoria dos serviços de transporte escolar dos alunos da rede pública de ensino.

O município apresenta malha viária em boa parte não pavimentada, majorando o preço do contrato de locação de serviço de transporte escolar, fazendo com que a municipalidade se onere e fique à mercê de serviço terceirizado e de alto custo, com baixa qualidade de veículos e material humano.

O Programa “Caminho da Escola” foi criado em 2007 com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais. O Programa, também, visa à padronização dos veículos de transporte escolar, a redução dos preços dos veículos e o aumento da transparência nessas aquisições.

O Governo Federal, por meio do FNDE e em parceria com o INMETRO, oferece um veículo com especificações exclusivas, próprias para o transporte de estudantes e adequado às condições de trafegabilidade das vias das zonas rural e urbana brasileira.

O Programa consiste na aquisição, por meio de pregão eletrônico para registro de preços realizados pelo FNDE, de veículos padronizados para o transporte escolar. Há três formas para estados e municípios participarem do Caminho da Escola: com recursos próprios, bastando aderir ao pregão via convênio firmado com o FNDE ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

Diante de tal, indico ao Exmº Sr. Secretário de Educação do Estado de Mato Grosso a necessidade da aquisição e destinação de ônibus escolares para atendimento da população estudantil deste município.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2012.
Deputado ALEXANDRE CESAR- PT

10ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, Ságuas Moraes Sousa, a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Canarana em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Secretário de Educação, Ságuas Moraes Sousa, mostrando a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Canarana em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação tem por objetivo a modernização e melhoria dos serviços de transporte escolar dos alunos da rede pública de ensino.

O município apresenta malha viária em boa parte não pavimentada, majorando o preço do contrato de locação de serviço de transporte escolar, fazendo com que a municipalidade se onere e fique à mercê de serviço terceirizado e de alto custo, com baixa qualidade de veículos e material humano.

O Programa “Caminho da Escola” foi criado em 2007 com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais. O Programa, também, visa à padronização dos veículos de transporte escolar, a redução dos preços dos veículos e o aumento da transparência nessas aquisições.

O Governo Federal, por meio do FNDE e em parceria com o INMETRO, oferece um veículo com especificações exclusivas, próprias para o transporte de estudantes e adequado às condições de trafegabilidade das vias das zonas rural e urbana brasileira.

O Programa consiste na aquisição, por meio de pregão eletrônico para registro de preços realizados pelo FNDE, de veículos padronizados para o transporte escolar. Há três formas para estados e municípios participarem do Caminho da Escola: com recursos próprios, bastando aderir ao pregão via convênio firmado com o FNDE ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

Diante de tal, indico ao Exmº Sr. Secretário de Educação do Estado de Mato Grosso a necessidade da aquisição e destinação de ônibus escolares para atendimento da população estudantil deste município.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2012.
Deputado ALEXANDRE CESAR- PT

11ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, Ságuas Moraes Sousa, a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Chapada dos Guimarães em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Educação, Ságuas Moraes Sousa, mostrando a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Chapada dos Guimarães em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

JUSTIFICATIVA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

A presente Indicação tem por objetivo a modernização e melhoria dos serviços de transporte escolar dos alunos da rede pública de ensino.

O município apresenta malha viária em boa parte não pavimentada, majorando o preço do contrato de locação de serviço de transporte escolar, fazendo com que a municipalidade se onere e fique à mercê de serviço terceirizado e de alto custo, com baixa qualidade de veículos e material humano.

O Programa “Caminho da Escola” foi criado em 2007 com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais. O Programa, também, visa à padronização dos veículos de transporte escolar, a redução dos preços dos veículos e o aumento da transparência nessas aquisições.

O Governo Federal, por meio do FNDE e em parceria com o INMETRO, oferece um veículo com especificações exclusivas, próprias para o transporte de estudantes e adequado às condições de trafegabilidade das vias das zonas rural e urbana brasileira.

O Programa consiste na aquisição, por meio de pregão eletrônico para registro de preços realizados pelo FNDE, de veículos padronizados para o transporte escolar. Há três formas para estados e municípios participarem do Caminho da Escola: com recursos próprios, bastando aderir ao pregão via convênio firmado com o FNDE ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

Diante de tal, indico ao Exmº Sr. Secretário de Educação do Estado de Mato Grosso a necessidade da aquisição e destinação de ônibus escolares para atendimento da população estudantil deste município.

Plenário das Deliberações Deputado René Barbour, 20 de fevereiro de 2012.
Deputado ALEXANDRE CESAR- PT

12ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, Ságuas Moraes Sousa, a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Confresa em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Educação, Ságuas Moraes Sousa, mostrando a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Confresa em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

JUSTIFICATIVA

Atendendo ao solicitado pela Exmª Srª Vice- Prefeita do Município de Confresa, Agenora Moraes da Silva, a presente Indicação tem por objetivo a modernização e melhoria dos serviços de transporte escolar dos alunos da rede pública de ensino.

O município apresenta malha viária em boa parte não pavimentada, majorando o preço do contrato de locação de serviço de transporte escolar, fazendo com que a municipalidade se

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

onere e fique à mercê de serviço terceirizado e de alto custo, com baixa qualidade de veículos e material humano.

O Programa “Caminho da Escola” foi criado em 2007 com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais. O Programa, também, visa à padronização dos veículos de transporte escolar, a redução dos preços dos veículos e o aumento da transparência nessas aquisições.

O Governo Federal, por meio do FNDE e em parceria com o INMETRO, oferece um veículo com especificações exclusivas, próprias para o transporte de estudantes e adequado às condições de trafegabilidade das vias das zonas rural e urbana brasileira.

O Programa consiste na aquisição, por meio de pregão eletrônico para registro de preços realizados pelo FNDE, de veículos padronizados para o transporte escolar. Há três formas para estados e municípios participarem do Caminho da Escola: com recursos próprios, bastando aderir ao pregão via convênio firmado com o FNDE ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

Diante de tal, indico ao Exmº Sr. Secretário de Educação do Estado de Mato Grosso a necessidade da aquisição e destinação de ônibus escolares para atendimento da população estudantil deste município.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2012.

Deputado ALEXANDRE CESAR- PT

13ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, Ságua Moraes Sousa, a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Gaúcha do Norte em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Educação, Ságua Moraes Sousa, mostrando a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Gaúcha do Norte em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação tem por objetivo a modernização e melhoria dos serviços de transporte escolar dos alunos da rede pública de ensino.

O município apresenta malha viária em boa parte não pavimentada, majorando o preço do contrato de locação de serviço de transporte escolar, fazendo com que a municipalidade se onere e fique à mercê de serviço terceirizado e de alto custo, com baixa qualidade de veículos e material humano.

O Programa “Caminho da Escola” foi criado em 2007 com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

municipais. O Programa, também, visa à padronização dos veículos de transporte escolar, a redução dos preços dos veículos e o aumento da transparência nessas aquisições.

O Governo Federal, por meio do FNDE e em parceria com o INMETRO, oferece um veículo com especificações exclusivas, próprias para o transporte de estudantes e adequado às condições de trafegabilidade das vias das zonas rural e urbana brasileira.

O Programa consiste na aquisição, por meio de pregão eletrônico para registro de preços realizados pelo FNDE, de veículos padronizados para o transporte escolar. Há três formas para estados e municípios participarem do Caminho da Escola: com recursos próprios, bastando aderir ao pregão via convênio firmado com o FNDE ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

Diante de tal, indico ao Exmº Sr. Secretário de Educação do Estado de Mato Grosso a necessidade da aquisição e destinação de ônibus escolares para atendimento da população estudantil deste município.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2012.

Deputado ALEXANDRE CESAR- PT

14ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, Ságuas Moraes Sousa, a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Guiratinga em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requero à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Educação, Ságuas Moraes Sousa, mostrando a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Guiratinga em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

JUSTIFICATIVA

Atendendo ao solicitado pelo Exmº Sr. Vereador do Município de Guiratinga, Adão Alves de Camargo, a presente Indicação tem por objetivo a modernização e melhoria dos serviços de transporte escolar dos alunos da rede pública de ensino.

O município apresenta malha viária em boa parte não pavimentada, majorando o preço do contrato de locação de serviço de transporte escolar, fazendo com que a municipalidade se onere e fique à mercê de serviço terceirizado e de alto custo, com baixa qualidade de veículos e material humano.

O Programa “Caminho da Escola” foi criado em 2007 com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais. O Programa, também, visa à padronização dos veículos de transporte escolar, a redução dos preços dos veículos e o aumento da transparência nessas aquisições.

O Governo Federal, por meio do FNDE e em parceria com o INMETRO, oferece um veículo com especificações exclusivas, próprias para o transporte de estudantes e adequado às condições de trafegabilidade das vias das zonas rural e urbana brasileira.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

O Programa consiste na aquisição, por meio de pregão eletrônico para registro de preços realizados pelo FNDE, de veículos padronizados para o transporte escolar. Há três formas para estados e municípios participarem do Caminho da Escola: com recursos próprios, bastando aderir ao pregão via convênio firmado com o FNDE ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

Diante de tal, indico ao Exmº Sr. Secretário de Educação do Estado de Mato Grosso a necessidade da aquisição e destinação de ônibus escolares para atendimento da população estudantil deste município.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2012.

Deputado ALEXANDRE CESAR- PT

15ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, Ságua Moraes Sousa, a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Juscimeira em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Educação, Ságua Moraes Sousa, mostrando a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Juscimeira em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

JUSTIFICATIVA

Atendendo ao solicitado pelo Exmº Sr. Vereador do Município de Juscimeira, Jose Wilson Florentino, a presente Indicação tem por objetivo a modernização e melhoria dos serviços de transporte escolar dos alunos da rede pública de ensino.

O município apresenta malha viária em boa parte não pavimentada, majorando o preço do contrato de locação de serviço de transporte escolar, fazendo com que a municipalidade se onere e fique à mercê de serviço terceirizado e de alto custo, com baixa qualidade de veículos e material humano.

O Programa “Caminho da Escola” foi criado em 2007 com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais. O Programa, também, visa à padronização dos veículos de transporte escolar, a redução dos preços dos veículos e o aumento da transparência nessas aquisições.

O Governo Federal, por meio do FNDE e em parceria com o INMETRO, oferece um veículo com especificações exclusivas, próprias para o transporte de estudantes e adequado às condições de trafegabilidade das vias das zonas rural e urbana brasileira.

O Programa consiste na aquisição, por meio de pregão eletrônico para registro de preços realizados pelo FNDE, de veículos padronizados para o transporte escolar. Há três formas para estados e municípios participarem do Caminho da Escola: com recursos próprios, bastando aderir ao pregão via convênio firmado com o FNDE ou por meio de financiamento do Banco

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

Diante de tal, indico ao Exmº Sr. Secretário de Educação do Estado de Mato Grosso a necessidade da aquisição e destinação de ônibus escolares para atendimento da população estudantil deste município.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2012.
Deputado ALEXANDRE CESAR- PT

16ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, Ságua Moraes Sousa, a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Nova Bandeirantes em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Educação, Ságua Moraes Sousa, mostrando a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Nova Bandeirantes em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação tem por objetivo a modernização e melhoria dos serviços de transporte escolar dos alunos da rede pública de ensino.

O município apresenta malha viária em boa parte não pavimentada, majorando o preço do contrato de locação de serviço de transporte escolar, fazendo com que a municipalidade se onere e fique à mercê de serviço terceirizado e de alto custo, com baixa qualidade de veículos e material humano.

O Programa “Caminho da Escola” foi criado em 2007 com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais. O Programa, também, visa à padronização dos veículos de transporte escolar, a redução dos preços dos veículos e o aumento da transparência nessas aquisições.

O Governo Federal, por meio do FNDE e em parceria com o INMETRO, oferece um veículo com especificações exclusivas, próprias para o transporte de estudantes e adequado às condições de trafegabilidade das vias das zonas rural e urbana brasileira.

O Programa consiste na aquisição, por meio de pregão eletrônico para registro de preços realizados pelo FNDE, de veículos padronizados para o transporte escolar. Há três formas para estados e municípios participarem do Caminho da Escola: com recursos próprios, bastando aderir ao pregão via convênio firmado com o FNDE ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

Diante de tal, indico ao Exmº Sr. Secretário de Educação do Estado de Mato Grosso a necessidade da aquisição e destinação de ônibus escolares para atendimento da população estudantil deste município.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2012.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Deputado ALEXANDRE CESAR- PT

17ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, Ságuas Moraes Sousa, a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Paranatinga em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Educação, Ságuas Moraes Sousa, mostrando a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Paranatinga em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação tem por objetivo a modernização e melhoria dos serviços de transporte escolar dos alunos da rede pública de ensino.

O município apresenta malha viária em boa parte não pavimentada, majorando o preço do contrato de locação de serviço de transporte escolar, fazendo com que a municipalidade se onere e fique à mercê de serviço terceirizado e de alto custo, com baixa qualidade de veículos e material humano.

O Programa “Caminho da Escola” foi criado em 2007 com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais. O Programa, também, visa à padronização dos veículos de transporte escolar, a redução dos preços dos veículos e o aumento da transparência nessas aquisições.

O Governo Federal, por meio do FNDE e em parceria com o INMETRO, oferece um veículo com especificações exclusivas, próprias para o transporte de estudantes e adequado às condições de trafegabilidade das vias das zonas rural e urbana brasileira.

O Programa consiste na aquisição, por meio de pregão eletrônico para registro de preços realizados pelo FNDE, de veículos padronizados para o transporte escolar. Há três formas para estados e municípios participarem do Caminho da Escola: com recursos próprios, bastando aderir ao pregão via convênio firmado com o FNDE ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

Diante de tal, indico ao Exmº Sr. Secretário de Educação do Estado de Mato Grosso a necessidade da aquisição e destinação de ônibus escolares para atendimento da população estudantil deste município.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2012.
Deputado ALEXANDRE CESAR- PT

18ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, Ságuas Moraes Sousa, a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Planalto da Serra em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Educação, Ságuas Moraes Sousa, mostrando a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Planalto da Serra em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação tem por objetivo a modernização e melhoria dos serviços de transporte escolar dos alunos da rede pública de ensino.

O município apresenta malha viária em boa parte não pavimentada, majorando o preço do contrato de locação de serviço de transporte escolar, fazendo com que a municipalidade se onere e fique à mercê de serviço terceirizado e de alto custo, com baixa qualidade de veículos e material humano.

O Programa “Caminho da Escola” foi criado em 2007 com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais. O Programa, também, visa à padronização dos veículos de transporte escolar, a redução dos preços dos veículos e o aumento da transparência nessas aquisições.

O Governo Federal, por meio do FNDE e em parceria com o INMETRO, oferece um veículo com especificações exclusivas, próprias para o transporte de estudantes e adequado às condições de trafegabilidade das vias das zonas rural e urbana brasileira.

O Programa consiste na aquisição, por meio de pregão eletrônico para registro de preços realizados pelo FNDE, de veículos padronizados para o transporte escolar. Há três formas para estados e municípios participarem do Caminho da Escola: com recursos próprios, bastando aderir ao pregão via convênio firmado com o FNDE ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

Diante de tal, indico ao Exmº Sr. Secretário de Educação do Estado de Mato Grosso a necessidade da aquisição e destinação de ônibus escolares para atendimento da população estudantil deste município.

Plenário das Deliberações Deputado René Barbour, 20 de fevereiro de 2012.
Deputado ALEXANDRE CESAR- PT

19ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, Ságuas Moraes Sousa, a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Pontal do Araguaia em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Educação, Ságuas Moraes Sousa, mostrando a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Pontal do Araguaia em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00
HORAS.

JUSTIFICATIVA

Atendendo ao solicitado pela Exm^a Sr^a Vereadora do Município de Pontal do Araguaia, Antônia Parreira de Almeida, a presente Indicação tem por objetivo a modernização e melhoria dos serviços de transporte escolar dos alunos da rede pública de ensino.

O município apresenta malha viária em boa parte não pavimentada, majorando o preço do contrato de locação de serviço de transporte escolar, fazendo com que a municipalidade se onere e fique à mercê de serviço terceirizado e de alto custo, com baixa qualidade de veículos e material humano.

O Programa “Caminho da Escola” foi criado em 2007 com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais. O Programa, também, visa à padronização dos veículos de transporte escolar, a redução dos preços dos veículos e o aumento da transparência nessas aquisições.

O Governo Federal, por meio do FNDE e em parceria com o INMETRO, oferece um veículo com especificações exclusivas, próprias para o transporte de estudantes e adequado às condições de trafegabilidade das vias das zonas rural e urbana brasileira.

O Programa consiste na aquisição, por meio de pregão eletrônico para registro de preços realizados pelo FNDE, de veículos padronizados para o transporte escolar. Há três formas para estados e municípios participarem do Caminho da Escola: com recursos próprios, bastando aderir ao pregão via convênio firmado com o FNDE ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

Diante de tal, indico ao Exm^o Sr. Secretário de Educação do Estado de Mato Grosso a necessidade da aquisição e destinação de ônibus escolares para atendimento da população estudantil deste município.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2012.
Deputado ALEXANDRE CESAR- PT

20^a) INDICAÇÃO: Indica ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Educação, Ságuaes Moraes Sousa, a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Poxoréu em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exm^o Sr. Secretário de Educação, Ságuaes Moraes Sousa, mostrando a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Poxoreu em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

JUSTIFICATIVA

Atendendo ao solicitado pela Exm^a Sr^a Prefeita do Município de Poxoréu, Jane Maria Sanches Lopez, a presente Indicação tem por objetivo a modernização e melhoria dos serviços de transporte escolar dos alunos da rede pública de ensino.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

O município apresenta malha viária em boa parte não pavimentada, majorando o preço do contrato de locação de serviço de transporte escolar, fazendo com que a municipalidade se onere e fique à mercê de serviço terceirizado e de alto custo, com baixa qualidade de veículos e material humano.

O Programa “Caminho da Escola” foi criado em 2007 com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais. O Programa, também, visa à padronização dos veículos de transporte escolar, a redução dos preços dos veículos e o aumento da transparência nessas aquisições.

O Governo Federal, por meio do FNDE e em parceria com o INMETRO, oferece um veículo com especificações exclusivas, próprias para o transporte de estudantes e adequado às condições de trafegabilidade das vias das zonas rural e urbana brasileira.

O Programa consiste na aquisição, por meio de pregão eletrônico para registro de preços realizados pelo FNDE, de veículos padronizados para o transporte escolar. Há três formas para estados e municípios participarem do Caminho da Escola: com recursos próprios, bastando aderir ao pregão via convênio firmado com o FNDE ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

Diante de tal, indico ao Exm^o Sr. Secretário de Educação do Estado de Mato Grosso a necessidade da aquisição e destinação de ônibus escolares para atendimento da população estudantil deste município.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2012.

Deputado ALEXANDRE CESAR- PT

21^a) INDICAÇÃO: Indica ao Exm^o Sr. Secretário de Estado de Educação, Ságuas Moraes Sousa, a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Rondonópolis em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exm^o Sr. Secretário de Educação, Ságuas Moraes Sousa, mostrando a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Rondonópolis em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação tem por objetivo a modernização e melhoria dos serviços de transporte escolar dos alunos da rede pública de ensino.

O município apresenta malha viária em boa parte não pavimentada, majorando o preço do contrato de locação de serviço de transporte escolar, fazendo com que a municipalidade se onere e fique à mercê de serviço terceirizado e de alto custo, com baixa qualidade de veículos e material humano.

O Programa “Caminho da Escola” foi criado em 2007 com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

para a redução da evasão escolar ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais. O Programa, também, visa à padronização dos veículos de transporte escolar, a redução dos preços dos veículos e o aumento da transparência nessas aquisições.

O Governo Federal, por meio do FNDE e em parceria com o INMETRO, oferece um veículo com especificações exclusivas, próprias para o transporte de estudantes e adequado às condições de trafegabilidade das vias das zonas rural e urbana brasileira.

O Programa consiste na aquisição, por meio de pregão eletrônico para registro de preços realizados pelo FNDE, de veículos padronizados para o transporte escolar. Há três formas para estados e municípios participarem do Caminho da Escola: com recursos próprios, bastando aderir ao pregão via convênio firmado com o FNDE ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

Diante de tal, indico ao Exmº Sr. Secretário de Educação do Estado de Mato Grosso a necessidade da aquisição e destinação de ônibus escolares para atendimento da população estudantil deste município.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2012.
Deputado ALEXANDRE CESAR- PT

22ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, Ságuas Moraes Sousa, a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Santo Afonso em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Educação, Ságuas Moraes Sousa, mostrando a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Santo Afonso em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação tem por objetivo a modernização e melhoria dos serviços de transporte escolar dos alunos da rede pública de ensino.

O município apresenta malha viária em boa parte não pavimentada, majorando o preço do contrato de locação de serviço de transporte escolar, fazendo com que a municipalidade se onere e fique à mercê de serviço terceirizado e de alto custo, com baixa qualidade de veículos e material humano.

O Programa “Caminho da Escola” foi criado em 2007 com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais. O Programa, também, visa à padronização dos veículos de transporte escolar, a redução dos preços dos veículos e o aumento da transparência nessas aquisições.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

O Governo Federal, por meio do FNDE e em parceria com o INMETRO, oferece um veículo com especificações exclusivas, próprias para o transporte de estudantes e adequado às condições de trafegabilidade das vias das zonas rural e urbana brasileira.

O Programa consiste na aquisição, por meio de pregão eletrônico para registro de preços realizados pelo FNDE, de veículos padronizados para o transporte escolar. Há três formas para estados e municípios participarem do Caminho da Escola: com recursos próprios, bastando aderir ao pregão via convênio firmado com o FNDE ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

Diante de tal, indico ao Exmº Sr. Secretário de Educação do Estado de Mato Grosso a necessidade da aquisição e destinação de ônibus escolares para atendimento da população estudantil deste município.

Plenário das Deliberações Deputado René Barbour, 20 de fevereiro de 2012.
Deputado ALEXANDRE CESAR- PT

23ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, Ságuaes Moraes Sousa, a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de São José do Xingu em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Educação, Ságuaes Moraes Sousa, mostrando a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de São José do Xingu em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação tem por objetivo a modernização e melhoria dos serviços de transporte escolar dos alunos da rede pública de ensino.

O município apresenta malha viária em boa parte não pavimentada, majorando o preço do contrato de locação de serviço de transporte escolar, fazendo com que a municipalidade se onere e fique à mercê de serviço terceirizado e de alto custo, com baixa qualidade de veículos e material humano.

O Programa “Caminho da Escola” foi criado em 2007 com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais. O Programa, também, visa à padronização dos veículos de transporte escolar, a redução dos preços dos veículos e o aumento da transparência nessas aquisições.

O Governo Federal, por meio do FNDE e em parceria com o INMETRO, oferece um veículo com especificações exclusivas, próprias para o transporte de estudantes e adequado às condições de trafegabilidade das vias das zonas rural e urbana brasileira.

O Programa consiste na aquisição, por meio de pregão eletrônico para registro de preços realizados pelo FNDE, de veículos padronizados para o transporte escolar. Há três formas para estados e municípios participarem do Caminho da Escola: com recursos próprios, bastando

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

aderir ao pregão via convênio firmado com o FNDE ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

Diante de tal, indico ao Exmº Sr. Secretário de Educação do Estado de Mato Grosso a necessidade da aquisição e destinação de ônibus escolares para atendimento da população estudantil deste município.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2012.

Deputado ALEXANDRE CESAR- PT

24ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, Ságuaes Moraes Sousa, a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Tabaporã em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Educação, Ságuaes Moraes Sousa, mostrando a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Tabaporã em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação tem por objetivo a modernização e melhoria dos serviços de transporte escolar dos alunos da rede pública de ensino.

O município apresenta malha viária em boa parte não pavimentada, majorando o preço do contrato de locação de serviço de transporte escolar, fazendo com que a municipalidade se onere e fique à mercê de serviço terceirizado e de alto custo, com baixa qualidade de veículos e material humano.

O Programa “Caminho da Escola” foi criado em 2007 com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais. O Programa, também, visa à padronização dos veículos de transporte escolar, a redução dos preços dos veículos e o aumento da transparência nessas aquisições.

O Governo Federal, por meio do FNDE e em parceria com o INMETRO, oferece um veículo com especificações exclusivas, próprias para o transporte de estudantes e adequado às condições de trafegabilidade das vias das zonas rural e urbana brasileira.

O Programa consiste na aquisição, por meio de pregão eletrônico para registro de preços realizados pelo FNDE, de veículos padronizados para o transporte escolar. Há três formas para estados e municípios participarem do Caminho da Escola: com recursos próprios, bastando aderir ao pregão via convênio firmado com o FNDE ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

Diante de tal, indico ao Exmº Sr. Secretário de Educação do Estado de Mato Grosso a necessidade da aquisição e destinação de ônibus escolares para atendimento da população estudantil deste município.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2012.
Deputado ALEXANDRE CESAR- PT

25ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, Ságuas Moraes Sousa, a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Tangará da Serra em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Educação, Ságuas Moraes Sousa, mostrando a necessidade da destinação de ônibus escolares para o Município de Tangará da Serra em vista da frota de ônibus escolares própria do município ser insuficiente para atender a demanda da rede escolar.

JUSTIFICATIVA

Atendendo ao solicitado pelo Exmº Sr. Secretário Municipal de Educação e Cultura do Município de Tangará da Serra, José Junior Pimenta de Souza, a presente Indicação tem por objetivo a modernização e melhoria dos serviços de transporte escolar dos alunos da rede pública de ensino.

O município apresenta malha viária em boa parte não pavimentada, majorando o preço do contrato de locação de serviço de transporte escolar, fazendo com que a municipalidade se onere e fique à mercê de serviço terceirizado e de alto custo, com baixa qualidade de veículos e material humano.

O Programa “Caminho da Escola” foi criado em 2007 com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais. O Programa, também, visa à padronização dos veículos de transporte escolar, a redução dos preços dos veículos e o aumento da transparência nessas aquisições.

O Governo Federal, por meio do FNDE e em parceria com o INMETRO, oferece um veículo com especificações exclusivas, próprias para o transporte de estudantes e adequado às condições de trafegabilidade das vias das zonas rural e urbana brasileira.

O Programa consiste na aquisição, por meio de pregão eletrônico para registro de preços realizados pelo FNDE, de veículos padronizados para o transporte escolar. Há três formas para estados e municípios participarem do Caminho da Escola: com recursos próprios, bastando aderir ao pregão via convênio firmado com o FNDE ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

Diante de tal, indico ao Exmº Sr. Secretário de Educação do Estado de Mato Grosso a necessidade da aquisição e destinação de ônibus escolares para atendimento da população estudantil deste município.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2012.
Deputado ALEXANDRE CESAR- PT

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Que a Secretaria de Estado de Educação vai licitar e destinar aos municípios mato-grossenses. São trinta e três milhões de reais que já estão disponibilizados para aquisição desses ônibus escolares e as nossas Indicações vêm no sentido de assegurar a esses municípios, desde que comprovem a necessidade e a demanda do transporte escolar, a destinação de recursos para essa finalidade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Nos termos do art. 118, § 1º do Regimento Interno, foram apresentadas proposições de autoria dos Srs. Deputados:

LUCIANE BEZERRA

PROJETO DE LEI:

“Fica instituído o meio-passe nas passagens de ônibus intermunicipais aos estudantes matriculados em estabelecimentos de ensino localizados em municípios diversos de seus domicílios no Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o meio-passe nas passagens de ônibus intermunicipais aos estudantes matriculados em estabelecimentos de ensino localizados em municípios diversos de seus domicílios, exclusivamente, no Estado do Mato Grosso.

§ 1º São beneficiários da redução de 50% (cinquenta por cento) do valor das passagens os estudantes regularmente matriculados nos estabelecimentos de ensino público ou particular, de ensino superior, técnico e profissionalizante, sendo os estabelecimentos de ensino situados em município que não seja o mesmo do domicílio do aluno.

§ 2º Para ter direito ao benefício de que trata a presente lei, comprovada sua matrícula, o estudante deverá apresentar a carteira emitida anualmente e renovável semestralmente pela instituição de ensino e/ou entidade estudantil que o representa.

§ 3º Nos casos em que a cidade não possua entidade estudantil, a carteira poderá ser emitida pelo órgão responsável pela educação no município.

§ 4º Ao deixar a instituição de ensino ou concluir o curso que lhe proporcionou o benefício, o estudante perde automaticamente o direito ao abatimento oriundo desta lei.

Art. 2º O abatimento de que trata o art. 1º desta lei é assegurado, apenas, nas linhas intermunicipais do Estado.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor 90 dias após sua publicação.

JUSTIFICATIVA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

O presente Projeto tem como objetivo atender o clamor da classe estudantil mato-grossense que se encontra em situação social desfavorecida, sendo que em muitos casos muitos estudantes deixam de participar do convívio familiar por conta da dificuldade financeira, pois, não têm como arcar com o valor da passagem.

O projeto em comento visa estender ao conjunto dos estudantes do Estado de Mato Grosso conquista histórica que a juventude brasileira já vem alcançando em muitos outros estados do País, a exemplo do Estado do Ceará: o direito à meia-passagem nos transportes intermunicipais.

A proposição traz para o Estado a ideia de uma nova concepção de investimento que prioriza todos os níveis de ensino, mas atinge principalmente a qualificação dos estudantes que cursam as universidades regionais e que, sem o incentivo do meio-passe intermunicipal, acabariam por evadir-se considerando os gastos existentes não só com deslocamento, mas com livros, material escolar e, dependendo do curso, com equipamentos tão caros quanto indispensáveis e, ainda, o distanciamento do convívio familiar.

O art. 205, *caput*, da Constituição Federal, caracteriza a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, e que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O dever do Estado com a educação, de acordo com o art. 208 da Lei Maior, será efetivado mediante as garantias que elenca, dentre as quais o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um, cf. inciso V do citado dispositivo.

Ora, uma das formas de o Estado viabilizar a mencionada garantia relativa ao acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um, cf. o citado art. 208, V, da CF, consiste exatamente em proporcionar o referido transporte.

A instalação das instituições de ensino superior - faculdades, centros de ensino superior, universidades, entre outras - obedecem à lógica da localização que melhor atenda a seus objetivos. E, para tanto, o atendimento visa à demanda regional e, assim, compreende geralmente alunos procedentes de vários municípios, mais ou menos distantes, conforme o caso.

Importante para a superação do gargalo apontado, especialmente nos municípios aonde as distâncias entre a residência dos estudantes e o local das instituições de ensino superior são longas e o poder aquisitivo da população é relativamente baixo.

Ademais, o desafio maior para o estudante não é só passar no vestibular. É manter-se, durante o curso. A grande parte são trabalhadores que se deslocam durante a noite, que utilizam mais de um ônibus para chegar a sua instituição de ensino. Estes estudantes trabalham e estudam com o objetivo de uma melhor qualificação, em busca de crescimento pessoal e durante a sua formação, não terão uma média salarial suficiente para manterem o curso e a si mesmo, vindo este projeto corrigir essas adversidades e necessidades da classe estudantil.

Pelos motivos expostos, e tendo em vista o grande alcance social da matéria, submeto o presente projeto de lei à apreciação e aprovação dos ilustres Pares.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2013.
Deputada LUCIANE BEZERRA – PSB.”

DILMAR DAL BOSCO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

1ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador de Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues de Lima, a necessidade de aquisições de aparelhos de ultrassom e raio x para atender o Município de Campinápolis.

Nos termos do art.160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado o presente expediente ao Exmº Sr. Governador de Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues de Lima, mostrando a necessidade de aquisições de aparelhos de ultrassom e raio x para atender o Município de Campinápolis.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação visa atender reivindicação de toda população do Município de Campinápolis, mostrando a necessidade de aquisições de aparelhos de ultrassom e raio x.

Justificamos a indicação, uma vez que atualmente os pacientes da rede pública estão enfrentando longas filas para a realização de exames de ultrassom e raio x, sendo necessário até mesmo o deslocamento a outros municípios ou ainda para Capital.

Com a aquisição dos equipamentos, atenderemos aos anseios de toda a população que há muito luta pelos seus direitos.

E nós, como representantes deste povo neste Parlamento, acolhemos com grande empenho esta reivindicação, devido à importância e relevância que o assunto impõe, certos de que a medida contribuirá com melhores condições de vida para toda a população. Por estas razões é que pedimos o acolhimento dos nobres colegas pela aprovação da matéria.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2013.

Deputado DILMAR DAL BOSCO – DEM

2ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador de Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado das Cidades, Francisco Daltro, a necessidade da implantação de uma Academia da Terceira Idade-ATI para atender o Município de Aripuanã.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado o presente expediente ao Exmº Sr. Governador de Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado das Cidades, Francisco Daltro, mostrando a necessidade da implantação de uma Academia da Terceira Idade-ATI para atender o Município de Aripuanã.

JUSTIFICATIVA

A presente Indicação tem como escopo a implantação de uma Academia da Terceira Idade para atender o Município Aripuanã.

A atividade física realizada com regularidade é uma das principais bases para a manutenção da saúde em qualquer idade, junto à correta alimentação e ao estado emocional equilibrado. A nossa saúde está relacionada diretamente ao nosso condicionamento físico. Na terceira idade os exercícios físicos são fundamentais, tanto para as funções cardiovasculares e pulmonares como também na manutenção da saúde mental.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

O exercício regular atua de maneira eficaz sobre a tensão emocional, a angústia e a depressão. Após a atividade física há a sensação de bem estar e até de euforia, produzindo aumento na autoestima.

A prática de atividade física na terceira idade está se tornando um fenômeno cada vez mais comum. Isso porque praticar exercícios físicos melhora a qualidade de vida das pessoas em idade avançada. Portanto todo idoso deve procurar um programa de atividades físicas.

As ATIs-Academias da Terceira Idade são compostas por um conjunto de equipamentos com funções projetadas especialmente para uso dos idosos e já é um sucesso em diversas cidades brasileiras.

O motivo pelo qual apresentamos esta matéria é por entendermos que se tratar de um investimento o qual beneficia aos idosos, pois com a prática de exercícios regulares, ajuda no controle da pressão arterial, ganho da massa muscular e diminuição da gordura, bem como é uma fonte de equilíbrio, concentração e prevenção às doenças.

Pelo exposto, acolhemos com grande empenho esta reivindicação, e pedimos a colaboração dos nobres Pares na aprovação da presente matéria.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2013.

Deputado DILMAR DAL BOSCO – DEM

3ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador de Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado das Cidades, Francisco Daltro, a necessidade da construção de uma praça no Município de Novo Mundo.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado o presente expediente ao Exmº Sr. Governador de Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado das Cidades, Francisco Daltro, mostrando a necessidade de construção de uma praça no Município de Novo Mundo.

JUSTIFICATIVA

O Município de Novo Mundo está localizado a uma distância de 785 Km (setecentos e oitenta e cinco) quilômetros da capital do Estado, conta com uma população aproximada de 6.850 (seis mil oitocentos e cinquenta) habitantes, em uma extensão territorial de 5.800 km² (cinco mil e oitocentos) quilômetros quadrados.

A presente indicação tem a finalidade de reivindicar a construção de uma Praça de lazer no Município de Novo Mundo, pois a praça é um espaço público urbano, livre de edifícios e que propicia a convivência, a reunião entre famílias, amigos, ou seja, a recreação para seus usuários, servindo como uma forma de entretenimento para os moradores.

Pelo exposto, acolhemos com grande empenho esta reivindicação, e pedimos a colaboração dos nobres Pares na aprovação da presente matéria.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2013.

Deputado DILMAR DAL BOSCO – DEM

4ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador de Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Diretor-Presidente do Instituto de Terras de Mato Grosso, Afonso Dalberto, a necessidade de Regularização Fundiária Urbana e Rural no Município de Novo Mundo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado o presente expediente ao Exmº Sr. Governador de Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Diretor-Presidente do Instituto de Terras de Mato Grosso, Afonso Dalberto, a necessidade de Regularização Fundiária Urbana e Rural no Município de Novo Mundo.

JUSTIFICATIVA

O Município de Novo Mundo está localizado a uma distância de 785 Km (setecentos e oitenta e cinco) quilômetros da capital do Estado, conta com uma população aproximada de 6.850 (seis mil oitocentos e cinquenta) habitantes, em uma extensão territorial de 5.800 km² (cinco mil e oitocentos) quilômetros quadrados.

A indicação que ora apresentamos, visa à regularização fundiária urbana e rural no município supracitado, buscando levar aos moradores o acesso a terras regularizadas, desenvolvendo assim a localidade economicamente, fazendo com que tirem da informalidade os micros e pequenos produtores rurais, que precisam comercializar os produtos de forma legal.

No entanto, será necessária uma política pública voltada para os moradores, homens e mulheres que enfrentam as relações cotidianas, que constroem e reconstroem suas moradias e suas histórias identificando suas necessidades, interesses e também suas potencialidades.

Assim, com as devidas regularizações, melhorará as condições de moradia e serviços para os munícipes de Novo Mundo.

Pelo exposto, acolhemos com grande empenho esta reivindicação e pedimos a colaboração dos nobres Pares na aprovação da presente matéria.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2013.

Deputado DILMAR DAL BOSCO – DEM”

5ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Governador de Estado Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues de Lima, a instalação de um Programa Saúde da Família-PSF no Município de Pontal do Araguaia.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado o presente expediente ao Exmº Sr. Governador de Estado Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues de Lima, a instalação de um Programa Saúde da Família-PSF no Município de Pontal do Araguaia.

JUSTIFICATIVA

Pontal do Araguaia está localizado a 580 km (quinhentos e oitenta quilômetros) da Capital, tendo uma população aproximada de 7.500 (sete mil e quinhentos habitantes), em uma extensão territorial de 2.755 Km² (dois mil setecentos e cinquenta e cinco) quilômetros quadrados.

A presente indicação tem como escopo a implantação de um Programa Saúde da Família-PSF no Município de Pontal do Araguaia.

O Programa Saúde da Família é entendido como uma estratégia de reorientação do modelo assistencial, operacionalizada mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde. As equipes atuam com ações de promoção da saúde, prevenção,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes, e na manutenção da saúde da comunidade.

Pelo exposto, acolhemos com grande empenho esta reivindicação, e pedimos a colaboração dos nobres Pares na aprovação da presente matéria.

Plenário das Deliberações Deputado René Barbour, 20 de fevereiro de 2013.

Deputado DILMAR DAL BOSCO – DEM

6ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador de Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana, Cinésio Nunes de Oliveira, a necessidade da doação de lama asfáltica para o recapeamento das ruas do Município de Pontal do Araguaia.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado o presente expediente ao Exmº Sr. Governador de Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana, Cinésio Nunes de Oliveira, a necessidade da doação de lama asfáltica para o recapeamento das ruas do Município de Pontal do Araguaia.

JUSTIFICATIVA

A indicação que ora apresentamos visa à necessidade do Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana, efetuar a doação de lama asfáltica, que serão utilizados no recapeamento das principais ruas da Cidade de Pontal do Araguaia.

Tal solicitação se faz necessária porque a lama é um líquido que lançado sobre o pavimento garantirá maior durabilidade, haja vista que ele serve para selar e tirar todas as imperfeições do asfalto. Este tipo de produto suporta o grande volume de tráfego de veículos sobre a pista fazendo com que o surgimento de buracos seja mais tardio. Além disso, o asfaltamento sem imperfeições traz benefícios para a população valorizando as casas e embelezando a cidade.

Desta forma, tal propositura é de grande relevância para atender aos anseios e reivindicações também da população que há anos sofre com o problema de pavimentação precária.

Nobres Pares, como representantes do povo neste Parlamento, acolhemos com grande empenho esta reivindicação, dada a importância e relevância que o assunto impõe, certo de que a medida contribuirá com melhores condições de vida para toda a população daquele município.

Plenário das Deliberações Deputado René Barbour, 20 de fevereiro de 2013.

Deputado DILMAR DAL BOSCO – DEM

7ª) REQUERIMENTO: Nos termos do art. 177 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeremos à Mesa Diretora, depois de ouvido o soberano Plenário, que determine a realização de uma Audiência Pública para tratar da regularização fundiária em Sinop, no dia 05 de abril de 2013, às 17:00 horas, na Câmara Municipal de Sinop.

JUSTIFICATIVA

Sinop é a quarta maior cidade de Mato Grosso. A sua população é estimada em mais de 110 mil habitantes, o que coloca Sinop em 229º lugar no Brasil, 114º lugar entre os municípios interioranos e 4º lugar no estado. Possui uma área de 3.194,339 km² e a principal

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

atividade econômica é a prestação de serviços, com grande destaque também para o setor pecuário (bovinos e suínos), cultivo de algodão e cereais (soja, milho e arroz) e indústria madeireira.

No início dos anos 70, tem início a construção de uma cidade no Norte de Mato Grosso originada de uma empresa, a Sinop Terras, que se origina da Gleba Celeste, dividida em 5 lotes. A construção de Sinop se assemelha a construção de Brasília, ocorrida mais de 10 anos antes, pois tanto uma quanto a outra foram construídas muito rapidamente (em poucos anos) e a colonização inicialmente se deu por paranaenses, mas logo, num fenômeno de explosão populacional, se estendeu aos brasileiros de todas as regiões do país, principalmente do Sul, Nordeste e Norte do Brasil.

O presente Requerimento tem por finalidade apresentar as reivindicações da população sobre a situação fundiária na cidade de Sinop, que envolve inúmeros casos de deslocamento e sobreposições de títulos causados até mesmo pelos próprios responsáveis pela expedição dos títulos definitivos, gerando inclusive um verdadeiro caos fundiário na cidade e em outros municípios. Pois, a atual situação fundiária do Estado de Mato Grosso advém de uma história repleta de choques de competências, com diversas regiões regularizadas por diversos órgãos, autarquias e colonizadoras, resultando numa miscelânea de títulos, sesmarias, glebas, e áreas indígenas.

O intuito da audiência pública é na verdade regularizar a situação das terras na cidade através da organização correta do cadastro fundiário já existente, pois a principal dificuldade dos produtores em conseguir financiamentos, é justamente a situação irregular dos títulos das terras.

Diante do exposto, solicitamos a aprovação do presente requerimento pelos nobres Deputados com assento nesta Casa de Leis.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2013.

Deputado DILMAR DAL BOSCO – DEM

8ª) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Paulo Zanette.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o art. 26, inciso XXVIII, da Constituição Estadual, resolve:

Art. 1º Conceder ao Sr. Paulo Zanette Título de Cidadão Mato-grossense.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Paulo Zanette é nascido em 26/01/1955, natural do Município de Santo Antonio da Platina, Estado do Paraná. Lá ele era empresário no ramo de madeira e trabalhava também com transportadora.

Em 1979, ele viu no Estado de Mato Grosso como terra das oportunidades e como tantos sulistas que vieram e acreditaram na região norte, ele resolveu se estabelecer aqui e ser um desbravador da área.

Ainda no Distrito de Colíder, chegou a enfrentar muitas dificuldades em abrir estradas para chegar até a sua propriedade do outro lado do Rio Teles Pires. Em Tapaiúnas, onde o único meio de transportes era o barco, construiu uma pequena balsa para uso particular que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

posteriormente beneficiou toda a comunidade que migrava para os Distritos de Colorado do Norte e Ouro Branco.

Atualmente, Paulo Zanette é pecuarista em Nova Canaã. Casado há 34 anos com a Professora de História Eldenise Modesto Silva Zanette, que, hoje, trabalha na Escola Estadual Nova Canaã e com quem teve quatro filhos; Viviane, Ana Paula, Bruna e Paulinho.

Destarte, por todas as razões apresentadas, por sua reconhecida capacidade profissional, por todos os relevantes serviços prestados, proponho a concessão do Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Paulo Zanette, que indiscutivelmente merece todas as honras e respeito. Para tanto, apresento a proposição Legislativa e peço apoio dos nobres Pares pela sua acolhida e merecida aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2013.
Deputado DILMAR DAL BOSCO – DEM.”

AIRTON PORTUGUÊS:

1ª) INDICAÇÃO: “Indica à Secretaria de Estado de Segurança Pública a necessidade urgente da reforma e adequação do prédio onde será instalado o destacamento militar de Pedro Neca, no Município de Porto Esperidião.

Com fundamento no art. 160 e seguintes do Regimento Interno, depois de ouvido o soberano Plenário, requeiro à Mesa Diretora seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso, mostrando a necessidade urgente da reforma e adequação do prédio onde será instalado o destacamento militar de Pedro Neca, no Município de Porto Esperidião.

JUSTIFICATIVA

A proposta indicatória é derivada da reivindicação da Câmara Municipal de Porto Esperidião, com base na necessidade da população local.

Há tempos a comunidade de Pedro Neca reivindica um Posto Policial fixo no referido Distrito. Agora, essa reivindicação está prestes a ser atendida, pois, quem sem dúvida será de grande valia para os munícipes que lá residem.

A comunidade já doou o prédio. Resta, apenas, a reforma e adequação do mesmo para que o serviço de segurança da Polícia Militar inicie os serviços na comunidade de Pedro Neca. O efetivo policial que prestará serviço no referido posto já foi designado pelo comando da Polícia Militar.

O Distrito está localizado às margens da BR-174, o que vulnerabiliza a população em relação aos delitos praticados por transeuntes. Ademais, Pedro Neca possui população e economia pujante das quais decorre a demanda pela instalação do referido Posto Policial.

Posto isto, é a síntese fática necessária para justificar a presente Indicação legislativa esperando que a aludida seja coroada de êxito por sua exequibilidade pelo Poder executivo Estadual, medida de direito e da mais lúdima justiça social.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2013.
Deputado AIRTON PORTUGUÊS – PSD

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

2ª) INDICAÇÃO: Indica à Secretaria de Estado de Esportes e Lazer, com cópia à Secretaria de Estado das Cidades, a necessidade de viabilizar recursos para a construção da cobertura, bem como de banheiros e vestiários na quadra poliesportiva do jardim Bela Vista.

Nos termos do art. 160 e seguintes do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Esportes e Lazer, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado das Cidades, mostrando a necessidade de viabilizar recursos para a construção da cobertura, bem como a construção de banheiros e vestiários na quadra poliesportiva do jardim Bela Vista.

JUSTIFICATIVA

A proposta indicatória é derivada da reivindicação da Câmara Municipal de Quatro Marcos e representa a vontade dos moradores do referido bairro, bem como dos que os cercam.

O Bairro Jardim Bela Vista tem empreendido um alto nível de desenvolvimento e a tendência é aumentar ainda mais devido a sua capacidade de expansão.

A quadra poliesportiva é um local muito propício para as diversas modalidades esportivas e ainda outros eventos artísticos culturais que a comunidade possa desenvolver.

O principal obstáculo ainda continua sendo a falta de vestiários e banheiros sanitários, sanado este obstáculo a comunidade poderá ofertar muito e muito mais atendimentos sócio educativo, esportivo etc.

Posto isto, é a síntese fática necessária para justificar a presente Indicação legislativa esperando que a aludida seja coroada de êxito por sua exequibilidade pelo Poder Executivo Estadual, medida de direito da mais lúdima justiça social.

Plenário das Deliberações Deputado René Barbour, 20 de fevereiro de 2013.
Deputado AIRTON PORTUGUÊS – PSD

3ª) INDICAÇÃO: Indica à Secretaria de Estado de Transportes e Pavimentação Urbana, com cópia ao Exmº Sr. Governador do Estado de Mato Grosso, a necessidade de pavimentação asfáltica do Bairro Jardim Imperial, no Município de Cáceres.

Nos termos do art. 160 e seguintes do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de expediente indicatória ao Exmº Sr. Secretário de Transportes e Pavimentação Urbana, com cópia ao Exmº Sr. Governador do Estado, mostrando a necessidade da pavimentação asfáltica no Bairro Jardim Imperial, no Município de Cáceres.

JUSTIFICATIVA

A proposta indicatória é derivada de reivindicação da Câmara Municipal de Cáceres.

O Bairro Jardim Imperial está entre os mais populosos e carentes do quadrante urbano de Cáceres. Além da sua posição bastante estratégica na rota de expansão urbana rumo ao Parque Industrial da cidade e o núcleo de chácaras e pousadas localizadas na margem esquerda do Rio Paraguai, bem como toda a região sul da cidade, cujo conjunto da forte sustentação ao *trade* de exploração e desenvolvimento do ecoturismo no município.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Esta atividade encontra-se severamente prejudicada exatamente em decorrência das precárias condições de conservação dos seus mais acessos viários.

Conta-se com um importante facilitador para a execução das sonhadas e solicitadas obras de asfaltamento. Desde o ano de 2008 o bairro conta com galerias de escoamento pluvial.

Salienta-se, ainda que em sendo conseguida a pleiteada pavimentação urbana certamente se salvará as referidas galerias, hoje, expostas à natural destruição.

Posto isto, é a síntese fática necessária para justificar a presente Indicação legislativa, esperando-se que a aludida seja coroada de êxito de sua exequibilidade pelo Poder Executivo Estadual, medida de direito e da mais lúdima justiça social.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2013.

Deputado AIRTON PORTUGUÊS – PSD

4ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia à Secretaria de Estado de Transportes e Pavimentação Urbana, a necessidade da viabilização de um projeto de pavimentação asfáltica das ruas Cândido Portinari e Tom Jobim, do loteamento Lago Azul, Município de Araputanga.

Nos termos do art. 160 e seguintes do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia à Secretaria de Estado de Transportes e Pavimentação Urbana, mostrando a necessidade da viabilização de um projeto de pavimentação asfáltica das ruas Cândido Portinari e Tom Jobim, do loteamento Lago Azul, Município de Araputanga.

JUSTIFICATIVA

A proposta indicatória é derivada da reivindicação da Câmara Municipal de Araputanga por meio de seus Vereadores Shiguemitsu Sato e Valdemir Correia de Melo, com base no clamor da população do referido bairro.

As ruas Cândido Portinari e Tom Jobim localizam-se no loteamento Lago Azul que atualmente é cartão de visita do Município de Araputanga, local este utilizado para a prática de esportes, lazer e contemplação.

Há, ainda, naquela localidade a construção de um hotel com inúmeros leitos, com investimento estimado em um milhão de reais o que, com certeza, movimentará a economia da região.

Posto isto, é a síntese fática necessária para justificar a presente Indicação legislativa, esperando que a aludida seja coroada de êxito por sua exequibilidade pelo Poder Executivo Estadual, medida de direito e da mais lúdima justiça social.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2013.

Deputado AIRTON PORTUGUÊS – PSD

5ª) INDICAÇÃO: Indica à Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural a necessidade da viabilização de computadores completos, fogões, geladeiras, aparelhos de ar-condicionados e mobiliários para os escritórios da EMPAER nos Municípios de Araputanga, Comodoro, Figueirópolis, Lambari d'Oeste, Mirassol d'Oeste, Salto do Céu e Nova Lacerda.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Nos termos do art. 160 e seguintes do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário o encaminhamento do expediente indicatório ao Diretor-Presidente da EMPAER, mostrando a necessidade da viabilização de computadores completos, fogões, geladeiras, aparelhos de ar-condicionados e mobiliários para os escritórios da EMPAER nos Municípios de Araputanga, Comodoro, Figueirópolis, Lambari d'Oeste, Mirassol d'Oeste, Salto do Céu e Nova Lacerda.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de proposição legislativa, na modalidade de Indicação, que tem por objetivo indicar a necessidade da viabilização de computadores completos, fogões, geladeiras, aparelhos de ar-condicionados e mobiliários para os escritórios da EMPAER nos Municípios de Araputanga, Comodoro, Figueirópolis, Lambari d'Oeste, Mirassol d'Oeste, Salto do Céu e Nova Lacerda.

Tal proposição é resultado da reivindicação dos agricultores familiares que utilizam os serviços da EMPAER, bem como dos funcionários lotados naquelas agências.

Cientes de que a EMPAER é uma empresa de economia mista, tendo como acionistas o Governo do Estado (majoritário), a EMBRAPA e terceiros que têm como missão gerar conhecimento, tecnologia e extensão para o desenvolvimento sustentável do meio rural, com prioridade à agricultura familiar.

A empresa atua nos 141 municípios do Estado de Mato Grosso, atendendo mais de 40 mil produtores por meio de um novo modelo operacional onde a assistência técnica, extensão rural e pesquisa estão voltadas para a agricultura familiar, prestando serviços de qualidade, baseado no sistema produtivo sustentável que propicie o crescimento sócio-econômico da pequena e média propriedade.

Assim, com a estruturação dos escritórios, a capacitação das diversas cadeias produtivas dos técnicos e agricultores está garantida, bem como a melhoria na qualidade de vida das famílias rurais.

Posto isto, apresentamos a presente Indicação e contamos com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2013.
Deputado AIRTON PORTUGUÊS – PSD

6ª) INDICAÇÃO: Indica à Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso a necessidade da construção de um anfiteatro na sede do Município de Reserva do Cabaçal.

Nos termos do art. 160 e seguintes do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente indicatório a Exmª Srª Secretária de Estado de Cultura de Mato Grosso, mostrando a necessidade da construção de um anfiteatro na sede do Município de Reserva do Cabaçal.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de proposição legislativa, na modalidade de Indicação, que tem por fim indicar à Secretaria de Estado de Cultura a necessidade da construção de um anfiteatro na sede do Município de Reserva do Cabaçal.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Tal proposição legislativa é derivada da reivindicação da Câmara Municipal de Reserva do Cabaçal, atendendo ao clamor social.

O Anfiteatro funcionaria como atrativo para o desenvolvimento da cultura e do turismo em nosso Município que por si só justificaria a presente Indicação, uma vez que não dispomos de qualquer infraestrutura que possa atender as demandas nesse sentido.

O Município de Reserva do Cabaçal já figurou como destaque regional e até mesmo em nível estadual, com apresentações teatrais e a construção de um anfiteatro serviria de incentivo para que pudéssemos resgatar e fomentar essa cultura e quem sabe reacender o interesse pelas apresentações teatrais que tem como objetivo a inclusão social da nossa juventude.

Posto isto é que apresentamos a presente Indicação em que contamos com os nobres Parlamentares desta Casa de Leis.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2013.
Deputado AIRTON PORTUGUÊS – PSD

7ª) INDICAÇÃO: Indica à SETPU/MT a necessidade da viabilização de recursos para pavimentação asfáltica de 1.500m em Aparecida Bela, Município de São José dos Quatro Marcos.

Nos termos do art. 160 e seguintes do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Transportes e Pavimentação Urbana, mostrando a necessidade da viabilização de recursos para a pavimentação asfáltica de 1.500m em Aparecida Bela, Município de São José dos Quatro Marcos.

JUSTIFICATIVA

A proposta legislativa é derivada da reivindicação da Câmara Municipal de São José dos Quatro Marcos, com base no clamor social da referida localidade.

A pavimentação asfáltica ora solicitada é um antigo anseio dos moradores da localidade que há muito tempo sofrem com a falta de infraestrutura de suas ruas o que traz transtornos de toda sorte.

Posto isto, é a síntese fática necessária para justificar a presente Indicação legislativa, esperando que a aludida seja coroada de êxito por sua exequibilidade pelo Poder Executivo Estadual, medida de direito e da mais lúdima justiça social.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2013.
Deputado AIRTON PORTUGUÊS – PSD

8ª) INDICAÇÃO: Indica à Secretaria de Estado de Educação a necessidade da construção de uma quadra poliesportiva coberta na Escola Estadual Desembargador Pinto de Arruda, localizada no Município de Cáceres.

Com fundamento no art. 160 e seguintes do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, depois de ouvido o soberano Plenário, requeiro à Mesa Diretora seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação do Estado de Mato Grosso, mostrando a necessidade da construção de uma quadra poliesportiva coberta na Escola Estadual Desembargador Pinto de Arruda, localizada no Município de Cáceres.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00
HORAS.

JUSTIFICATIVA

A proposta indicatória é derivada da reivindicação dos alunos da referida escola, bem como de toda a comunidade que cerca a Escola Estadual Desembargador Pinto de Arruda.

As escolas são instituições imprescindíveis para o desenvolvimento e para o bem estar das pessoas e da sociedade. É na escola que a grande maioria das crianças e dos jovens aprende uma diversidade de conhecimentos. Por isso, ela desempenha papel fundamental e insubstituível na consolidação das sociedades democráticas, baseadas no conhecimento, na justiça social, na igualdade, na solidariedade e em princípios sociais e éticos.

Neste contexto, a execução desta obra irá proporcionar uma maior qualidade no ensino da Escola em comento, promovendo a prática de esporte dos alunos daquela comunidade escolar, tornando-se a presente Indicação indispensável e justificável.

Posto isto, é a síntese fática necessária para justificar a presente Indicação legislativa esperando que a aludida seja coroada de êxito por sua exequibilidade pelo Poder Executivo Estadual, medida de direito e da mais lúdima justiça social.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2013.

Deputado AIRTON PORTUGUÊS – PSD

9ª) INDICAÇÃO: Indica à Secretaria de Estado de Educação a necessidade da construção de uma quadra poliesportiva coberta na Escola Estadual Frei Ambrósio, localizada no Município de Cáceres.

Com fundamento no art. 160 e seguintes do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, depois de ouvido o soberano Plenário, requeiro à Mesa Diretora seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a necessidade da construção de uma quadra poliesportiva coberta na Escola Estadual Frei Ambrósio, localizada no Município de Cáceres.

JUSTIFICATIVA

A proposta indicatória é derivada da reivindicação dos alunos da referida escola, bem como de toda a comunidade que cerca a Escola Estadual Frei Ambrósio.

As escolas são instituições imprescindíveis para o desenvolvimento e bem-estar das pessoas e da sociedade. É na escola que a grande maioria das crianças e dos jovens aprende uma diversidade de conhecimentos. Por isso, ela desempenha papel fundamental e insubstituível na consolidação das sociedades democráticas, baseadas no conhecimento, na justiça social, na igualdade, na solidariedade e em princípios sociais e éticos.

Neste contexto, essa obra proporcionará maior qualidade no ensino da Escola em comento promovendo a prática de esporte dos alunos daquela comunidade escolar, tornando a presente Indicação indispensável e justificável.

Posto isto, é a síntese fática necessária para justificar a presente Indicação legislativa esperando que a aludida seja coroada de êxito por sua exequibilidade pelo Poder Executivo Estadual, medida de direito e da mais lúdima justiça social.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2013.

Deputado AIRTON PORTUGUÊS – PSD

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

10ª) INDICAÇÃO: Indica à Secretaria de Estado de Educação a necessidade da construção de uma quadra poliesportiva coberta na Escola Estadual Pascoal Moreira Cabral, localizada no Município de Cuiabá.

Com fundamento no art. 160 e seguintes do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, depois de ouvido o soberano Plenário, Requeiro à Mesa Diretora seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a necessidade da construção de uma quadra poliesportiva coberta na Escola Estadual Pascoal Moreira Cabral, localizada no Município de Cuiabá.

JUSTIFICATIVA

A proposta indicatória é derivada da reivindicação dos alunos da referida escola, bem como de toda a comunidade que cerca a Escola Estadual Pascoal Moreira Cabral..

As escolas são instituições imprescindíveis para o desenvolvimento e bem-estar das pessoas e da sociedade. É na escola que a grande maioria das crianças e dos jovens aprende uma diversidade de conhecimentos. Por isso, ela desempenha papel fundamental e insubstituível na consolidação das sociedades democráticas, baseadas no conhecimento, na justiça social, na igualdade, na solidariedade e em princípios sociais e éticos.

Neste contexto, essa obra proporcionará maior qualidade no ensino da Escola em comento promovendo a prática de esporte dos alunos daquela comunidade escolar, tornando a presente Indicação indispensável e justificável.

Posto isto, é a síntese fática necessária para justificar a presente Indicação legislativa esperando que a aludida seja coroada de êxito por sua exequibilidade pelo Poder Executivo Estadual, medida de direito e da mais lúdima justiça social.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2013.
Deputado AIRTON PORTUGUÊS – PSD

11ª) INDICAÇÃO: Indica à Secretaria de Estado de Educação a necessidade da construção de uma quadra poliesportiva coberta na Escola Estadual Maria de Arruda Müller, localizada no Município de Santo Antônio de Leverger.

Com fundamento no art. 160 e seguintes do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, depois de ouvido o soberano Plenário, requeiro à Mesa Diretora seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a necessidade da construção de uma quadra poliesportiva coberta na Escola Estadual Maria de Arruda Muller, localizada no Município de Santo Antônio de Leverger.

JUSTIFICATIVA

A proposta indicatória é derivada da reivindicação dos alunos da referida escola, bem como de toda a comunidade que cerca a Escola Estadual Maria Arruda Muller.

As escolas são instituições imprescindíveis para o desenvolvimento e para o bem estar das pessoas e da sociedade. É na escola que a grande maioria das crianças e dos jovens aprende uma diversidade de conhecimentos, por isso ela desempenha papel fundamental e insubstituível na consolidação das sociedades democráticas, baseadas no conhecimento, na justiça social, na igualdade, na solidariedade e em princípios sociais e éticos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Neste contexto, a execução desta obra irá proporcionar uma maior qualidade no ensino da Escola em comento, promovendo a prática de esporte dos alunos daquela comunidade escolar, tornando-se a presente indicação indispensável e justificável.

Posto isto, é a síntese fática necessária para justificar a presente indicação legislativa esperando-se que a aludida seja coroada de êxito através de sua exequibilidade pelo poder Executivo Estadual, medida de direito e da mais lúdima justiça social.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2013.

Deputado AIRTON PORTUGUÊS – PSD

12ª) INDICAÇÃO: Indica à Secretaria de Estado de Educação a necessidade da construção de uma quadra poliesportiva coberta na Escola Estadual Nagib Saad, localizada no Município de Santo Antônio de Leverger.

Com fundamento no art. 160 e seguintes do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, depois de ouvido o soberano Plenário, requeiro à Mesa Diretora seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação do Estado de Mato Grosso, mostrando a necessidade da construção de uma quadra poliesportiva coberta na Escola Estadual Nagib Saad, localizada no Município de Santo Antônio de Leverger.

JUSTIFICATIVA

A proposta indicatória é derivada da reivindicação dos alunos da referida escola, bem como de toda a comunidade que cerca a Escola Estadual Nagib Saad.

As escolas são instituições imprescindíveis para o desenvolvimento e para o bem estar das pessoas e da sociedade. É na escola que a grande maioria das crianças e dos jovens aprende uma diversidade de conhecimentos, por isso ela desempenha papel fundamental e insubstituível na consolidação das sociedades democráticas, baseadas no conhecimento, na justiça social, na igualdade, na solidariedade e em princípios sociais e éticos.

Neste contexto, a execução desta obra irá proporcionar uma maior qualidade no ensino da Escola em comento, promovendo a prática de esporte dos alunos daquela comunidade escolar, tornando-se a presente indicação indispensável e justificável.

Posto isto, é a síntese fática necessária para justificar a presente indicação legislativa esperando-se que a aludida seja coroada de êxito através de sua exequibilidade pelo poder Executivo Estadual, medida de direito e da mais lúdima justiça social.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2013.

Deputado AIRTON PORTUGUÊS – PSD

13ª) INDICAÇÃO: Indica à Secretaria de Estado de Educação a necessidade da construção de uma quadra poliesportiva coberta na Escola Estadual Ramon Sanches Marques, localizada no Município de Tangará da Serra.

Com fundamento no art. 160 e seguintes do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, depois de ouvido o soberano Plenário, requeiro à Mesa Diretora seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação do Estado de Mato Grosso, mostrando a necessidade da construção de uma quadra poliesportiva coberta na Escola Estadual Ramon Sanches Marques, localizada no Município de Tangará da Serra.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00
HORAS.

JUSTIFICATIVA

A proposta indicatória é derivada da reivindicação dos alunos da referida escola, bem como de toda a comunidade que cerca a Escola Estadual Ramon Sanches Marques.

As escolas são instituições imprescindíveis para o desenvolvimento e para o bem estar das pessoas e da sociedade. É na escola que a grande maioria das crianças e dos jovens aprende uma diversidade de conhecimentos, por isso ela desempenha papel fundamental e insubstituível na consolidação das sociedades democráticas, baseadas no conhecimento, na justiça social, na igualdade, na solidariedade e em princípios sociais e éticos.

Neste contexto, a execução desta obra irá proporcionar uma maior qualidade no ensino da Escola em comento, promovendo a prática de esporte dos alunos daquela comunidade escolar, tornando-se a presente indicação indispensável e justificável.

Posto isto, é a síntese fática necessária para justificar a presente indicação legislativa esperando-se que a aludida seja coroada de êxito através de sua exequibilidade pelo poder Executivo Estadual, medida de direito e da mais lúdima justiça social.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2013.

Deputado AIRTON PORTUGUÊS – PSD

14ª) INDICAÇÃO: Indica à Secretaria de Estado de Educação a necessidade de reforma e cobertura da quadra poliesportiva da Escola Estadual Maria Eduarda Pereira Soldeira, localizada no Município de São José dos Quatro Marcos.

Com fundamento no art. 160 e seguintes do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, depois de ouvido o soberano Plenário, requeiro à Mesa seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação do Estado de Mato Grosso, mostrando a necessidade da reforma e cobertura da quadra poliesportiva da Escola Estadual Maria Pereira Soldeira, localizada no Município de São José dos Quatro Marcos.

JUSTIFICATIVA

A proposta indicatória é derivada da reivindicação dos alunos da referida escola, bem como de toda a comunidade que cerca a Escola Estadual Maria Pereira Soldeira.

As escolas são instituições imprescindíveis para o desenvolvimento e para o bem estar das pessoas e da sociedade. É na escola que a grande maioria das crianças e dos jovens aprende uma diversidade de conhecimentos, por isso ela desempenha papel fundamental e insubstituível na consolidação das sociedades democráticas, baseadas no conhecimento, na justiça social, na igualdade, na solidariedade e em princípios sociais e éticos.

Neste contexto, a execução desta obra irá proporcionar uma maior qualidade no ensino da Escola em comento, promovendo a prática de esporte dos alunos daquela comunidade escolar, tornando-se a presente indicação indispensável e justificável.

Posto isto, é a síntese fática necessária para justificar a presente indicação legislativa esperando-se que a aludida seja coroada de êxito através de sua exequibilidade pelo poder Executivo Estadual, medida de direito e da mais lúdima justiça social.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 20 de fevereiro de 2013.

Deputado AIRTON PORTUGUÊS – PSD.”

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Encerrado o Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente. Com a palavra, o nobre Deputado José Domingos Fraga (TRANSFERE). Com a palavra, o nobre Deputado Hermínio J. Barreto (TRANSFERE). Com a palavra, o nobre Deputado Wagner Ramos (TRANSFERE). Com a palavra, o nobre Deputado Adalto de Freitas, que dispõe de doze minutos até o início da Ordem do Dia.

O SR. ADALTO DE FREITAS – Sr. Presidente, conforme demos ênfase no Pequeno Expediente à questão do Requerimento que encaminhamos à Rede CEMAT, preliminarmente, deixo clara a nossa manifesta discordância com as justificativas e explicações que vêm sendo utilizadas pelos setores competentes relacionados à cobrança de impostos da Rede CEMAT. Isto, porque a realidade sobre o ICMS a ser recolhido pela Rede CEMAT está prevista em legislação específica, tem Lei de 1996, e a empresa, atualmente privada, não dispõe de nenhum regime especial para a devolução do ICMS recolhido pelo contribuinte e apropriado pela Rede CEMAT.

Nesse sentido fica claro, por questões legais, que o ICMS recolhido pelos consumidores de energia elétrica deve ser repassado pela CEMAT imediatamente aos cofres públicos. Caso contrário, e o que acontece, torna-se um tratamento tributário extremamente diferenciado, sendo que, na realidade, se trata de um crime tributário ou, na expressão da legislação vigente, um crime de apropriação indébita.

Pois bem, Sr. Presidente, a CEMAT foi criada no ano de 1956, privada em 05 de dezembro de 1997 num projeto realmente audacioso, quando a melhora nos serviços prestados foi sentida por toda a população deste Estado.

A Lei nº 6.675, de 12 de junho de 1996, aprovada por esta Casa de Leis, em vigor, essa Lei ainda está em vigor, assim dispõe em seu art. 1º “o imposto sob a operação relativa à circulação de mercadoria, prestação de serviços interestadual e intermunicipal de comunicação, ICMS, que incide no fornecimento de energia elétrica, destacado na nota fiscal ou conta de energia elétrica emitida pelas Centrais Elétricas Mato-grossense-CEMAT, será creditado no ato do recolhimento da fatura na Conta Única do Estado de Mato Grosso”.

E ainda tem mais, a prescrição do art. 2º da mesma lei é claríssima, que determina: “A fim de assegurar o efetivo cumprimento do que dispõe o artigo anterior, quando o pagamento da conta de energia não for realizado junto ao Banco de Estado - na época era o BEMAT -, as Centrais Elétricas Mato-grossense-CEMAT deverá estabelecer prévia e expressamente, através dos convênios celebrados, que as mesmas instituições financeiras e outros possam ser autorizados a receber as suas faturas, que efetuem o depósito do valor do ICMS consignado nas notas de energia elétrica diretamente na Conta Única do Estado”.

Isso posto, Sr. Presidente, com a devida permissão dos nobres Pares Parlamentares desta Casa, não nos parece que a justificativa divulgada na imprensa pelo Governo do Estado pode ser considerada, pois trata-se hoje, neste mundo moderno, de um assunto de fácil solução, pela evolução tecnológica da informática.

Esse Requerimento trata de mais um alerta ao Governador do Estado, pois, com a entrada em vigor da Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, muitas vezes vozes se insurgem, com maior rigor e razão, contra a concessão de benefícios fiscais, renúncias de receitas ou ainda tratamento diferenciado, como ocorre com a Empresa Rede CEMAT.

Para os esclarecimentos necessários, a nossa Carta Magna no seu art. 65, § 6º, já preconizava e a Lei de Responsabilidade Fiscal em seu art. 14, § 1º, que enumerou de forma

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

minuciosa e expressa o que deve ser entendido por renúncia de receita, assim prescreve a Lei de Responsabilidade, art. 14, § 1º: “A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção de caráter não geral, alteração de alíquota, ou modificação de base de cálculo, que implique redução discriminada de tributos ou contribuições e outros benefícios que correspondam tratamento diferenciado”.

Sr. Presidente, nobres colegas, Pares desta Casa, não basta que os objetivos desse procedimento com a Rede Cemat sejam os mais nobres. A Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal exigem que os efeitos das alterações da legislação tributária sejam quantificados e medidos os seus impactos nas finanças estaduais para permitir a avaliação da sua relação com os benefícios e facilitar a tarefa dos ilustres membros do Poder Legislativo de quanto ao mérito analisar a repercussão na programação dos investimentos da prestação do serviço público, que infelizmente poderá sofrer solução de continuidade ou perda de qualidade por redução de recursos financeiros, causando prejuízo à parcela da comunidade que os demanda, o que está acontecendo em todo o Estado de Mato Grosso.

Assim, para apontar, pontuar e alertar o Governador do Estado, temos que o relatório anual da empresa Rede Cemat, conseguido somente do ano de 2007, já sinalizava com os seguintes dados:

Pasmem, senhores!

Total de Unidades Consumidoras no Estado, 875.348 mil - isso em 2007. Total de Unidades residenciais: 692.801; faturamento bruto, de 2007, R\$1.830.249.000,00. Impostos recolhidos em 2007, R\$414.500.000,00.

Façam uma conta, 40% de impostos de ICMS de energia sobre R\$1.830.249.000,00.

Imaginem quanto não é esse faturamento hoje. Isso aqui são dados de 2007.

Sr. Presidente...

O Sr. Pedro Satélite – Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. ADALTO DE FREITAS – Só um minuto que eu vou dar um aparte ao nobre Deputado.

Um singelo raciocínio, uma conta aritmética sem maiores dificuldades, podemos antever que o ICMS incidente nas faturas de energia elétrica representa valores altíssimos, pois o cálculo do ICMS efetuado atualmente nas faturas atinge o percentual em torno de 40%, soma que deve ser impressionante e solução para os mais graves problemas do nosso Estado. É realmente para refletir!

Ademais, conforme tem evidenciada a observação empírica proposta de concessão de tratamento diferenciado, como este caso, atuam a médio e longo prazo como um golpe mortal nos esforços da máquina arrecadadora na medida em que deseducam os contribuintes, ao tempo em que cometem tremenda injustiça com os que cumpriram com as suas obrigações tributárias na época, determinadas pelo Poder Público.

Srs. Deputados, ainda que, assim como alguns argumentam, pode ser dada a impressão de que a política de recuperação de crédito adotada nesse caso acertasse em mecanismos periódicos de facilitação da vida dos devedores em detrimento do bom e regular pagador dessas ações impostas.

Afigura-se nesse episódio da empresa Rede Cemat como um simples não recolhimento do ICMS, muito menos uma sonegação fiscal, e sim, na verdade, a ocorrência de um crime de apropriação indébita.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Feitas essas considerações, Sr. Presidente, é necessário frisar que sempre estarei junto para não só alertas necessárias como esta, como também para contribuir na solução das questões suscitadas pelos órgãos responsáveis, imprensa e pelos contribuintes do nosso Estado.

Por tudo isso, requeremos a essa Mesa Diretora da Assembleia Legislativa que encaminhe a presente ao Sr. Presidente da Rede Cemat, Centrais Elétricas Mato-grossenses, solicitando qual o valor dos débitos inscritos em dívida ativa da empresa citada e a data de sua inscrição, cópia do balanço e relatório anual, responsabilidade econômico-financeiro e socioambiental de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012, e a cópia do cadastro de consumidor de energia elétrica do Estado de Mato Grosso, com fácil identificação dos mesmos, que o Estado desconhece.

Concedo o aparte ao Deputado Pedro Satélite.

O Sr. Pedro Satélite – Deputado Adalto de Freitas, é importante o que V. Ex^a traz a esta Casa nesta manhã.

A nossa missão, sem dúvida, de legislador, além de fazer leis, é de fiscalizar. Então, nada contra o que V. Ex^a estar propondo. Mas, apenas para uma questão de esclarecimento, as normas, no caso da Cemat, quem faz é a ANEEL. A AGER é uma Agência de Fiscalização, ela fiscaliza o trabalho, o bom atendimento aos usuários, como fiscaliza as hidrelétricas e as termelétricas. Essa é a função da AGER.

Agora, essa preocupação - e eu não vejo dificuldade nenhuma em aprovarmos esse requerimento -, mas quem sabe seria melhor endereçar esse requerimento...

O SR. ADALTO DE FREITAS – À Rede Cemat.

O Sr. Pedro Satélite – À Rede Cemat. Está entendendo? Ou fazer esse requerimento para a AGER nos responder, até porque, Sr. Deputado, neste momento a Rede CEMAT está com intervenção federal e eu não quero acreditar, Deputado Dilmar Dal Bosco, que a pessoa que lá está, não lembro o nome neste momento, é uma pessoa muito séria, eu não tenho dúvidas que, se houver... Não estou afirmando nada! Algum erro, com certeza, essa pessoa está detectando ou vai detectar. E essa intervenção é exatamente porque alguma coisa existia.

Mas não tenho dúvidas que, com a intervenção que a Rede CEMAT está passando hoje, a minha preocupação diminui e muito, porque acredito que isso já está sendo resolvido.

Era só para fazer esse encaminhamento à AGER, esse pedido à AGER, Sr. Deputado.

O SR. ADALTO DE FREITAS - Tudo bem! Podemos encaminhar à Rede Cemat. Ela que tem as informações, e, negando, nós podemos pedir à AGER. Mas já está claro que o caso é tanto para a Delegacia Fazendária como para o próprio Ministério Público, caso a Assembleia Legislativa não consiga elucidar. Se em 2007 tinha um faturamento na ordem de um bilhão, oitocentos e trinta milhões de reais, nós acreditamos que hoje esse faturamento pode estar chegando à casa dos cinco bilhões de reais. Isso representaria dois bilhões de reais por ano.

Pelo visto o Estado não tem controle e a Rede CEMAT paga quando quer e quanto quer. E isso é um diferencial e um protecionismo absurdo com os milhares de contribuintes mato-grossenses, como eu e como qualquer cidadão deste Estado, como qualquer empresário, que não tem nenhum regimento especial para poder fazer frente as suas obrigações.

Era o que tínhamos, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Encerrado o Grande Expediente, passemos à Ordem do Dia.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Quero só fazer uma solicitação ao Deputado Adalto de Freitas. A Mesa Diretora aceitará o Requerimento, mas o faça endereçado à Secretaria de Estado de Fazenda, porque vamos cobrar da Secretaria de Estado de Fazenda que informe a Vossa Excelência toda a questão de recolhimento de tributos da Rede CEMAT, já que a CEMAT não tem obrigação, porque não é uma concessionária estadual, e sim federal. Ela não tem obrigação de responder até porque ela foi privatizada e não tem vínculo nenhum com o Estado de Mato Grosso.

Indicações de autoria dos Srs. Deputados Alexandre Cesar, José Domingos Fraga, Wagner Ramos, Airton Português e Dilmar Dal Bosco apresentadas na Sessão de hoje.

Em discussão as Indicações...

O Sr. Dilmar Dal Bosco - Para discutir, Sr. Presidente!

O Sr. Alexandre Cesar - Para discutir, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Dilmar Dal Bosco e, em seguida, o Deputado Alexandre Cesar.

Antes eu gostaria de agradecer a presença do ilustre Presidente Municipal do Partido Republicano Brasileiro - PRB do Município de Sorriso, Junior Pé no Chão. Seja bem-vindo a esta Casa.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Romoaldo Júnior, que preside esta Sessão.

Sr. Presidente e colegas Deputados, aqui são várias Indicações, como as do Deputado Alexandre Cesar, como as minhas Indicações e como as do Deputado José Domingos Fraga.

Eu tenho Indicações principalmente na questão de recuperação da MT-320. E com toda certeza aqui têm Indicações de outros colegas Deputados indicando a urgência da recuperação de MTs no Estado de Mato Grosso.

Todos nós do Estado de Mato Grosso acompanhamos a mídia nacional e internacional falando sobre a fatalidade da Boate Kiss, no Rio Grande do Sul, que resultou na morte de tantas pessoas.

Deputado Ademir Brunetto, você vê todos os dias. Eu estive visitando a região de Itaúba, Santa Helena, Colíder, Nova Canaã do Norte, Carlinda, Alta Floresta e Paranaíta, como também tenho andado em outras regiões como Santa Carmem, Vera e Feliz Natal. Se você pega o asfalto que foi inaugurado no final do ano da rodovia interligando o Distrito de Bom Jardim pelo Manso - inaugurou no final do ano e a obra está ali -, eu fiz uma Indicação e cobrei para ser feita a recuperação desse asfalto recentemente entregue.

Aí você vê o noticiário de hoje, *Só Notícia*: nós perdemos mais dois cidadãos do nosso querido Estado de Mato Grosso! E pudemos ver o Sr. Alexandre Garcia, numa reportagem do *Jornal Nacional*, na sua participação brilhante, em que ele coloca que as informações são muitas vezes pouco divulgadas, e as oficiais muitas vezes só pela Polícia Rodoviária Federal.

Em 2012, no Estado de Mato Grosso, só nas BRs nós tivemos mais de quase três boates Kiss de falecimentos, de mortes de entes queridos do nosso querido Estado de Mato Grosso. Isso é só o oficial, porque não se fala das mortes nas MTs e nas rodovias municipais causadas pelo desconforto da manutenção.

O que nós temos cobrado e pedido, Sr. Presidente desta Sessão e Líder do Governo, Deputado Romoaldo Júnior, é a questão do atendimento. No ano passado eu cobrei, como havia cobrado em janeiro, do Secretário de Estado de Transportes e Pavimentação Urbana - SETPU ajuda emergencial e quando vou à Secretaria não atendido em nenhuma demanda. Nunca!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

A distribuição do óleo diesel que está sendo feita, muitas vezes, tem a indicação de um Deputado. Ela não deveria ter sido feita por meio de influência dos nobres colegas Deputados. O que deveria ter sido uma ação de presença do governo e não apadrinhamento político para tentar resolver os problemas das MTs no Estado de Mato Grosso. Deveria, sim, salvar vidas na BR-163!

Agora, sim, o Governador foi cobrar do Governo Federal... Mas que se faça algo preventivo e não ficarmos todas às vezes apresentando indicações, porque isso é ruim para o Parlamento.

Eu vim fazer uma Indicação para melhorar uma MT, para salvar vidas e estamos perdendo vidas no Estado de Mato Grosso. Isso para nós é totalmente complicado e difícil.

O Governo tem que atender a demanda do Estado de Mato Grosso, a nossa Indicação; tem que fazer atendimento à população do Estado de Mato Grosso independente da política, do Prefeito do Partido que é do Governo ou da base aliada. Muito se pregou na campanha de alinhamento político. Alinhamento político se cuida do povo que paga o imposto.

Vossa Excelência, Deputado Adalto de Freitas, falou de um item muito importante: todas as pessoas contribuem na sua conta de energia e pagam o ICMS, alguns isentos por um programa do Governo Federal muito bem feito nas partes sociais, Deputado Alexandre Cesar, pela Presidente Dilma Rousseff e pelo próprio ex-Presidente Lula, que muito ajudou as partes sociais brasileiras e também do nosso Estado. Esses, sim, são isentos por alguma equivalência de consumo de quilowatts no seu consumo de energia.

Aí vem uma grande preocupação: o que nós realmente estamos fazendo para salvar vidas?

Só no ano de 2012, numa boate no Rio Grande do Sul, perdemos vidas. Na BR-163, na BR-364. Em todas as BRs estamos perdendo vidas diariamente e isso não é divulgado.

O Alexandre Garcia, Jornalista, falou com propriedade o tanto que nós perdemos. E aqui, todas às vezes, apresentamos as nossas indicações, solicitando a recuperação da MT tal, da MT tal... Vamos elencar: as MTs 173, 174, 130, 320, 208, 206, enfim, 225, 235, em todas.

O Sr. Wagner Ramos – Deputado Dilmar Dal Bosco, permita-me um aparte?

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Concedo um aparte ao Deputado Wagner Ramos.

O Sr. Wagner Ramos – Muito obrigado, Deputado Dilmar Dal Bosco.

Hoje, pela amanhã, assistindo o *Bom Dia Mato Grosso*, pela TV Centro América, eu vi uma reportagem a respeito da BR-364, que liga Tangará da Serra a Campo Novo Parecis. Infelizmente lá somos alvo de muitas críticas, porque somos Parlamentares da região e a sociedade pergunta: “cadê o nosso representante, o nosso Parlamentar da nossa região”? Crítica o Governo do Estado, porque o pessoal não quer saber se ela é do DNIT, se é do Estado ou do Município, de onde quer que seja. A Rodovia é Federal. Infelizmente, o trecho da BR-364 está em péssimas condições, com cada panela que cabe quase um moto dentro. Só ontem duas carretas tombarão naquele trecho pequeno, que não é um trecho difícil de se arrumar. E nós temos buscado essa cobrança. Nós temos feito essa cobrança.

Eu quero até sugerir aos nobres companheiros Deputados para tentarem falar com o DNIT no Mato Grosso, com o Superintendente, com relação às estradas. Eu quero ver se os senhores conseguem, porque, infelizmente, nós não conseguimos falar com o Superintendente.

Um trecho que está causando um transtorno muito grande é no trevo de Jangada com Tangará da Serra, como também a estrada da Guia que tem enormes buracos que estão causando acidentes.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Na semana passada foram quatro carretas que tombaram no trecho da Jangada. Então, são muitos acidentes por causa da situação dos buracos e, portanto, tem que se fazer um trabalho emergência.

Eu solicitei ao Governador Silval Barbosa, Deputado Dilmar Dal Bosco, para que falasse com o Superintendente a respeito daqueles buracos na estrada da Jangada, e ele, na hora, conseguiu falar com o Superintendente. Mas, infelizmente, nada foi feito. Ele colocou um caminhão da Sanches Tripoloni, que, infelizmente, só tampou um buraco que já está aberto novamente.

Então, Deputado, realmente o que Vossa Excelência está falando é real, a quantidade de carretas que tombam no Estado de Mato Grosso por causa das condições das estradas.

Esse assunto é pertinente e Vossa Excelência está de parabéns em trazê-lo à tribuna.

E não é só na região de Vossa Excelência, não, é praticamente em todas as regiões que as BRs estão com dificuldades, em todo o Estado, e a grande preocupação é que nada está sendo feito pelo DNIT no Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado.

O Sr. Pedro Satélite – Concede-me um aparte, Deputado Dilmar Dal Bosco?

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Concedo um aparte ao Deputado Pedro Satélite.

O Sr. Pedro Satélite – Deputado Dilmar Dal Bosco, é muito oportuno o que Vossa Excelência traz a esta tribuna hoje.

Nós, que somos da mesma região, a não ser que vá de avião, mas eu sei que Vossa Excelência quase sempre vai de carro, assim como o Deputado Ademir Brunetto, o Deputado Romoaldo Júnior e os demais Deputados da região, podemos ver que realmente não se trafega mais pela BR-163. Nós tínhamos um sonho de concluir a BR-163, concluímos dentro do Estado de Mato Grosso e falta uma parte no Estado do Pará, exatamente para desafogar.

Agora, o que é inadmissível é a má conservação e o uso do dinheiro público que o DNIT fez, Deputado, que há seis meses, um ano, recuperou tudo, não tapa-buracos, arrancou, e lá está com buraco novamente.

E o que me chama atenção, Deputado, é que nós é que apanhamos. Vossa Excelência já vinha apanhando há mais tempo. Eu comecei agora, Deputado, há poucos dias. E os nossos políticos em nível federal...

Aqui, eu quero falar dos nossos Senadores. Eu vi um Senador dar uma entrevista e dizer que há pouco tempo é Senador e desceu o cassete no Governador Silval Barbosa, que também tem os seus erros. Há buracos, estradas que estão ruins. Mas esse Senador também tem obrigação de ir lá fiscalizar e cobrar a questão da BR-163. Quem tem que defender e denunciar, nós podemos cobrar, quem tem poderes são os Deputados Federais e os nossos três Senadores.

Então, eu faço aqui um alerta para que esse Senador, que só sabe criticar o Governo do Estado, faça também um pronunciamento no Congresso Nacional, porque estão morrendo pessoas nas rodovias federais e esse Senador também tem culpa, são os três.

Portanto, eu peço que isso fique registrado e que chegue até esse Senador para que também defenda a população, não só falar e falar e não trazer nada para Mato Grosso.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Muito obrigado, Deputado Pedro Satélite.

Com certeza, o Líder do Governo, após o meu pronunciamento, vai anunciar que nós, da Assembleia Legislativa, aprovamos o MT Integrado, endividamento do Estado no valor de um bilhão e quinhentos milhões de reais para interligar as rodovias. Isso é normal. Mas foi um

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

entendimento da Assembleia Legislativa e quem vai pagar a conta são os próximos governos. Nós temos que ser francos com essa situação para saber quem vai pagar.

Mas antes disso - o Brasil tem 513 anos, Mato Grosso quase chegando lá - todos sabem que no período da chuva, essa chuva que São Pedro realmente manda... Mas a prevenção... Qual é a prevenção? O que nós estamos fazendo de preventivo para que nessa época possamos salvar vidas, muitas vezes, com a ambulanciaterapia que tratamos a saúde do Estado de Mato Grosso, tirando a nossa produção que ajuda e incrementa muito a economia brasileira principalmente.

Então, Sr. Presidente, na Câmara Municipal de Sinop, o Vereador deveria, primeiro porque é do Partido do Governo do Estado, falar, e falar o nome de quem é o responsável. Criticam-me por causa de uma rodovia, criticam-me porque assaltou uma loja porque não tem segurança... Fala o nome de quem gera, de quem tem a caneta para executar. Quem executa e manda aumentar o efetivo da Segurança Pública é o Governo do Estado de Mato Grosso. Quem é responsável pela recuperação das MTs no Estado de Mato Grosso é o Governador Silval Barbosa. Não é o Deputado. Eu faço o meu papel na tribuna da Assembleia Legislativa pedindo melhorias nas rodovias, a melhorias na segurança.

No Presídio Ferrugem, de Sinop, é Deus que proporciona não evasão ou motim dos presos que lá pode acontecer, porque deveria ter cento e trinta Agentes Prisionais e tem trinta e cinco, impossibilitando inclusive levar preso ao Fórum para audiência.

Não adianta me criticar. Tem que criticar quem tem a gestão.

Então, eu gostaria de assinar o Requerimento do Deputado Adalto de Freitas, porque esse Requerimento, nobre Deputado, Vossa Excelência faz com muita propriedade, Requerimento para a inclusão da AGER.

A AGER só teve uma finalidade de funcionamento, só fiscalizou os ônibus de transporte no Estado de Mato Grosso. As outras funções, como acompanhamento da questão energética do Estado de Mato Grosso, não tem feito e não faz com qualidade. Fez uma punição aos ônibus intermunicipais, prejudicando muitos empreendedores no Estado de Mato Grosso.

Vou mais longe quanto ao Requerimento de Vossa Excelência, eu estou fazendo um estudo, para ter um exemplo, e os cento e quarenta e um municípios do Estado de Mato Grosso estão sendo lesados pela concessionária de energia elétrica do Estado de Mato Grosso na sua contribuição do ISSQN, que é o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza dos municípios. A concessionária de energia elétrica cobra da OI, da Brasil Telecom a utilização de seus postes de energia elétrica em cada município a utilização do cabeamento telefônico. Ela cobra a prestação do serviço e não está recolhendo o ISSQN para Santa Carmem, por exemplo. Então, todos os municípios do Estado de Mato Grosso...

Em Sorriso, Vereador, nós temos que ficar atentos para cobrar o imposto devido que não está sendo pago aos municípios do Estado de Mato Grosso, quando ela faz a sua prestação de serviço, cobra o faturamento da Brasil Telecom e da OI, por exemplo, e o valor do ISSQN, que é direito dos municípios, a concessionária de energia também não está pagando.

Eu fiquei muito atento com o recolhimento de 2007, um bilhão, trezentos e oitenta milhões, não deu os quarenta e dois por cento de ICMS porque alguns consumidores realmente são dos programas que eu acabei que falar, tanto de incentivo do Governo Federal como do Governo do Estado, que é uma Lei desta Casa, dando liberdade de não contribuição de ICMS na questão da quantidade de quilowatts consumido, até cinquenta ou cem, e tem essa faixa que realmente é beneficiada.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Mas aí vem a minha grande preocupação. Devemos nos somar para que coloquemos no ISSQN dos municípios que estão sendo lesados hoje pela cobrança da prestação dos serviços na utilização dos postos pela concessionária de energia elétrica – um bilhão e oitocentos e trinta milhões -, que estão sendo cobrados e não repassados, Deputado Ademir Brunetto...

(O SR. DEPUTADO ADALTO DE FREITAS FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Em Alta Floresta, em todos os postes que têm a rede e contempla cabeamento de telefonia cobra-se a prestação de serviços, mas não se recolhe o ISSQN devido aos municípios. Então, são muitos milhões e esses valores têm que ser devolvidos para os municípios, principalmente da contribuição, porque o borracheiro, o ajudante, o pedreiro, paga na sua nota fiscal, recolhe 4%, 5% para o município e a concessionária usa e abusa muitas vezes do incentivo do nosso serviço público e não recolhe.

Era só isso. Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Deputado Dilmar Dal Bosco, o Líder do Governo não vai nem falar do MT Integrado, porque eu acho que nós já falamos demais dele aqui.

Eu só vou convidar os nobres colegas companheiros para a partir de abril lançarmos as obras, para, se Deus quiser, no ano que vem inaugurarmos essas obras.

A questão das BRs-163 e 364, Deputado Dilmar Dal Bosco, é um pouco mais agravante.

Eu vi com alegria, esses dias, vários Deputados comemorando aqui a duplicação de Rondonópolis até Rosário Oeste; e a alegria de muitos no ano passado quando a BR-163 foi totalmente restaurada.

Então, o que temos que bater hoje, Deputados Pedro Satélite, Dilmar Dal Bosco e Ademir Brunetto, é o que nós vamos fazer na BR-163, porque não existe estrada no Brasil que aguenta um trânsito desses.

Esses dias eu peguei um congestionamento de Sorriso a Lucas do Rio Verde de 60 quilômetros de carreta uma atrás da outra. A produção de Mato Grosso cresceu muito. Então, vamos ter que discutir a privatização dessa estrada, a concessão para manutenção de terceiros, implantação de balanças. É isso que vamos ter que discutir, porque não existem condições de se manter uma estrada com um trânsito de 3,4 mil carretas/dia, transportando 60, 70 toneladas de soja.

Quanto à questão das rodovias estaduais, o Governador já está montando patrulhas em todas as regiões para segurar agora mais esses dois meses de chuva e, se Deus quiser, a partir do mês de abril começar a restauração e a pavimentação asfáltica.

Mato Grosso é um Estado que cresce a produção anualmente, e todos os anos nós enfrentamos isso. Eu estou há 33 anos no Nortão do Mato Grosso e há 33 anos em todos os períodos chuvosos vemos as consequências do trânsito pesado, do excesso de chuva, da má conservação. Esse é o preço do progresso, sem dúvida nenhuma, mas tenho certeza que o legado do Governo Federal e o Governo Estadual vão deixar é muito grande e nós, Deputados, ao invés de estarmos aqui só criticando, temos que buscar mecanismos, saídas e construir junto com a sociedade alternativas para melhorar o trânsito em toda essa região, que realmente é a região que mais produz no Estado de Mato Grosso, que é o Nortão.

O Sr. Emanuel Pinheiro – Solicito a palavra, para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Com a palavra, para discutir, o ilustre Deputado Emanuel Pinheiro.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. EMANUEL PINHEIRO – Sr. Presidente, nobre Deputada, nobres Deputados, imprensa, assistência, telespectadores da TV Assembléia Legislativa.

Sr. Presidente, a fala do Deputado Dilmar Dal Bosco reproduz bem talvez o sentimento de uma região, de um Deputado, – de um brilhante Deputado que é – mas principalmente em relação à colocação do Deputado Adalto de Freitas, no que diz respeito à Rede Cemat, o Deputado tem razão dos seus questionamentos. Eu acho que o seu requerimento é pertinente. Eu acho que é pertinente, sim, provocar a Rede Cemat, que hoje está sob intervenção, praticamente inviabilizada, cobrando uma conta caríssima e injusta do consumidor mato-grossense e deve, sim, dar satisfação, inclusive em relação ao recolhimento do ICMS, e até que ponto o nosso Estado está sendo penalizado, ou não, em relação a esse recolhimento.

Então, eu acho que V. Ex^a está certo por inquirir, sim, a Rede Cemat e também a própria ANEEL.

E, nesse particular, Sr. Presidente, questionou-se aqui, o Deputado Pedro Satélite e o Deputado Dilmar Dal Bosco, sobre o papel da AGER.

Quando eu questiono a cumulatividade de cargos do Vice-Governador do Estado, eu fico... Eu conversava, ontem, com o Deputado Wagner Ramos sobre a reação de alguns segmentos, de alguns setores, como se eu estivesse fazendo a coisa mais inapropriada do mundo.

Qual é a função de um Deputado Estadual? Qual é a função de um representante do povo?

No que diz respeito à AGER, nós temos hoje um dos mais importantes órgãos de regulação do Estado funcionando apenas única e exclusivamente em uma mão só, em uma via só, se preocupando com a área de transporte, que é uma das importantes atividades da AGER.

V. Ex^a acredita, Deputado Adalto de Freitas, que até hoje a AGER não tem o Diretor de Energia? Até hoje! Em foco, o debate levantado por V. Ex^a. O Pedro Paulo, que era... Venceu o mandato do Pedro Paulo, que era o Diretor de Energia, e até hoje não foi indicado um Diretor de Energia para a AGER. Até hoje não foi indicado um Presidente.

Ora, eu não sei até que ponto, Deputado Romoaldo Júnior, nós devemos ficar tapando o sol com a peneira.

Como eu disse a Vossa Excelência em outros debates, eu não voltei à Assembleia Legislativa em meu terceiro mandato para dizer que está tudo certo se eu acho que não está nem para aplaudir o que acho que não deve ser aplaudido.

Nós temos um Presidente interino da AGER - uma Autarquia que por obrigação o Presidente tem que ser indicado e sabatinado por esta Casa -, nós temos um interino permanente.

Deputado Romoaldo Júnior, Líder do Governo, nós temos em Mato Grosso a maior aberração jurídica de todas as unidades federativas do País. E dizem que eu fico querendo arrumar confusão. Que confusão? Eu não quero saber!

O Sr. Chico Daltro é o Vice-Governador hoje, mas amanhã será outro e pode ser Vossa Excelência. E vai ser outro, depois vai ser outro. Não me interessa pessoalizar quem é o Vice-Governador do Estado, o que me interessa é dizer que o atual Vice-Governador do Estado de Mato Grosso detém superpoderes de forma ilegal, de forma ilegal! É uma aberração! É uma brincadeira com este Parlamento.

É uma puxação de saco desmedida tentar dizer que a situação do Vice-Governador está correta.

Hoje, no atual *status quo* do nosso Estado, Deputados Ademir Brunetto, Wagner Ramos, Adalto de Freitas e Luciane Bezerra, é melhor ser Vice-Governador de Mato Grosso do que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

ser Governador. Senão vejamos, hoje o Vice-Governador detém o comando da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados - AGER, que está falida, e esse é um dos motivos, está inoperante; do MT Fomento; do Centro de Processamento de Dados de Mato Grosso - CEPROMAT; da Defesa Civil; do Escritório de Representação de Mato Grosso em Brasília; das Causas Indígenas; da Relação Institucional do Governo do Estado com os cento e quarenta e um municípios; e mais outros poderes. Ele tem esses poderes específicos. Aí ele virou o Secretário das Cidades.

Então, ele teria que ser um Mandrake para poder estar em todos os lugares ao mesmo tempo.

Ele não dá conta, independentemente se é Chico Daltro, se é Ademir Brunetto, se é Wagner Ramos, se é Adalto de Freitas ou se é Emanuel Pinheiro, seja lá quem for!

Se persistir essa lei, na próxima eleição a composição para o Governo será assim: “eu quero indicar o Vice-Governador, mas quero que me dê uma Secretaria.” Isso vai ser um poder paralelo. É um Governo paralelo! E o que mais me estranha, Sr. Presidente e nobres Pares, é que, quando se toca nesse assunto, causa um mal-estar muito grande.

Eu acho que não, eu vou tocar na ferida. Não importa se vou perder ou se vou ganhar. Eu acho que quem está perdendo ou ganhando é a sociedade, quem vai perder é a sociedade. Então eu vou fazer o meu papel!

Tapar o sol com a peneira e dizer que a situação do Vice-Governador do Estado é legal, é moral, fere de morte o art. 37 da Constituição Federal no quesito legalidade e impessoalidade, fere de morte os princípios norteadores da própria Lei Complementar nº 427 e os princípios basilares da Administração Pública. É inacumulável, independentemente de vencimentos, os cargos públicos. Senão vejamos, aqui está um julgado o Supremo Tribunal Federal que diz o seguinte: “independentemente da cumulatividade de vencimentos é inconstitucional a cumulatividade de cargos.”

O Sr. Ademir Brunetto - Concede-me um aparte, Sr. Deputado?

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Ouço com muito prazer o Deputado Ademir Brunetto.

O Sr. Ademir Brunetto - Deputado Emanuel Pinheiro, é brilhante e oportuna a sua intervenção, questionando esses absurdos que acontecem nesse Governo: transferência de poderes, acúmulos de cargos, tudo isso com a conivência do Chefe do Poder Executivo.

E eu alertava, quando se propunha na Mensagem do Governo a transferência da gestão para a Vice-Governadoria, que isso era um absurdo. Inclusive me posicionei contrário a essa proposta do Governo que foi superada pela maioria da Base Governista desta Casa, inclusive com o apoio de Vossa Excelência, Deputado Emanuel Pinheiro.

Vossa Excelência tem a participação e co-responsabilidade nessa decisão de transferência do poder.

Mas eu insisto e digo já: errar é humano, persistir no erro é burrice.

Vossa Excelência está de parabéns, porque realmente essa gestão está acabando com os conceitos de gestão pública no Estado de Mato Grosso.

Parabéns! Em tempo, Vossa Excelência reconhece o erro e toma posição contrária àquilo que aprovou há tempos quanto à transferência do poder para o Vice-Governador.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Deputado Ademir Brunetto, quem está recompondo-se com o tempo é Vossa Excelência. Vossa Excelência votou a favor! Eu e o então

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Deputado Percival Muniz votamos contra, na época. Inclusive denunciemos, avisamos e mostramos à sociedade os malefícios dessa cumulatividade.

Está nos Anais que eu e o então Deputado Percival Muniz votamos contra. Naquele momento, eu nem lembro se Vossa Excelência votou contra ou a favor, mas isso também não vem ao caso, o que vem ao caso, Excelência, é o seguinte: o Vice-Governador, no momento em que eu denuncio a cumulatividade de cargos, que é inconstitucional, que é ilegal, que é imoral, que fere o art. 37 da Constituição Federal, porque ele não está dando conta de cuidar da Secretaria das Cidades, vai dar conta de cuidar de poderes específicos ao Vice-Governador? E por aí vai. Eu ainda vou falar sobre isso.

Hoje vim até para discutir outra coisa. Ainda vou falar categoricamente sobre essa questão do Vice-Governador e da necessidade de esta Casa se posicionar enquadrando o Vice-Governador em crime de responsabilidade, porque já passou do tempo de enquadrá-lo, ou revogando a lei que dá poderes específicos à Vice-Governadoria, que é a Lei Complementar nº 427. O que não podemos tolerar é a cumulatividade.

O Vice-Governador teve a pachorra de ir à imprensa: “Vou responder ao Deputado Emanuel Pinheiro”. E foi ao vivo no Programa do ex-Deputado Roberto França e disse o seguinte, que o Deputado estava com interesse pessoal contrariado.

Está bem. Mas e daí? Vamos supor que ele estivesse com a razão e eu estivesse com o interesse pessoal contrariado. O senhor está ou não está acumulando cargos? O senhor está ou não está descumprindo a lei? A sua situação é legal? A sua situação é moral? Não, não falou. Limitou-se a dizer que em outros Estados da Federação existem Vices-Governadores que são Secretários. Ora, todo mundo sabe! Meu sobrinho de três anos de idade sabe que qualquer Vice-Governador pode ser Secretário. A diferença, Deputado Ezequiel Fonseca, em Mato Grosso, é que esta Casa aprovou a Lei Complementar nº 427, que dá poderes específicos a Vice-Governadoria. Ou seja, demos ao Vice-Governador o papel, o status de Secretário de Estado. Isso não tem em nenhum outro lugar do País. Podem pesquisar! Aí ele começou a exercer esses cargos, essa função. De repente, ele vira Secretário de Estado das Cidades. Aí está a cumulatividade! O fato de ser somente Vice-Governador, substitutivo eventual do Governador não há nenhum problema em ser Secretário de Estado. Agora, ser o Vice-Governador com poderes específicos ao Vice-Governador dados por esta Casa, não pode! É inconstitucional, é ilegal, é imoral, enquadra em crime de responsabilidade essa cumulatividade de cargos, independentemente se está acumulando vencimentos ou não.

(O SR. DEPUTADO AIRTON PORTUGUÊS SOLICITA APARTE FORA DO MICROFONE.)

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Ouço com muito prazer o nobre Deputado Airton Português.

O Sr. Airton Português – Sr. Deputado Emanuel Pinheiro, Sr. Presidente Deputado Romoaldo Júnior, demais Deputados, público presente nas galerias.

Eu quero colocar, Deputado Emanuel Pinheiro, que é muito importuno solicitar a nossa interferência aqui, o senhor, como legislador, Deputado Estadual e, também, Advogado conceituado no nosso Estado, um participante da base aliada do Governo Silval Barbosa.

Essa é uma ação do Vice-Governador, mas, também, respaldada pelo nosso Governador Silval Barbosa e pelo nosso Partido PSD, o qual nós temos toda legalidade judicial para Vossa Excelência contestar na área jurídica do Estado de Mato Grosso.

Vossa Excelência, como Deputado, como responsável para questão de contestação jurídica, apesar de ser da base aliada do seu Partido PR, eu acho que deveria contestar isso

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

juridicamente, porque é uma ação da nossa base, do Governador Silval Barbosa e do Vice-Governador, respaldados pelo nosso Partido PSD.

Então, damos todos os direitos para o senhor contestar, mas, também, fazemos a defesa do Vice-Governador Chico Dalto, o qual está ali para prestar serviço e foi eleito pela população do Estado de Mato Grosso.

Portanto, nós queremos deixar o nosso repúdio as suas palavras em defesa ao nosso Vice-Governador que está com o respaldo do Governador Silval Barbosa.

O SR. EMANUEL PINHEIRO – Eu agradeço o aparte do advogado de defesa do Vice-Governador, Deputado Airton Português.

Eu respeito o posicionamento de Vossa Excelência, Deputado, só que eu tenho pena do Governador Silval Barbosa em alguns quesitos, e o principal deles... Não, eu não vou falar. Eu não vou falar. Eu não vou sair do foco. Se eu falar já vou tirar o foco. Deixa o Governador de lado. Ele está embretado; ele está desconfortável; ele sabe que a situação está errada e equivocada. Mas, o que eu tenho a dizer a Vossa Excelência é que defendo o fortalecimento do Parlamento e não a judicialização do Parlamento. É papel nosso questionar os abusos de autoridades e de poder dos Secretários de Estado e do próprio Governador. É papel nosso enquadrar em infração político-administrativa o Governador, o Vice-Governador e o Secretário de Estado que abusam do poder.

No caso, em discussão, do Vice-Governador, esquece quem seja ele, hoje é o Chico Dalto, amanhã pode ser Vossa Excelência, existe um crime de responsabilidade caracterizado.

Agora, se esta Casa quiser lavar as mãos e não fazer nada, como propôs Vossa Excelência, pode fazer...(TEMPO ESGOTADO).

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Nobre Deputado Emanuel Pinheiro, eu concedi a palavra ao senhor para discutir as Indicações, aí o senhor partiu para essa linha de raciocínio. Pelo respeito e consideração, pelo apego que tenho a Vossa Excelência, vou conceder mais três minutos, só três, para concluir o seu raciocínio, porque o Deputado Hermínio J. Barreto também quer discutir Indicação, depois, também, a Deputada Luciane Bezerra quer fazer uso da palavra.

Então, concedo três minutos para Vossa Excelência concluir seu raciocínio.

O SR. EMANUEL PINHEIRO – Eu agradeço o espírito democrático de Vossa Excelência.

A minha linha de raciocínio tem princípio, meio e fim. Eu puxei o requerimento do Deputado Adaldo de Freitas, que questionava a AGER, que é coordenada pelo Vice-Governador do Estado. Então, eu não estou fora de contexto. Mas, não tem problema. Não tem problema, porque eu ainda vou me debruçar sobre essa questão e quero conversar com cada colega Deputado.

Eu tenho para mim, Deputado Ezequiel Fonseca, que nós temos que nos posicionar: ou revogamos a Lei Complementar nº 427... Inclusive, o Deputado Wagner Ramos me dizia que essa jabuticaba da terra, que foi essa invenção de poderes do vice, está fazendo escola. Em Tangará da Serra parece que está pintando uma situação semelhante, em outros municípios também e daqui a pouco nós vamos ver aí a pressão de os vices serem institucionalizados.

Quando eu digo que fico com dó do Governador Silval Barbosa é a incapacidade dele de reagir àquilo que ele acha que está incomodando; a incapacidade dele de reagir àquilo que ele sabe que está errado. Eu não digo incompetência, eu digo excesso de tolerância, excesso de paciência, mesmo sendo prejudicial ao seu governo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Então, Sr. Presidente, nobres Deputados, eu quero dizer a Vossa Excelência, como Líder do Governo, que tenho aqui um vasto estudo feito durante o carnaval sobre a situação jurídica do Vice-Governador. Independente, seja ele quem for, não importa quem está no comando da vice-governadoria hoje, eu só digo a Vossa Excelência o seguinte: no caso de Mato Grosso, a situação do Vice-Governador é um desrespeito a esta Casa, é um atentado às instituições, é uma desmoralização do poder de fiscalização do Poder Legislativo. Nós não podemos ser tolerantes com o desrespeito à lei, principalmente a lei aprovada por esta Casa.

Eu não sei se vai dar tempo na Sessão de hoje de manhã, mas na Sessão de hoje à tarde vou voltar de forma minuciosa ao assunto para esclarecer à imprensa o debate.

Por exemplo, Vossa Excelência, o Vice-Governador de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, está estudando a possibilidade de ser Ministro de Estado. Ele, de forma zelosa, está se orientando juridicamente para fazer saber se não há incompatibilidade de ele ser Vice-Governador e Ministro. Aqui não. Aqui ninguém consulta nada, ninguém se orienta com ninguém, até parece a casa da mãe Joana, onde se faz o que quer...(TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Deputado, trinta segundos.

O SR. EMANUEL PINHEIRO – ...E não, Sr. Presidente, estamos num Estado Democrático de Direito! Existem leis que devem ser zeladas e preservadas.

Então, eu quero discutir com Vossa Excelência, com o Presidente desta Casa: Para com essa história de briga de PR com PSD! É uma discussão institucional. O cargo de Vice-Governador, como está em Mato Grosso hoje com poderes específicos, é inacumulável com o cargo de Secretário de Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Gostaria de cumprimentar, presentes nas galerias, o ilustre Vereador Edson Moreira, do Município de Cláudia; o Sr. Flávio de Almeida Matos, Chefe do DETRAN de Peixoto de Azevedo; a Sr^a Maria José Ribeiro, Presidente do Assentamento Olga, no Município de Cláudia.

Sejam bem-vindos a esta Casa!

Deputado Emanuel Pinheiro, só respondendo aqui ao seu levantamento, o Vice-Governador Chico Daltro foi autorizado por esta Casa, por meio de Lei, e Vossa Excelência foi um dos que foi contra, a Assessoria já me informou que foi contra. O Deputado Ademir Brunetto levou a questão, mas Vossa Excelência foi contra na época. Mas nós autorizamos o gabinete da Vice-Governadoria comandar essas Pastas, inclusive a AGER.

E é claro, na constituição e naquela Lei foi aprovada uma emenda do ilustre Deputado Sebastião Rezende, dizendo que em vacância do cargo o Governador teria trinta dias para nomear outra pessoa, e o cargo não está vago. O Vice-Governador Chico Daltro nem morreu e nem renunciou. Vacância é morte ou renúncia. E é comum os vices-governadores assumirem um cargo em alguma Secretaria.

Em Mato Grosso, nós tivemos vários casos: o Osvaldo Sobrinho, que foi Vice-Governador, assumiu o Governo por determinado tempo, foi Secretário de Educação; o ex-vice-Presidente da República José de Alencar foi Ministro do Governo Lula e foi um bom Ministro. Então, eu não vejo onde está se violando a Constituição.

O Vice-Governador Chico Daltro não incomoda o Governador! Ele não incomoda o Governador. Ele é um parceiro, ajudou a ganhar as eleições, tem administrado em conjunto, tem feito um bom trabalho na Secretaria, tem uma vida pública ilibada, foi parceiro desta Casa.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Nós vamos receber o estudo de Vossa Excelência, já conversamos a respeito disso, vamos abrir uma audiência de Vossa Excelência com o Governador para levar sua preocupação, respeito o conhecimento jurídico de Vossa Excelência, mas esta Casa autorizou e eu acho que a Lei desta Casa tem que ser respeitada. Essa emenda da vacância é uma emenda que nós podemos estudar e ver as modificações que podem ser feitas.

Concedo mais quinze segundos a Vossa Excelência.

O SR. EMANUEL PINHEIRO – Sr. Presidente, até para esclarecer porque Vossa Excelência tocou num ponto que está confundindo todo mundo, os Deputados e a imprensa.

Eu sei que o Vice pode ser Secretário. Eu sei que esta Casa aprovou uma lei específica para o Vice, mas esta Casa aprovou uma lei específica para o Vice-Governador. Aí está a diferença. A partir do momento em que tem uma lei específica dando poderes a ele, é inacumulável uma Secretaria de Estado. É inacumulável! Porque tem uma lei específica que dá a ele esses poderes. Aí está a grande diferença. Se essa Lei for revogada amanhã, tranquilo! A situação do Vice-Governador está de acordo com a Lei, ele pode ser Secretário das Cidades. Esquece. Eu não estou debatendo contra o Vice-Governador, se ele é bom, se ele é ruim, se é uma pessoa de bem. Eu sei que é uma pessoa de bem. Até acho que é uma pessoa de bem. Eu estou dizendo que a posição jurídica dele hoje está desrespeitando a Lei.

Senão, vejamos: o Vice-Governador, para finalizar, Sr. Presidente, peço um minuto... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Deputado Emanuel Pinheiro, um minuto e eu vou cortar a palavra depois. Depois não me chame de chato!

Concedo um minuto a Vossa Excelência.

O SR. EMANUEL PINHEIRO – Então, só para ir na linha de raciocínio de Vossa Excelência: o Vice-Governador do Estado pode ser Secretário Municipal? Pode. Pode. Pode. Vamos supor que fosse Secretário das Cidades de Cuiabá. Ele traria os poderes de Vice-Governador junto com ele, então? Aí ele seria Secretário das Cidades de Cuiabá e seria Vice-Governador, comandando todos esses órgãos?

É acúmulo de poder, Sr. Presidente. Isso se chama abuso de poder, abuso de autoridade. É isso que eu quero mostrar a Vossa Excelência e aos nobres Pares, discutir, respeitando a opinião de cada um.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Continua em discussão as Indicações...

Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Alexandre Cesar, depois o Deputado Airton Português e depois a Deputada Luciane Bezerra.

Registro a presença da Primeira-Dama do Município de Itanhangá, dona Célia Maria Vieira, e da Vereadora Elza Moura da Silva, daquele Município.

Sejam bem-vindas a esta Casa de Leis!

Com a palavra o nobre Deputado Alexandre Cesar, para discutir.

O SR. ALEXANDRE CESAR – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, eu retorno a tribuna agora para discutir as minhas indicações.

Infelizmente, para a frustração de alguns, não vou continuar na linha adotada pelos Deputados que me antecederam, legítima, da crítica, da cobrança, da requisição. Vou fazer o sentido inverso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Eu acho que é importante reconhecer os avanços e as conquistas e apontar soluções para os nossos problemas e um dos nossos principais problemas, principalmente no interior do Estado, obviamente fruto da existência de mais de cem mil quilômetros de estradas vicinais, de estradas municipais no Estado de Mato Grosso, muitas delas, a imensa maioria delas, sem pavimentação asfáltica é a dificuldade de garantir, de assegurar, o acesso das nossas crianças, dos nossos jovens à educação escolar através de um transporte escolar de qualidade que permita que nossos jovens e as nossas crianças se desloquem do seu local de moradia até as unidades escolares e possam ter acesso à educação formal em nosso Estado.

Todos nós sabemos que é obrigação do município realizar esse transporte. Está dentre as atribuições dos municípios a realização do transporte escolar. Mas nós sabemos também das imensas dificuldades que os municípios têm, seja para custear a contratação de transportadores privados, o que muitas vezes não assegura a plena qualidade do transporte, muitas vezes os equipamentos estão sucateados, quebram, submetem os estudantes a uma extenuante jornada até a escola, por isso o Governo Federal, através do Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação, instituiu o Programa Caminho da Escola. Esse Programa Caminho da Escola tem buscado destinar recursos para a aquisição de ônibus escolares plenamente adaptados às condições de trafegabilidade das nossas estradas que permita, através da disponibilidade destes veículos aos municípios, o próprio município possa, através de frota específica, de frota própria, prestar o serviço de transporte escolar, reduzindo com isso as despesas para as Prefeituras municipais e garantindo aos estudantes a possibilidade de ter acesso a esse direito, que é a realização do transporte escolar.

Fruto do trabalho da ex-Secretária, hoje, Assessoria Especial da SEDUC, Rosa Neide dos Santos de Almeida, e do Secretário Ságua Moraes de Souza, o Estado de Mato Grosso, Deputado Romoaldo Júnior, recebeu 33 milhões de reais este ano destinados para aquisição de ônibus escolares para disponibilização dos municípios. Isso vai garantir, com toda certeza, não o estabelecimento, infelizmente ainda, de uma frota própria em todos os municípios para o transporte escolar, mas uma redução bastante significativa do déficit hoje existente nas frotas dos municípios.

Esses recursos serão licitados pela Secretaria de Estado de Educação, os ônibus serão adquiridos e a partir de critérios estabelecidos pelo próprio sistema de transporte escolar e critérios aplicados pela SEDUC, esses veículos serão destinados àquelas administrações que demonstrem a necessidade de novos veículos para o transporte.

É exatamente isso que nós estamos propondo aqui, através de Indicações, para aqueles municípios que já comprovaram a necessidade desses veículos a garantia de que parte dos ônibus licitados possa ser encaminhado para esses municípios.

Junto com os recursos também destinados, de forma voluntária, pela União ao Estado de Mato Grosso para a construção de 30 novas escolas, com estruturas de 8 a 18 salas de aula no Estado de Mato Grosso, nós, com toda certeza, podemos registrar que avançamos na parceria Governo Federal, Governo Estadual e Prefeituras Municipais no sentido de assegurar uma educação mais acessível e de melhor qualidade para os nossos estudantes.

Acredito que isso é fruto também de uma ação articulada, daqueles que, mesmo sem se furtar à apresentação das críticas, não trabalham com a perspectiva do fim do mundo, não trabalham com a perspectiva do “quanto pior melhor”.

Sabemos das dificuldades. Sabemos que esses trinta e três milhões de reais não serão suficientes para garantir frota própria e integral para todos os municípios do Estado de Mato Grosso, mas estamos fazendo a nossa parte. Estamos trabalhando, Deputado Sebastião Rezende, para assegurar que as nossas crianças e os nossos adolescentes possam se deslocar dos seus locais de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

moradia para as escolas e retornar das escolas, após o fim do período escolar, para as suas casas com segurança, com conforto, num tempo adequado, para potencializar com isso o processo de ensino-aprendizagem.

Acredito que é legítimo, que esta tribuna, como órgão de fiscalização do Estado de Mato Grosso que é o Poder Legislativo, seja um espaço para ecoar as críticas, as cobranças, as exigências e a manifestação das nossas diversas demandas que, diuturnamente, chegam aos mandatos parlamentares.

Mas acredito também que é o momento de registrar os grandes avanços e buscar contribuir para que eles se ampliem.

Obrigado, Sr. Presidente.

A Sr^a Luciane Bezerra – Solicito a palavra, para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Com a palavra, para discutir, a Deputada Luciane Bezerra.

A SR^a LUCIANE BEZERRA – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar todos aqui presentes, Vereadores, Prefeitos, Vice-Prefeitos, Primeiras-Damas e também, em especial, o meu irmão Fernando Manoel, Vereador de Juara, do PV, que ontem esteve em Brasília, juntamente com mais dois Vereadores: a Vereadora Nilza e o Vereador Maurinho, Presidente da Câmara Municipal de Juara, e também o futuro Prefeito de Juara, Oscar Bezerra.

Sr. Presidente, como aqui hoje a discussão não está só em cima das indicações, eu vou aproveitar o tempo, que é maior do que o tempo da palavra pela Ordem, para falar sobre a visita que eu fiz em Brasília ao Ministério de Minas e Energia, para falar especificamente sobre o programa Luz para Todos. Essa é uma preocupação que provavelmente vai atender muitos aqui que são da área rural. Eu voltei preocupada e decepcionada com a notícia que eu tive no Ministério de Minas e Energia sobre Mato Grosso.

A conversa que existe hoje em Mato Grosso, para nós, Parlamentares, e para muitos Vereadores que visitam a Eletronorte, é a seguinte: o Comitê se reuniu e está para ser assinada a sexta tranche. Para Mato Grosso virá a sétima e a oitava. Foi garantido pelo Comitê de acordo com a demanda.

Nós sabemos que em Mato Grosso a demanda é feita pelo IBGE, Deputado Zeca Viana, e o IBGE mostra que Mato Grosso tem no máximo seis mil ligações para fazer apenas. E nós sabemos que esse número é muito aquém da realidade. Nós temos hoje mais de quarenta mil ligações já comprovadas. E isso é uma preocupação antiga de todos os Parlamentares.

Eu fui até o Ministério de Minas e Energia, conversei com o Sr. Ildo Grudtner, Secretário Nacional de Energia Elétrica, e lá foi falado o seguinte: “essa sexta tranche de cinco mil e oitocentas ligações que foi aprovada pelo Ministério de Minas e Energia para Mato Grosso só acontecerá quando o Grupo Rede regularizar a sua situação jurídica e financeira com Mato Grosso, em especial a CEMAT.” Por quê? Porque o Grupo Rede, Sr. Presidente, está inadimplente com o Governo do Estado, não assina convênio.

Esse recurso não virá a Mato Grosso para essa sexta tranche acontecer este ano.

E nós sabemos que o Grupo Rede com a CEMAT está sob intervenção. E há o boato de um grande grupo querendo comprar o Grupo Rede para revitalizá-lo aqui em Mato Grosso.

O Sr. Sebastião Rezende – Vossa Excelência me concede um aparte?

A SR^a LUCIANE BEZERRA – Concedo um aparte ao Deputado Sebastião Rezende.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00
HORAS.

O Sr. Sebastião Rezende – Quero parabenizar Vossa Excelência pela fala acerca desse assunto que tem sido debatido muito nesta Casa.

Desde o primeiro momento, eu tive a oportunidade de fazer várias audiências públicas e, ao longo desses anos, continuo fazendo as reuniões, até porque *a priori*, o Programa Luz Para Todos teria a sua conclusão em 2010, mas, em função dessa demanda toda que ainda tem, foi prorrogado inicialmente para 2014. E agora, dentro da grande demanda que ainda tem, possivelmente isso deva ser prorrogado para mais tempo.

Como Vossa Excelência já disse, são de solicitações de ligações mais de trinta e cinco mil ligações, que já foram solicitadas e estão aguardando a sétima e oitava etapas.

Com relação à sexta etapa, a colocação foi exatamente essa, o Ministério de Minas e Energia tinha esse entendimento de que na quinta etapa foram contempladas seis mil e poucas ligações. Pelo censo do IBGE, nós tínhamos algo em torno de doze mil, e ainda teria a necessidade de mais cinco ou seis mil, que foi exatamente aquilo que foi liberado para Mato Grosso e que foi aprovado no Comitê Gestor na sexta etapa.

O que nós temos feito? Nós temos mobilizado a Bancada Federal, porque, infelizmente, com a intervenção da Rede CEMAT nós estamos vivendo essa situação da deficiência, da dificuldade da assinatura desse contrato com a Rede CEMAT que é a concessionária responsável... (TEMPO ESGOTADO) ...que administra esse processo.

Concede-me mais um aparte, Deputada?

A SR^a LUCIANE BEZERRA – Concedo mais um aparte ao Deputado Sebastião Rezende.

O Sr. Sebastião Rezende - Infelizmente, sofrendo esse processo de intervenção, nós observamos que o Governo Federal fica, realmente, com dificuldades nesse processo de fazer esse convênio, de assinar esse contrato para que a Rede CEMAT possa dar a ordem de serviço às empreiteiras e esse trabalho ser feito.

Agora, tenho dito à Bancada Federal: a população mato-grossense, muito especialmente o pequeno produtor, aquele que depende de energia, não tem mais como aguardar esse tempo todo.

Nós tivemos a aprovação da sexta etapa em maio de 2012 e daqui a pouco completará um ano que fora aprovado pelo Comitê Gestor.

São diversas regiões do Estado que estão aguardando essas ligações. Por exemplo, eu sempre tenho estado em visita a região de Nova Bandeirantes, a Gleba Japuranã, que Vossa Excelência conhece. E um trabalho que estava avançado e praticamente concluído - agora faltando duzentas e poucas ligações-, fica travado porque da sexta etapa não foi assinado esse convênio.

Eu tenho feito essa conversa com a Bancada Federal, e o Senador Blairo Maggi está disposto e determinado, bem como o Senador Cidinho, que estava no lugar do Senador Blairo Maggi, a fazer esses encaminhamentos junto a ELETROBRÁS, para que essa situação seja resolvida. Porque, se nós perdurarmos essa intervenção da Rede CEMAT por mais dois anos... Nós vamos ficar dois anos aguardando? Quer dizer, não pode isso. Realmente não pode acontecer. Nós temos que achar uma solução alternativa e ver, de forma definitiva, assinado esse contrato e resolvida essa questão... (TEMPO ESGOTADO.)

A SR^a LUCIANE BEZERRA – Obrigada, Deputado. Vossa Excelência também é um somador a essa briga muito antiga. Mas só corrigindo alguma coisa, o Deputado Federal Valtenir Pereira estava nessa reunião; o Senador Pedro Taques não esteve presente, mas se colocou à disposição para entrar nisso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Deputado, o que foi falado quando eu contestei o porquê que o Governo Federal está permitindo que aconteça o que está acontecendo em Mato Grosso, essa intervenção foi feita pela ANNEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. O Ministério de Minas e Energia não tem poder sobre essa intervenção, seria a ANEEL.

Então, se tem que haver uma interferência política dessa Bancada Estadual e Federal, acredito que nós também temos que somar nessa briga, vai ter que ser na ANNEL. Nós vamos ter que chamar esse grupo Rede aqui e eu quero a assinatura de todos os companheiros para que venham à tribuna esclarecer à população como está a situação da Rede CEMAT, porque nós tivemos essa reunião fechada no Colégio de Líderes e o que foi falado pelo Interventor não bate com o que escutei no Ministério de Minas e Energia, ou seja, há uma discrepância muito grande de interesses financeiros. E quem está sofrendo lá na base é o pequeno produtor e nós Parlamentares que representamos cada um de vocês.

Eu quero dizer também que pela concessão da Rede CEMAT, a Presidente Dilma Rousseff tem a responsabilidade de até 2012 o Programa “Luz para Todos”. Não se sabe se vai estender por mais dois anos, um ano ou quatro anos, vai depender das eleições de 2014, e isso é conhecedor de todos.

Foi, sim, de 2010 prorrogado para 2012 e agora para 2014, numa luta danada, que todo mundo sabe, que demorou para a Presidente Dilma Rousseff assinar o aumento para 2014.

E com essa concessão do Grupo Rede CEMAT, eles têm a responsabilidade da universalização da energia, Sr. Presidente. E é isso que nós temos que cobrar do Grupo Rede e do Governo Federal.

Mas, Deputado Dilmar Dal Bosco, nós temos que cobrar do Grupo Rede para que e faça o seu dever de casa. Se houve desvio, nós sabemos que a CEMAT não é a responsável pelo furo que o Grupo Rede sofreu, foram outras empresas que fazem parte do Grupo Rede. Mas nós estamos sofrendo com a CEMAT aqui.

É isso eu quero deixar claro a todos, porque recebo no meu gabinete, todos os dias, pessoas perguntando quando assinar essa sexta tranche. Nós colocamos à base que a Presidenta Dilma Rousseff está esperando abrir o orçamento para assinar, e não é verdade. Nós vamos ter que agir com a Rede CEMAT aqui; nós vamos reunir com as Bancadas Estadual e Federal e cobrar do Grupo Rede que ele tenha essa responsabilidade de cumprir essa inadimplência que tem com o Governo e que, no mínimo, cumpra essa universalização que eles têm e nós temos o direito de ter energia no campo.

O Sr. Dilmar Dal Bosco (FORA DO MICROFONE) – Vossa Excelência me concede um aparte?

A SRª LUCIANE BEZERRA – Concedo um aparte ao Deputado Dilmar Dal Bosco.

O Sr. Dilmar Dal Bosco – Muito obrigado, Deputada.

Eu só queria contribuir com Vossa Excelência e dar os parabéns por Vossa Excelência ter ido ao Ministério de Minas e Energia.

Eu estive com o Senador Jayme Campos, a pedido também da ANEEL, que é a Agência Reguladora, por isso que a demanda é da concessionária de energia no Estado de Mato Grosso brasileira é a ANEEL que faz.

No Estado de Mato Grosso a CEMAT está numa dificuldade muito grande devido principalmente a unidade deles no Pará estar prejudicando muito esse entendimento.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

A questão da dívida da CEMAT com o Governo Federal não se diz direito ao Programa Luz no Campo, hoje Programa “Luz para Todos”, a sexta tranche. São cinco mil e oitocentas pessoas, devido um levantamento do IBGE, também equivocado, porque muitos assentamentos ficaram para trás, as moradias não foram atendidas porque não estavam lá os seus proprietários que demanda de quinhentos metros, de mil metros que, hoje, não estão sendo contemplados nesse levantamento do IBGE.

Eu tenho lutado muito e todos os Deputados recebem as demandas em seus gabinetes. Eu vejo que houve, sim, a inoperância, também, da concessionária de energia sobre alguns quesitos que não informaram para a própria ELETROBRAS que era obrigação de quem estava atendendo e de que maneira estava atendendo, alguns beneficiários atenderam acima do limite com muita extensão de rede de energia, muitas vezes, apadrinhados e deixando o pequeno empreendedor do Estado não ser atendido.

Esse critério, quando se lança um Programa Luz Para Todos, significa que não é luz exclusiva para alguns, é luz para todos. O que tem que se fazer, sim, é cumprir a demanda que precisa para o Estado de Mato Grosso. São quase quarenta mil pessoas que precisam ser atendidas.

Então, dou os parabéns a Vossa Excelência! Realmente, é uma grande batalha. Nós temos que lutar juntos, chamar à responsabilidade quem está para gerir ou passar para uma cooperativa de eletrificação rural que faça a demanda do Estado de Mato Grosso.

A SR^a LUCIANE BEZERRA – Muito obrigado, Deputado.

Eu sei que vou ter companheiros aqui nessa coisa, tanto a Bancada Estadual como também a Bancada Federal, é só para dar um esclarecimento à população, pois muitos dos senhores já podem estar levando isso, cobrando também dos seus representantes, os prefeitos também podem somar muito, os vereadores, nessa luta juntos com a Assembleia Legislativa e com a Bancada Federal.

Eu quero dizer que uma das dúvidas que a população em geral e nós tínhamos era que o Programa Luz Para Todos estava sendo penalizado pela redução da conta de energia que o Governo Federal teve. Isso o Ministro garantiu que não é, porque esse dinheiro não vem dessa redução da conta de energia que nós tivemos no Brasil. É um recurso específico para isso.

O que está acontecendo no Estado de Mato Grosso, especificamente, é essa inadimplência do Grupo Rede. É isso que agora nós vamos ter que atacar. É o Grupo Rede que vai ter que dar esclarecimento à população. E se ele não tiver condições de assinar o convênio com o Governo Federal, que está lá pronto e apto a cumprir o seu compromisso, então que vá fazer com dinheiro próprio, porque quando houve a concessão a obrigação era dele oferecer energia a todos os mato-grossenses.

É só isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo espaço cedido e a todos os Deputados.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Continuam em discussão as Indicações. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram...

(O SR. DEPUTADO ADALTO DE FREITAS FAZ UMA INDAGAÇÃO AO SR. PRESIDENTE).

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Está em processo de votação.

Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA).
Aprovadas. Vão ao Expediente.

O Sr. Adalto de Freitas – Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Adalto de Freitas.

O SR. ADALTO DE FREITAS – Sr. Presidente, só para ser breve e sucinto, nós estamos encaminhando também uma Indicação ao Sr. Governador do Estado, Silval Barbosa, para se criar uma comissão com urgência necessária para providenciar que os recolhimentos do ICMS referente à energia elétrica sejam depositados imediatamente na conta do Estado.

Hoje, para isso, tecnologia tem demais. Hoje, qualquer banco já destaca na conta de energia o ICMS que o cidadão está pagando. Então, é entrar diretamente para a Conta Única do Estado. Por que ir para a Rede Cemat? Isso aí dá margens para outros desdobramentos que vêm trazer esses problemas de apropriação dos recursos públicos.

Portanto, Sr. Presidente, estamos encaminhando aqui uma solução e queremos que seja criada uma comissão em parceria com esta Casa. E quando se coloca que nós estamos diante de um problema de uma empresa privada, há de convir que o ICMS é propriedade do Estado, tem que convir que se nesse Requerimento que encaminhamos para que nos sejam dadas as informações referentes de 2007 para cá, se a Rede Cemat não quiser fornecer, nós vamos a CVM, ela é uma S.A.. Nós não vamos deixar de esclarecer isso para a população e para a sociedade, tendo em vista que as somas financeiras são vultuosas. Imaginamos que aproximadamente dois bilhões devam ser recolhidos para os cofres públicos por ano.

Então, é inadmissível pensar que ela vai ter a má vontade de dar as informações, até porque tenho certeza que a Secretaria de Estado de Fazenda não tem essas informações, muito menos AGER, que não tem nem Presidente da Comissão específica do caso.

Então, se isso não for possível, vamos, criando essa Comissão do Executivo com a Assembleia Legislativa, a CVM, buscar essas informações. Precisamos dar esse encaminhamento.

Já está registrada no sistema essa indicação mostrando a necessidade da criação da comissão, com urgência, para providenciar o recolhimento de ICMS, vindo diretamente, ao invés de ir para o caixa da Rede CEMAT, para o caixa do Governo do Estado.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Sr. José Domingos Fraga – Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Com a palavra, pela Ordem, Deputado José Domingos Fraga.

Eu gostaria de agradecer a presença do Sr. Marcos Baiano, Suplente de Deputado Federal pelo PTB, e do Prefeito de Itanhangá, Sr. João Antônio Viera. Sejam bem-vindos a este Parlamento.

Com a palavra Deputado José Domingos Fraga.

O SR. JOSÉ DOMINGOS FRAGA – Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero cumprimentar a população que nos prestigiam em nome do Prefeito de Itanhangá, Sr. João Cabeça Branca, e seja bem-vindo à Casa Cidadã.

Sr. Presidente, eu pedi a palavra pela Ordem para enriquecer esse debate com relação a essa questão da energia, do Programa Luz para Todos, que é de suma importância para que possamos universalizar esse serviço e ao mesmo tempo fixar o homem no campo, que já vive sob tantas penúrias.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em que pese a Rede Cemat se encontrar numa situação difícil economicamente, sob intervenção, mesmo assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu tenho constantemente discutido que a Eletrobrás, que é detentora do programa, tem que olhar Mato Grosso de forma diferenciada.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Primeiro, foram destinada para Mato Grosso no exercício passado mil e setecentas ligações, enquanto nós temos uma demanda de mais de trinta mil ligações no Programa Luz Para Todos para ser executado no Estado de Mato Grosso.

Segundo, a Eletrobrás, Deputado Dilmar Dal Bosco, não pode tratar todas as unidades consumidoras e ligações de forma igual, até porque o que Eletrobrás hoje transfere à concessionária são nove mil e cem reais por unidade consumidora.

Sabemos que ligações agrupadas hoje no Estado de Mato Grosso já estão difíceis de acontecer. Tem trinta e poucas mil ligações? Tem. Mas a maioria dessas ligações são ligações isoladas que não foram contempladas no passado e o custo é acima de doze, quatorze, quinze mil reais! A ELETROBRAS tem que olhar de forma diferenciada o Estado de Mato Grosso, que tem uma extensão territorial continental!

Eu conversei ontem com o Carlos Gabriel, tem um representante de Mato Grosso em Brasília negociando com a ELETROBRAS essa pactuação e nós entendemos que o que está previsto, em torno de quatro ou cinco mil ligações, também é insuficiente para atender a nossa demanda, precisamos ampliar o montante do recurso por unidade consumidora e precisamos também ampliar o número de beneficiados para o exercício 2013.

Espero que isso possa acontecer e que a CEMAT possa ser revitalizada, através de novos donos.

Um passarinho me contou, Deputado... (TEMPO ESGOTADO) ... para a nossa felicidade e felicidade geral do povo mato-grossense, que foi comercializada há vinte dias com um grupo nacional e eu espero que possa fazer com que todos aqueles compromissos assumidos pelo Grupo Rede junto ao Governo do Estado, junto à população mato-grossense, possam ser de fato cumpridos.

Eu acredito muito nessa renegociação que está acontecendo em Brasília neste momento para pactuar a Luz para Todos, exercício 2013, que possa aumentar a demanda, e, ao mesmo tempo, melhorar o repasse ao Grupo Rede CEMAT, independentemente do futuro proprietário que está assumindo o lugar do Grupo Rede CEMAT.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 26/2013, Mensagem nº 04/2013, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre alteração da Lei nº 9.750, de 06 de junho de 2012, que autoriza o Poder Executivo a estabelecer permuta entre os imóveis e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Trabalho e Administração Pública.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

O Sr. Airton Português – Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Airton Português.

O SR. AIRTON PORTUGUÊS – Sr. Presidente, demais Deputados, Srª Deputada, como fui citado no último pronunciamento feito pelo Deputado Emanuel Pinheiro, para fazermos as ações como Deputado, digo que é o que nós estamos fazendo aqui, discutindo a questão da CEMAT, o que foi feito por vários Deputados, apresentando indicações - apresentamos oito ou dez indicações.

Queremos parabenizar também o nosso Vice-Governador Chico Daltro, que na reunião que fizemos do nosso Partido PSD junto ao Governador Silval Barbosa – estavam presentes os Deputados Estaduais e Federais, o Vice-Governador e o Governador - foi encaminhado um

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

projeto muito interessante, muito bom para o Estado, pelo Vice-Governador, projeto que contempla o Estado junto à Caixa Econômica, ao Governo Federal, em parceria com o Governo do Estado, e o Governador Silval Barbosa se manifestou favorável à contrapartida desse projeto, para construção de algo em torno de cinquenta mil residências, habitações, para as pessoas que precisam no Estado. Foi um encaminhamento político, mas também de trabalho, que tivemos com o Governador Silval Barbosa e o Vice-Governador.

Então, Deputado Emanuel Pinheiro, nós queremos dizer que eu sei Vossa Excelência tem uma certa frustração do passado com a AGER, sobre quem pega, quem não pega linhas de ônibus, vinha contendo a raiva, ela talvez se espairecia, mas neste momento queremos dizer que o nosso Vice-Governador está prestando serviço ao nosso Estado, onde o colocamos, e na Secretaria de Cidades já participando e vendo projetos bons, principalmente na questão da habitação para as pessoas menos favorecidas do nosso Estado.

Então, vamos parar de levantar coisas antigas. A AGER já passou, estão sendo feitas todas as licitações dentro das normativas da lei e aprovadas aqui por esta Casa.

Queremos parabenizar a todos, o Governador Silval Barbosa, o Vice-Governador, a Bancada e todos nós responsáveis pela melhoria do Estado que estamos fazendo.

Se Deus quiser, Deputado Emanuel Pinheiro, todos nós, com essas grandes obras em nossa cidade de Cuiabá, de mobilidade urbana, estádio e muitas outras, para em 2014 difundirmos no Estado e de fato ter uma fonte maior de recursos, via turismo, para o Estado, que será a Copa do Mundo de 2014 em nossa cidade de Cuiabá, em Mato Grosso.

Então, parabéns a nossa Bancada do Estado, ao Governo do Estado e ao nosso Vice-Governador pelos trabalhos relevantes na melhoria do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 255/12...

O SR. EMANUEL PINHEIRO – Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

Fui citado pelo Deputado Airton Português, inclusive de forma debochada, pejorativa e ofensiva e eu gostaria de ter o direito de resposta.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Eu vou conceder a palavra.

Vou só fazer a votação deste Projeto de Lei que já está com o Parecer completo.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 255/12, de autoria do Deputado José Domingos Fraga, que institui a Estrada-Parque “Nascente do Rio Cuiabá”, na rodovia MT-010 no trecho entre Rosário Oeste e Cuiabá no Estado de Mato Grosso. Com Parecer favorável da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Em discussão o parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai a 2ª discussão.

Com a palavra o nobre Deputado Emanuel Pinheiro.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, eu não esperava ouvir tanta besteira de uma só pessoa em poucos minutos dentro de uma Sessão Plenária do Poder Legislativo de Mato Grosso, como acabei de ouvir de um Deputado por quem tenho o maior respeito, o maior carinho, como o Deputado Airton Português, que se portou agora muito mais como menino de recado do Vice-Governador do que como Deputado Estadual.

Ele pouco vem à tribuna, mas, quando vem, comete uma sessão gigantesca de impropérios e ofensas a colegas que estão aqui apenas defendendo as suas ideias.

Se quiser defender o indefensável, que é a situação jurídica do Vice-Governador, defenda com argumentos, defenda com fundamentos, mostre na Constituição Federal, mostre na lei,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

mas não caia na raia miúda que vem sendo patrocinada pelo seu correligionário, o Vice-Governador do Estado, tentando justificar o injustificável, agredindo o Deputado ou tentando desqualificar o Deputado, quando, na verdade, contra fatos não há argumentos.

Posicione-se como Deputado, de forma ativa, respeitosa, prudente, com embasamento, com respeito, mostrando aos colegas a lei, o artigo, que é o que estou fazendo com cada, faço da tribuna e estou conversando com um a um.

Agora vem aqui para mostrar serviço para fazer média, para mostrar para o Vice-Governador que o está defendendo! Vossa Excelência está defendendo o Vice-Governador, mas está indo contra o Mato Grosso; está defendendo o Vice-Governador, mas está indo contra o Poder Legislativo.

Alto lá, Deputado! Vossa Excelência já foi Vereador, já foi Prefeito, está no seu segundo mandato de Deputado, tenho o maior carinho e o maior respeito por Vossa Excelência, mas não caia na raia miúda dos tolos, que, quando não têm argumentos, passam para a agressão pessoal, tentando justificar o império, uma imoralidade e uma ilegalidade dentro do seu próprio partido.

Então, em nenhum momento eu ataquei pessoalmente Vossa Excelência, em nenhum momento eu ataquei pessoalmente o Vice-Governador, em nenhum momento eu ataquei pessoalmente o Presidente da Assembleia Legislativa. Eu ataco, sim, as atitudes, as condutas, que, neste momento e neste caso em particular, são lesivas a própria atuação, atividade-fim do Poder Legislativo.

Então, eu quero pedir a Vossa Excelência que me respeitasse da mesma forma que sempre o respeitei. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Sebastião Rezende - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Com a palavra, o nobre Deputado Sebastião Rezende, pela Ordem.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Sr. Presidente, eu peço a palavra, pela Ordem, até porque o meu desejo era discutir as Indicações, mas infelizmente não foi possível.

Dentre as Indicações apresentadas, nós temos Indicações que pedem ao Governo do Estado, muito especialmente à Secretaria de Estado de Educação, a implantação de postos de transformação nas nossas escolas estaduais, que receberam os condicionadores de ar, mas infelizmente não está sendo possível fazer essa instalação por falta do posto de transformação.

E a informação que nós temos, que nós recebemos da Secretaria de Educação do Estado é a de que a Rede Cemat está tendo dificuldades na aprovação desses postos de transformação. E nós temos dezenas e dezenas de escolas, Deputado Romoaldo Júnior, necessitando da instalação desses postos de transformação.

Infelizmente, isso tem ocorrido.

Eu estive, neste final de semana, em uma reunião com os diretores de escolas do Município de Pedra Preta e todas as quatro escolas estão nessa situação. E a informação que nós temos é a de que o problema é da Rede Cemat.

Então nós queremos e vamos fazer esse requerimento, essa solicitação aqui da tribuna - e vamos elencar todas as escolas que estão com esse problema, Deputado Dilmar Dal Bosco -, para que a Rede Cemat, realmente, nos informe se está de posse desses projetos e qual é o problema. Nós sabemos dessas dificuldades todas que o grupo Rede enfrenta, mas nós queremos saber, efetivamente, se o problema é na aprovação desses projetos, até porque a SEDUC nos disse que já está, inclusive, com a ordem de serviço para as empresas fazerem a instalação desses postos de transformação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

O que não pode é a coisa ficar como está, existe a mais de ano essa demanda e todos nós aqui fazendo a cobrança, e a comunidade escolar sofrendo a falta desses condicionadores de ar. Quer dizer, todo esse aparato disponibilizado não pode ser instalado.

Nós estivemos neste final de semana visitando algumas escolas na região e pudemos observar que, além desse problema, nós temos também situações de algumas reformas feitas e as escolas nesse período de chuva apresentaram vários problemas pela má execução dessas empreiteiras.

Então, Sr. Presidente, nós estamos fazendo vários ofícios à Secretaria de Estado de Educação... (TEMPO ESGOTADO) ...buscando explicações. E mais do que isso, para que essas empresas que fizeram esses serviços e que não têm qualidade sejam notificadas com urgência para que façam esses reparos e que a Secretaria use um procedimento de forma a dificultar a entrada dessas empresas que, infelizmente, estão prestando desserviço à população mato-grossense. Então que elas fiquem privadas de executarem obras públicas, porque o que não dá mais para aceitar são essas situações. Faz o trabalho e daqui a pouco, daqui a um ano a obra já está deteriorando e é dinheiro público que é colocado ali, que precisa ser tratado com seriedade e com respeito para o bem da população mato-grossense.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Não havendo mais matérias na Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais.

Com a palavra, nas Explicações Pessoais, o Deputado José Domingos Fraga.

O SR. JOSÉ DOMINGOS FRAGA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, faço uso das Explicações Pessoais para tratar de três assuntos que acho que são de suma importância para esta Casa e para o Estado de Mato Grosso.

O primeiro assunto, Sr. Presidente, é com relação, Deputado Dilmar Dal Bosco, àquela Comissão que foi formada com todos os Deputados naquela Reunião do Colégio de Líderes para que nós pudessemos apresentar um plano emergencial ao Governo do Estado para atender, para socorrer a maioria das prefeituras mato-grossenses.

Dentre elas, mais de 70% das prefeituras de Mato Grosso são prefeituras que não só renovaram os seus prefeitos, mas que também vivem às custas das Transferências Correntes, principalmente do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

E em virtude da municipalização que vem sendo implementada pelo Governo Federal e pelo Governo Estadual aos municípios, muitos prefeitos pegaram as suas prefeituras literalmente sucateadas, não só na parte patrimonial, mas também na parte financeira, no erário público municipal.

E nada melhor neste momento de dificuldade, aliado às precipitações pluviométricas que caem sobre Mato Grosso, que são as maiores dos últimos dez anos e que têm danificado as rodovias rurais, as ruas e avenidas de várias cidades, as poucas pavimentações asfálticas, para que os municípios possam recuperar esses patrimônios, as travessias, as obras de artes...

Mas, infelizmente, aquela tratativa que foi feita no Colégio de Líderes parece que não avançou, quando ficou definido que nós iríamos propor ao Governo do Estado repassar duzentos mil reais para que ele pudesse comprar um óleo diesel, para que ele pudesse fazer um motor de uma máquina, uma transmissão, para que ele pudesse recuperar uma ponte ou até mesmo uma pavimentação asfáltica urbana ou uma estrada rural. E, além disso, quitar o débito com a saúde,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

quitar o débito com a atenção básica através de um convênio tripartite, assinado pelos Governos federal, estadual e municipal, que hoje ultrapassa mais de cem milhões de reais.

Além disso, também ficou proposto que nós iríamos propor a aquisição de uma ambulância, porque infelizmente, em que pese o esforço do Governador, a saúde curativa de Mato Grosso ainda está sendo feita sobre rodas, está sendo feita sobre rodas de microônibus, está sendo feita sobre rodas de ambulâncias. E é uma proposta extremamente importante.

Eu tenho certeza, Deputado Dilmar Dal Bosco, Vossa Excelência que ficou como Relator, que isso é de sua importância para que nós possamos animar não só os prefeitos que vieram de uma reeleição, mas os prefeitos que acharam que a Administração Pública era tão fácil quanto a privada ou que dinheiro dava em árvore, o que não é verdade. Então que eles possam se animar, para que eles possam realmente enfrentar os desafios que ora estão iniciando.

Então, é de suma importância que nós possamos dar continuidade a essa discussão que ora nasceu na reunião passada do Colégio de Líderes e que nós possamos, de fato, conforme ficou pactuado, entregar a nossa proposta ao Governo do Estado para que, dentro das suas possibilidades, ele possa atender principalmente os municípios que vivem às custas de FPM, que sequer dá para pagar a folha de forma miserável e honrar com os seus fornecedores.

Então, é um assunto extremamente importante e que nós temos realmente que continuar debatendo para que possa chegar em nível de Governo de Estado.

Outra questão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é mais afeta ao Município de Sorriso. Há dois anos, por meio de Emenda Parlamentar, nós conseguimos implementar uma unidade da POLITEC, da Polícia Técnica. Mas, infelizmente, até hoje não funcionou. A Polícia Técnica está lá, o prédio construído, o mato tomando conta, está virando um antro de encontro de marginais, não tem mobiliário, não tem médico legista, não tem médico criminalista.

Eu já fiz uma visita à POLITEC, ao ex-Secretário Diógenes Curado, pedindo-lhe que gerencie a licitação desses equipamentos que a POLITEC pediu no ano passado para licitar e que não aconteceu por contingenciamento orçamentário; ao mesmo tempo, que promova, ou por meio de concurso público ou por meio de contratação temporária, a contratação de seis médicos criminalistas, três médicos legistas e os seus auxiliares de nível médio para que, de fato, essa POLITEC possa funcionar.

Eu quero que o Secretário de Estado de Administração, Francisco Faiad – tenho certeza que está nos ouvindo neste momento - providencie, até porque uma Indicação nesse sentido, endereçada ao Francisco Faiad, já foi aprovada por esta Casa, aquisição dos equipamentos não só à POLITEC de Sorriso, mas, também, à POLITEC de Juína; e, ao mesmo tempo, que possa promover o concurso público para os médicos legistas, os médicos criminalistas e para os servidores de nível médio ou que autorize uma contratação temporária.

(O SR. DEPUTADO DILMAR DAL BOSCO ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 11:32 HORAS)

O SR. JOSÉ DOMINGOS FRAGA – O último assunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que eu quero abordar é sobre o embate totalmente nefasto a esta Casa, Deputado Dilmar Dal Bosco, que ocorreu antes da minha fala entre o Deputado Airton Português e o Deputado Emanuel Pinheiro.

O que nós temos visto e ouvido aqui, Deputado, não é bom para o fortalecimento do Parlamento, para a unidade do Parlamento. Eu entendo aquilo que o Deputado Airton Português falou aqui, de uma forma excessiva, e temos que reconhecer que foi uma defesa de um companheiro de Partido que vem desempenhando o seu papel de Vice-Governador à altura. E como Secretário de Estado das Cidades, em que pese poucos dias na Pasta, tem demonstrado, por meio dos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

encaminhamentos que tem feito junto ao BNDES, junto ao próprio Ministério das Cidades e outros ministérios, ações importantes que vão conjugar, inclusive, com o maior programa de habitação já executado no Estado de Mato Grosso. Isso é legal, é positivo, mostra fidelidade do Deputado Airton Português para com o seu colega de Partido.

E nós não recriminamos da mesma forma, Deputado Alexandre Cesar, que o Deputado Emanuel Pinheiro tem feito com muita veemência e com muita competência a defesa do Éder Moraes num passado recente. E nós nunca questionamos, porque é um companheiro de Partido, um companheiro que ajudou no engrandecimento do PR. No passado, defendeu a gestão Blairo Maggi mesmo naquele momento da crise do Mato Grosso 100% equipado e 40% roubado, tem defendido aqui, constantemente, o Prefeito Mauro Mendes e é legítimo, nós temos que reconhecer.

Agora, os excessos praticados tanto pelo Deputado Airton Português como pelo Deputado Emanuel Pinheiro não podemos aceitar. Sou amigo de ambos, respeito ambos, tenho o maior respeito, pois são dois Deputados de mais de um mandato; são Deputados reconhecidos nas suas regiões de trabalho como atuantes e sérios e não podemos fazer com que determinados descuidos ou determinados excessos possam não só macular a sua longa folha de serviço prestado em prol da política mato-grossense, mas criar problemas para que esta Casa deixe de ser tão produtiva como tem sido nesses dois mandatos que estou aqui.

Eu quero pedir juízo tanto para o meu amigo, o eminente Deputado Airton Português, que é do meu Partido, quanto ao Deputado Emanuel Pinheiro, que eu conheci criança e por quem tenho um respeito muito grande, por sua eloquência, por sua capacidade, por seu discernimento com relação às coisas públicas, para que, de fato, nós possamos colocar ordem e respeito nesta Casa, porque o respeito cabe em qualquer lugar.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) – Muito obrigado, Deputado José Domingos Fraga.

E, também, Vossa Excelência quando cita o meu nome como relatoria, que Vossa Excelência faz parte da Comissão, como o Deputado Ezequiel Fonseca, o Deputado Guilherme Maluf, o Deputado Pedro Satélite, o Deputado Baiano Filho, na construção desse projeto que chega a um montante de cento e cinquenta a cento e cinquenta cinco milhões de reais que nós tínhamos proposto, a Assembleia Legislativa, primeiro, para o Governo cumprir a dívida que deve aos cento e quarenta um municípios na saúde de repasses de direito dos municípios. E aí ambulância para cada município, cinquenta mil litros de combustível, emergencialmente, a todos os municípios, principalmente de emergência já os que solicitaram e declararam estado de emergência, e também a questão de repasse desses duzentos mil reais a cada município para sua estrutura, reforma de maquinários, consertos, as pontes, que aí demandam nas estradas vicinais. Realmente é grande trabalho!

Nós íamos propor ontem, inclusive no Colégio de Líderes, mas, ontem, desde as 09 horas, participei de Audiências Públicas junto com o Deputado Sebastião Rezende e nem tivemos intervalo para almoço, Deputado, saímos de uma audiência e fomos para a reunião do Colégio de Líderes tratar praticamente, a manhã toda e a tarde, sobre a Lei da Pesca. Nós tivemos resultados positivos principalmente para auxiliar as pessoas que precisam da sobrevivência nesse ramo e algumas outras atividades que defendemos.

Com a palavra, ainda, nas Explicações Pessoais, o Deputado Hermínio J. Barreto (TRANSFERE). Com a palavra, o Deputado Wagner Ramos (TRANSFERE). Com a palavra, o Deputado Adalto de Freitas (TRANSFERE). Com a palavra, o Deputado Baiano Filho (TRANSFERE). Com a palavra, o Deputado Alexandre Cesar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. ALEXANDRE CESAR – Retorno, Sr. Presidente, rapidamente só para registrar, nas Explicações Pessoais, a realização na tarde de hoje, em São Paulo, no Hotel *Holiday Inn* Parque Anhembi, a partir das 18:00 horas, a comemoração dos dez anos do Governo Democrático e Popular do PT, com a presença da Presidente Dilma Rousseff e do ex-Presidente Lula, num grande ato que, também, vai ser de lançamento de treze seminários que o Partido vai realizar em diversas capitais para fazer um balanço dessa ação do PT dez anos à frente do Governo Federal.

Esse ato é muito significativo, vai ocorrer em São Paulo e conta com a participação, hoje, do nosso Presidente Estadual William Sampaio. Infelizmente, em razão das nossas Sessões de hoje, à noite, e amanhã, de manhã, não poderei participar dessa atividade, mas nós já realizamos aqui, no último sábado, uma grande festa também, com ato de discussão sobre essas mesmas questões, com a participação do Presidente Nacional Rui Falcão. Não é um ato que faz parte dessa programação dos treze estados, das treze capitais que vai se iniciar na próxima semana, em Fortaleza, Ceará, no dia 28, mas nós já demos também a nossa contribuição a esse grande debate.

Acredito que esse é um momento importante. Vai ser lançado nesse mesmo ato um documento onde esse balanço das ações dos dez anos de governo será apresentado à imprensa, aos militantes do Partido e a todos aqueles dos Partidos aliados que estiverem presentes, e, é claro, assim que tivermos acesso a essa documentação também comunicaremos esses dados desta tribuna, pela Liderança do PT.

Nesse sentido, quero registrar esse evento e, é claro, a nossa expectativa é de um grande sucesso, com a participação da representação do PT mato-grossense, através do nosso Presidente Willian César Sampaio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) – Com a palavra, pela inscrição nas Explicações Pessoais, o Deputado Dilmar Dal Bosco.

Como eu estou presidindo a Sessão, antes de passar a palavra ao Deputado Emanuel Pinheiro, como o Deputado José Domingos Fraga se atentou bastante a esse recurso emergencial que proporíamos pela Assembleia Legislativa ao Governo do Estado, eu também entreguei um Projeto ao Governador Silval Barbosa, com valores e capacidades para que tenha em todos os municípios do Estado de Mato Grosso, Deputado Alexandre Cesar, Deputado Sebastião Rezende, equipamento de Raio X, mamografia e ultrassonografia em todos os municípios, de forma integrada, e sejam atendidos pelos polos regionais que não precisam do atendimento do especialista, do médico, no local, mas, sim, do técnico, a leitura sendo feita no polo regional onde é atendido aquele município, porque muitas vezes vem com “ambulancioterapia”, achando que está com braço quebrado, e muitas vezes é uma luxação, para a palavra do médico. Não precisa ir até o polo regional, faz o atendimento na própria cidade, tomando um medicamento, um anti-inflamatório e assim por diante.

Então, só justificando realmente o que está nesse trabalho.

Nas Explicações Pessoais, com a palavra o nobre Deputado Emanuel Pinheiro. Em seguida, o nobre Deputado Sebastião Rezende.

Quero agradecer a presença dos vereadores do Município de Novo Horizonte do Norte, Manoel Pedro da Silva e Rodrigo Marques Domingos.

Muito obrigado por estarem na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Com a palavra o nobre Deputado Emanuel Pinheiro.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. EMANUEL PINHEIRO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, assistência, telespectadores da *TV Assembleia*.

Sr. Presidente, venho à tribuna mais uma vez para registrar na tribuna do povo mato-grossense a viagem que fizemos na última segunda-feira ao Rio de Janeiro, acompanhado do Secretário de Indústria Comércio Minas e Energia, Alan Zanatta, do Secretário de Ciências e Tecnologia, Rafael Bastos, do Presidente do IPEM, Clodoaldo Ferreira, e do Diretor de Autos e Legislação do IPEM, o companheiro Antônio Daltro.

Fomos, a convite da Presidência Nacional do INMETRO, conhecer em Xerém, terra de Zeca Pagodinho, a brilhante e fantástica estrutura do INMETRO, Instituto Nacional de Meteorologia.

Fomos muito bem recebidos. Pudemos passar uma manhã e tarde naquela instituição. É um *campus* de cerca de duzentos e cinquenta hectares, tem toda tecnologia de ponta para que possamos, dentro do ponto de vista de desenvolvimento estratégico, garantir o desenvolvimento do nosso País sem ferir o sagrado direito do cidadão, o sagrado direito do consumidor.

Naquele momento podemos fazer uma visita *in loco* a DIMEL, Diretoria de Metrologia Legal, onde podemos tirar varias dúvidas a respeito de um trabalho que estamos desenvolvendo aqui em Mato Grosso quando questionamos o elevado valor das contas de energia no Estado de Mato Grosso. Posicionamos ao INMETRO, mais precisamente à DIMEL, a angústia da família mato-grossense que paga indiscutivelmente uma conta de energia caríssima, especialmente de abril a novembro de 2012, quando os reajustes, os aumentos, ultrapassaram de longe a casa dos cem, dos duzentos por cento.

Pedimos a eles que pudesse nos orientar e nos ajudar nessa empreitada da Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Tivemos toda a orientação técnica, inclusive entendemos até como funciona a perícia dos medidores de energia, que já solicitamos no IPEM e ontem começou a ser feita em cinquenta residências em Cuiabá e Várzea Grande para podermos tentar detectar onde está o furo, onde está o erro que vem causando tanto prejuízo à população mato-grossense ao consumidor do nosso Estado.

Então, aqui neste reconhecimento, pelo grau de grandeza e importância do INMETRO para o desenvolvimento nacional, fica a nossa manifestação, o nosso agradecimento a toda Diretoria a partir do próprio Presidente, Professor Jornada, que comanda uma equipe de técnicos, de verdadeiros doutores, PHDs, no quesito metrologia e no quesito pesos e medidas de uma forma em geral.

Sáimos de lá, Sr. Presidente, nobres Deputados, bem seguros. Primeiro, com a confiança e a credibilidade que o IPEM/MT, sob o comando do Sr. Clodoaldo Ferreira, tem junto ao INMETRO Nacional. Inclusive podemos observar no trato com os demais diretores a amizade, o carinho que o próprio Clodoaldo detém junto a toda aquela diretoria que há anos já trabalha em parceria.

Salientamos que Mato Grosso vai ganhar com isso. Agora no dia 11 de março vai haver o primeiro encontro aqui no nosso Estado.

O Clodoaldo tem difundido, com seu bom trânsito e com esse bom relacionamento, uma priorização no fortalecimento e no crescimento do Instituto de Pesos e Medidas do nosso Estado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Então, fica aqui ao Professor Jornada, Presidente INMETRO Nacional, a toda a sua equipe, o nosso agradecimento pela recepção grandiosa; e o nosso reconhecimento, como brasileiros, da forma como vem sendo conduzido o INMETRO.

Recentemente vários Governadores de Estado estiveram presentes visitando aquele *campus*. Na época o ex-Presidente Lula foi o primeiro Presidente da República a visitar o *campus* do INMETRO, o que deu um impulso significativo no papel preponderante que o INMETRO hoje conquistou no cenário nacional, inclusive internacional.

Então, estamos seguros, Sr. Presidente. Inclusive eles deverão fazer algumas parcerias com o IPEM para nos ajudar nessa luta contra a exploração da tarifa de energia elétrica em Mato Grosso e nos deu toda tranquilidade de que o INMETRO nacional vai caminhar *pari passu*, de mãos dadas, com o IPEM/MT para garantir à sociedade mato-grossense toda tranquilidade e toda segurança no que diz respeito a pesos e medidas no nosso Estado.

Já no final da tarde da última segunda-feira, acompanhei também o Presidente do IPEM, Clodoaldo Ferreira, e o Secretário de Indústria, Comércio, Minas e Energia, Alan Zanatta, numa visita ao Consulado Italiano, na Capital carioca, com um pouco menos de uma dezena de empresários italianos que desejam conhecer melhor as potencialidades de Mato Grosso, que desejam criar aí uma ponte, construir uma ponte para futuros investimentos no nosso Estado.

Foi uma reunião também de alto nível, que entrou até o começo da noite da última segunda-feira. E, quero aqui parabenizar a postura do Secretário Alan Zanatta, jovem, destemido, ousado, vendeu o Mato Grosso - no bom sentido -, o Governo Silval Barbosa, as nossas potencialidades, a nossa competitividade, o desejo nosso de abrir o mercado para novos investidores, para novos investimentos, para que empresas venham para cá, fixem-se no nosso Estado, acreditem em Mato Grosso e no nosso potencial imensurável, gerando emprego e renda a nossa região e ao nosso Estado.

Fiquei muito feliz com a recepção do Consulado italiano como um todo e aqueles empresários foram – posso dizer assim, Sr. Presidente – convencidos pelo brilhante Secretário Alan Zanatta da potencialidade de Mato Grosso, da viabilidade do nosso Estado e que o nosso Estado pode ser, tranquilamente, referência de investimentos do Velho Mundo, de investimentos de empresários com visão de futuro, que desejam ampliar os seus negócios e investir no Brasil, especialmente, no Estado mais pujante da nossa Federação, que é o nosso querido, próspero e lendário Mato Grosso.

Então, Sr. Presidente, nobres Pares, era importante comunicar à Casa esses dois grandes compromissos que tivemos no Estado do Rio de Janeiro e registrar que também ficamos muito impressionados com a articulação e com o trabalho do Secretário de Ciência e Tecnologia, Rafael Bastos.

Então, foi uma ida muito proveitosa. Esperamos que seja a primeira de uma série de visitas estratégicas a outros Estados, a outras Capitais, a outras Unidades da Federação, a exemplo do que o Presidente Riva estará comandando a partir da próxima quinta-feira, uma visita a vários Governadores de sucesso, que têm empreendido um novo modelo de gestão no seu Estado e tem dado certo, independentemente do colorido político-partidário.

Essa visita de membros desta Casa, comandada pelo Presidente, começará por Pernambuco, se não me engano, na próxima quinta-feira, o que, com certeza, irá render frutos, dividendos muito positivos para o nosso Estado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Então, eu estou à disposição, inclusive, para esses novos contatos, esses novos encontros. E que, cada vez mais, a nossa Casa possa realizar esse intercâmbio de negócios, esse intercâmbio econômico, social e cultural, pelo benefício e pelo engrandecimento do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) – Obrigado, Deputado Emanuel Pinheiro.

Também vou estar nessa comissão, nessa comitiva que irá para Pernambuco amanhã, que realmente muito importante.

Como também fui representar a Assembleia Legislativa em vários encontros, Deputado Sebastião Rezende, do Parlamento Amazônico, em que se discutiram coisas importantes, como o sistema hidroviário, principalmente da nossa Região Teles Pires-Tapajós, Juruena-Tapajós e a questão da regularização fundiária.

Aqui só quero me ater a uma coisa importante, Deputado, quanto ao que o Deputado Emanuel Pinheiro falou da conta de energia, em que houve uma redução.

O entendimento é o de que, quando o Governo Federal dá a redução de energia elétrica, é porque está fazendo a nova concessão para exploração da energia, porque já venceram os trintas anos. Quer dizer, o empreendedor pagou o seu financiamento e agora teria um lucro líquido, por isso que negociou.

Mas teve aumento de energia em 2010, em 2011 e em 2012.

Então, nada mais justo que realmente baixar.

Com a palavra, nas Explicações Pessoais, o nobre Deputado Sebastião Rezende.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE – Muito obrigado, Deputado Dilmar Dal Bosco, que, nesta oportunidade, preside a Sessão. Cumprimentar todos os telespectadores da TV Assembleia Legislativa e aqueles nossos amigos que estão prestigiando o final desta Sessão.

Sr. Presidente, quero também aqui dizer do trabalho que o nosso Exm^o Sr. Secretário de Indústria, Comércio e Minas e Energia, Alan Fábio Prado Zanatta, está fazendo. É um jovem empreendedor, um jovem dinâmico, e já tem demonstrado isso nos primeiros dias que assumiu a Secretaria, já fazendo contatos, já apresentando as potencialidades do Estado de Mato Grosso para empresários de todos os cantos deste País, porque para nós são importante os investimentos, que esses investimentos realmente venham para Mato Grosso.

Então, coaduno com as palavras ditas pelo Deputado Emanuel Pinheiro com relação ao dinamismo e o espírito empreendedor, bem intencionado e de vontade mesmo de contribuir e fazer com que o Estado se desenvolva nessas potencialidades que nós temos, como um Estado que tem dado uma contribuição grandiosa para este País.

Nós temos aqui matérias-primas que podem ser industrializadas e é importante que esses empresários de vários lugares do País e empresários de outros Países possam receber essas informações e daí fazer os investimentos em nosso Estado, o que seguramente contribuirá em muito com o aumento da receita neste Estado e também com a geração de emprego, tão solicitada e tão reclamada por todos nós.

Sr. Presidente Deputado Dilmar Dal Bosco, Vossa Excelência tem acompanhado essa luta conosco, que é a discussão do impacto que a Lei nº 9794/2012, conhecida com a Lei da Pesca, que foi sancionada, causou durante onze dias que ficou em atividade ou em validade neste Estado, o quanto isso foi impactante para os pequenos empreendedores, para os pescadores amadores e profissionais. E no momento que nos posicionamos contrário à aprovação da Lei, nós o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

fizemos de forma muito sensata, entendendo que algo que vai impactar a vida principalmente de trabalhadores não pode ser aprovado sem ampla discussão da sociedade.

Nós declaramos, naquela fala, o nosso voto contrário e o que nós vimos foi realmente uma turbulência em todo Estado nesse sentido.

Em nenhum momento, Deputado Dilmar Dal Bosco, a nossa intenção, quando propusemos as doze audiências públicas, que Vossa Excelência nos acompanhou e pode ver o clamor da população em todas as regiões deste Estado, dizendo do impacto que a Lei estava causando, era fazer com que houvesse prejuízo para o meio ambiente. Muito pelo contrário, o que nós entendemos é que a discussão tinha que ser feita. O Governo do Estado assumiu o compromisso da implantação e instalação imediata de um Conselho Estadual de Pesca para discutir essa questão com profundidade e apresentar a esta Casa depois de ouvir a comunidade científica, que é extremamente importante e que daria parâmetros para uma lei alternativa; depois de ouvir os técnicos; depois de ouvir todos os segmentos envolvidos do turismo, empresários que utilizam e vendem esses apetrechos de pesca. Todos deveriam ser ouvidos e aí ter uma lei que pudesse efetivamente contemplá-los e, inclusive, o meio ambiente.

Da forma como está, Deputado Dilmar Dal Bosco, nós vamos fazer, sim, e estamos trabalhando nesse sentido, pelo menos de forma emergencial resolver momentaneamente essa situação. Agora, nós precisamos preservar os nossos rios! Precisamos dar garantia que o local, que o lugar onde os peixes estão possam dar sobrevida a esse peixe, porque, da forma como está, com a destruição das matas ciliares, sem nenhum estudo técnico científico para saber se esses agrotóxicos, que estão sendo lançados e pulverizados às margens dos nossos rios... Será que eles não estão trazendo prejuízos para o peixe?

É importante que esse estudo da água seja feito e aí o Conselho Estadual de Pesca tem condições de fazer essa análise, esse estudo e, obviamente, terá atribuição para isso.

A destruição ou o aumento, a proliferação das pequenas centrais hidrelétricas, esse estudo tem que ser feito, porque daqui a pouco nós não teremos peixes desovando nos afluentes dos nossos rios. Então, tudo isso precisa ser analisado com profundidade.

Nós temos uma demanda que tem que ser estudada e levada em consideração, principalmente, no Pantanal Mato-grossense, que é a proliferação do jacaré que não tem nenhum predador natural. É claro que esse controle pode ser feito e quem tem condições de fazer esse estudo não somos nós. O Conselho Estadual de Pesca com um grupo de trabalho com conhecimento técnico-científico poderá fazer isso com profundidade e trazer subsídios, isso tudo estabelecido em lei.

Nós temos a pesca predatória que tem sido o grande destruidor do nosso pescado e Vossa Excelência fez consideração, inclusive, dizendo: olha, nós temos informações na região norte do Estado, na região noroeste do Estado, que ônibus vem de fora trazendo turistas que, com carteira de pescador profissional, chegam aqui e praticamente fazem uma devastação nos nossos rios de forma legalizada. O que é um absurdo! Então, esse trabalho precisa ser feito com profundidade.

Nós estamos tendo aqui, por parte da Federação dos Pescadores Profissionais de Mato Grosso, um trabalho sério. Inclusive, o Governo Federal, agora, com a Superintendência da Pesca, dizendo: “olha, vocês terão que cadastrar todos os pescadores profissionais”.

Nós já tivemos a palavra do Presidente da Federação, o nosso companheiro Lindemberg, de que esse trabalho está fazendo feito de forma criteriosa e nesse primeiro apanhado houve uma redução de 30% desses pescadores profissionais. Então, isso é importante.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

Já estamos tendo por parte do Secretário de Estado de Meio Ambiente, José Lacerda, um posicionamento no sentido de parceria com os municípios.

E a descentralização da SEMA vai ser importante, Deputado Dilmar Dal Bosco, porque vai dar aos municípios atribuições pelo menos daquelas ações menores que, infelizmente, tem travado todo o procedimento aqui.

E nessa parceria nós teremos, inclusive, condições de os municípios disponibilizarem para o Estado agentes ambientais, que estarão ajudando nesse trabalho de fiscalização dos nossos rios. Porque esse é o clamor de todos, do pescador amador, do pescador profissional, enfim, de toda cadeia que envolve a pesca de que a fiscalização tem sido precária e precisa ser levada com firmeza, com determinação, e nós observamos que há essa disposição.

Eu vejo, Deputado Dilmar Dal Bosco, face a essas doze Audiências Públicas, que obtivemos êxito, porque há a disposição... Inclusive, eu quero aqui parabenizar o autor do Projeto de Lei, Deputado Zeca Viana, que entendeu essa dificuldade, essa situação de que essas emendas precisam ser feitas, flexibilizando, nesse primeiro momento, até que o Conselho Estadual de Pesca tenha um projeto definitivo não só para o pescado, para o peixe, mas para o ambiente em que ele vive.

Nós não podemos aceitar, por exemplo, o que ocorre hoje lá em Poconé, Santo Antônio de Leverger, Barão de Melgaço, estivemos lá, que é a destruição do nosso pantanal que recebe todo resíduo.

Hoje, então, o trabalho por parte das prefeituras, tanto de Cuiabá quanto de Várzea Grande, tem que ser muito forte nesse sentido de tratar o esgoto que é lançado no rio Cuiabá. Esse tratamento precisa ser feito, porque isso vai lá para o pantanal e trás um prejuízo grandioso principalmente para o meio ambiente, automaticamente, para todos aqueles que sobrevivem do meio ambiente, do turismo.

Então, esse trabalho precisa ser feito de forma mais geral. Infelizmente, nós estamos tratando de forma particularizada. Nesse primeiro momento, nós vamos ter os objetivos alcançados, mas a defesa que fazemos é que... (TEMPO ESGOTADO) ...a defesa que nós fazemos é que seja mais ampliada e que possamos efetivamente, num menor espaço de tempo possível, ter uma lei que traga efetivamente aquele tripé de forma definitiva, traga contribuição grandiosa para o meio ambiente, seja economicamente viável e que seja socialmente justa. Essa é a lei que nós esperamos.

Tenho certeza que com a defesa que nós temos feito aqui, Deputado Dilmar Dal Bosco, e mais do que ninguém temos nos preocupado com o meio ambiente para as futuras gerações, e, se tivermos uma lei completa, mais ampla, seguramente alcançaremos os nossos objetivos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) – Muito obrigado, Deputado Sebastião Rezende.

Realmente eu e Vossa Excelência juntos defendemos realmente essa Lei da Pesca. Além de todos os fatores, para não ser repetitivo, porque Vossa Excelência falou, nós elencamos desde a Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Recursos Minerais, como lá na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, todos os itens que deveriam ter sido estudados antes da aprovação da lei. Um dos itens, inclusive, o próprio veneno para matar o mosquito da dengue, prejudica, por incrível que pareça, a sobrevivência dos peixes.

Então, estudos têm que ser feitos pela comunidade científica que tem gabarito, como a Dr^a Solange, de Alta Floresta, que tem um vasto conhecimento sobre peixe; a Dr^a Adriana,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00 HORAS.

de Araputanga; o Dr. Heitor, da UNEMAT de Cáceres; o Dr. Chico Peixe, da UFMT; o Assis, de São Félix do Araguaia. Essas pessoas têm que ser escutadas.

Quando eu mexi e criei um projeto com oito meses de trabalho na Assembleia Legislativa para a descentralização da SEMA, teve a participação de engenheiros florestais, da Associação Mato-grossense dos Engenheiros, a CIPEM, representando todos os madeireiros.

Quando nós resolvemos tirar também a classificação da madeira, a identificação, oportunizando o madeireiro lá de Cláudia, por exemplo, e está aqui Antônio Marinho de Souza Neto, Presidente Comunitário dos Pequenos Produtores do Vale do Panorama, Município de Cláudia; a Luzia Donaria de Carvalho, Presidente da Associação ASPRAKE-Associação dos Produtores Rurais Keno do Município de Cláudia - muito obrigado pela visita -, nós precisamos defender o pequeno produtor aqui na Assembleia Legislativa, principalmente com a regularização fundiária.

Eu tive uma luta quase pessoal com o ex-Prefeito de Cláudia, na questão do Assentamento Santo Expedito, que queria tirar de lá mais de cento e quarenta pequenos produtores, eu fiquei na defesa e estou defendendo. Nós temos que valorizar o pequeno. Nós não podemos, em detrimento de leis, tirar muitas vezes do pequeno que não tem a oportunidade da sobrevivência.

Hoje, Luzia e Antônio, tenho falado muito que muitas vezes nós tratamos os nossos assentamentos, o pequeno agricultor do Estado de Mato Grosso, como uma favela rural. Isso é difícil. Nós temos que mudar a realidade e e dar oportunidade às pessoas.

Antes de encerrar a presente Sessão, convoco a próxima Sessão Ordinária para o horário regimental.

Compareceram à Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da República – Emanuel Pinheiro, Hermínio J. Barreto, Mauro Savi, João Malheiros, Nininho, Sebastião Rezende e Wagner Ramos; da Bancada do Partido Social Democrático – Airton Português, Gilmar Fabris, José Domingos Fraga, Riva, Pedro Satélite e Walter Rabello; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – Baiano Filho, Romoaldo Júnior e Adalto de Freitas; da Bancada do Partido Progressista – Ezequiel Fonseca; da Bancada do Democratas – Dilmar Dal Bosco; do Bloco Trabalhista – Ademir Brunetto, Alexandre Cesar, Zeca Viana e Luciane Bezerra.

Deixaram de comparecer os Srs. Deputados Luiz Marinho, do PTB e Dr. Antônio Azambuja, do PP;

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Aedil Lima Gonçalves;
 - Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
 - Ariadne Fabienne e Silva de Jesus;
 - Cristiane Angélica Couto da Silva Faleiros;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Dircilene Rosa Martins;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2013, ÀS 08:00
HORAS.

- Donata Maria da Silva Moreira;
- Isabel Luíza Lopes;
- Tânia Maria Pita Rocha;
- Revisão:
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Nilzalina Couto Marques;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antonia de Almeida Maciel Lehr;
 - Rosivânia de França Daleffe.